

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

CARLOS HENRIQUE SILVA MORAES

**A AMÉRICA DO SUL NA AGENDA BRASILEIRA:
UM COMPARATIVO DAS POLÍTICAS EXTERNAS DOS GOVERNOS LULA E
DILMA (2003-2014)**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Santana do Livramento

2015

CARLOS HENRIQUE SILVA MORAES

A AMÉRICA DO SUL NA AGENDA BRASILEIRA:
UM COMPARATIVO DAS POLÍTICAS EXTERNAS DOS GOVERNOS LULA E DILMA
(2003-2014)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título
de Bacharel em Relações Internacionais pela
Universidade Federal do Pampa -
UNIPAMPA.
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Kamilla Raquel Rizzi

Santana do Livramento

2015

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

M827a Moraes, Carlos Henrique Silva

A América do Sul na agenda brasileira: um comparativo das
políticas externas dos governos Lula e Dilma (2003-2014) /
Carlos Henrique Silva Moraes.

137 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade
Federal do Pampa, BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS,
2015.

"Orientação: Kamilla Raquel Rizzi".

1. Política externa. 2. Dilma. 3. Lula. 4. América do Sul.
I. Título. CDD:327.810980

FOLHA DE APROVAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 06/07/2015.

Banca examinadora

Prof^a Dr^a. Kamilla Raquel Rizzi
Relações Internacionais - UNIPAMPA

Prof^o Msc. Rafael Balardim
Relações Internacionais - UNIPAMPA

Prof^o Msc. Rafael Schmidt
Relações Internacionais - UNIPAMPA

Dedico à minha mãe, a minha grande apoiadora...

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a minha mãe, pois se não fosse por ela esse meu sonho de cursar uma universidade não seria possível. Ainda, agradeço a ela por estar sempre ao meu lado durante esses quatro anos me dando sempre muita força para que eu pudesse concluir o curso. Agradeço também à minha família num todo, e principalmente a minha irmã Ariane, pois mesmo tão longe de casa me fez sentir tão perto, sem o apoio de minha família não teria sido possível realizar toda esta trajetória de estudos.

Sou imensamente grato aos meus amigos de Livramento por todo apoio, suporte e carinho dado durante toda esta trajetória, vocês fizeram toda a diferença durante todo esse percurso. Obrigado Agnes, Cássio, Cleusa, Diego, Inara, Josie, Pedro, Rafael, Thaísa e Yesa! Assim como sou grato a todos os meus outros amigos que mesmo longe me deram seu suporte e me apoiaram na realização deste.

Sou grato a UNIPAMPA por ter me possibilitado grandes aprendizados, grandes descobertas durante meu curso e me proporcionado grandes experiências. Desta forma, tenho forte gratidão por todos os meus professores pelo apoio e pela amizade construída, principalmente a minha professora orientadora Kamilla Rizzi a qual eu tenho profunda admiração.

Por fim, agradeço a todos que de uma forma ou de outra fizeram com que isto fosse possível, deixo aqui o meu muito obrigado.

“Nunca deixe que lhe digam que não vale a pena
acreditar nos sonhos que se têm
ou que os seus planos nunca vão dar certo
ou que você nunca vais ser alguém..”.

Renato Russo

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo esclarecer se a política externa dos governos de Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014) para a América do Sul tiveram a mesma agenda, intensidade e pragmatismo. Para isso, discute-se sobre as diretrizes da política externa brasileira ao longo destes dois governos, elencando suas bases e ações de um modo geral. Após isso, analisou-se efetivamente as ações dos dois governos para a América do Sul em um período de nova adaptação da conjuntura interna e externa da inserção brasileira no início do século XXI. Com isso, busca-se compreender como as agendas dos governos Lula e Dilma foram pautadas, tendo a região sul-americana como foco. Para a execução de tal trabalho, foi realizada uma pesquisa exploratória por meio de revisão bibliográfica e documental (especialmente documentos expedidos pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil). Além disso, buscou-se elaborar uma análise qualitativa através de levantamento de dados. Por fim, realizou-se um balanço geral das pautas das agendas dos governos em questão para a América do Sul, exemplificando-se os pontos de comparação e elucidando-os com suas ações.

Palavras Chave: Política Externa; Dilma Rousseff; Lula; América do Sul.

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo aclarar si la política externa dos gobiernos Lula da Silva (2003-2010) y Dilma Rousseff (2011-2014) para la América del Sur tuvieron la misma agenda, intensidad y pragmatismo. Para eso, se discute sobre las directrices de la política externa brasileña a lo largo de estos dos gobiernos, enlechando sus bases y acciones en general. Después de eso, se analizaron efectivamente las acciones de los dos gobiernos para la América del Sur en un periodo de nueva adaptación de la coyuntura interna y externa de inserción brasileña en el inicio del siglo XXI. Con eso, se busca comprender como las agendas de los gobiernos Lula y Dilma fueron guiadas, teniendo la región sudamericana como foco. Para la ejecución de tal trabajo, fue realizada una pesquisa exploratoria por medio de revisión bibliográfica y documental (en especial documentos expedidos por el Ministerio de las Relaciones Exteriores de Brasil). Además, se buscó elaborar una análisis cualitativa por medio del levantamiento de datos. Por último, se realizó un balanço general de las directrices de las agendas de los gobiernos analizados para la América del Sur, ejemplificándose los puntos de comparación y elucidándolos con sus acciones.

Palabras Llave: Política externa, Dilma Rousseff, Lula, América del Sur.

LISTA DE SIGLAS

ABC – Agência Brasileira de Cooperação
ALCA – Área de Livre Comércio das Américas
Aladi - Associação Latino-Americana de Integração
ANA - Agência Nacional de Águas
APEC - Asia-Pacific Economic Cooperation
ASA - Cúpula América do Sul–África
ASEAN - Associação de Nações do Sudeste Asiático
ASPA - Cúpula América do Sul-Países Árabes
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Social
BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.
CALC - Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da América Latina e Caribe para o Desenvolvimento e a Cooperação
CAN – Comunidade Andina
CASA – Comunidade Sul-Americana de Nações
CBPE - Comissão Bilateral de Planejamento Estratégico e Integração Produtiva
CCI – Câmara de Comércio Internacional
CCR - Convênio de Créditos Recíprocos
CELAC – Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
COFCOR/CARICOM - Conselho de Relações Exteriores e Comunitárias da Comunidade do Caribe
COSIPLAN - Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento
CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CRA - Contingent Reserve Arrangement
CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas
E-ELT - European Extremely Large Telescope
Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica
Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESO - European Southern Observatory
FAO – Food and Agriculture Organization of United Nations
FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz
FMI – Fundo Monetário Internacional
FOCEM – Fundo de Convergência Estrutural e Fortalecimento das Instituições do MERCOSUL
GAN – Grupo de Alto Nível Brasil-Uruguai
IBAS – Fórum Índia-Brasil-África do Sul
IIRSA – Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
ISAGS - Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MICBA – Mecanismo de Integração e Coordenação Brasil-Argentina
MINUSTAH - Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti
NAFTA – Tratado Norte Americano de Livre Comércio
NBD - Novo Banco de Desenvolvimento
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA – Organização dos Estados Americanos
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONU – Organização das Nações Unidas
OTCA – Organização do Tratado de Cooperação Amazônica

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PDVSA – Petróleos da Venezuela
PETROBRAS – Petróleo Brasileiro
PetroPerú – Petróleos do Peru
PIB – Produto Interno Bruto
PMDR – Países de Menor Desenvolvimento Relativo
PPA- Plano Plurianual
PROEX – Programa de Financiamento às Exportações
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
RCTV – Radio Caracas Televisión
SGNU – Secretário-Geral das Nações Unidas
SIPAM – Sistema de Proteção da Amazônia
SIVAM – Sistema de Cigilância da Amazônia
UA - União Africana
Unasul – União de Nações Sul-Americanas
UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development
YPFB – Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	AS BASES DA POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA (2003-2010)	18
3	AS BASES DA POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO DILMA (2011-2014).....	29
4	A AMÉRICA DO SUL NA POLÍTICA EXTERNA DE LULA (2003-2010).....	39
4.1	CASA.....	43
4.2	MERCOSUL.....	45
4.3	Relações bilaterais	48
4.3.1	Argentina	49
4.3.2	Uruguai	53
4.3.3	Paraguai	56
4.3.4	Bolívia	58
4.3.5	Chile	63
4.3.6	Venezuela	65
4.3.7	Colômbia	68
4.3.8	Peru.....	72
4.3.9	Equador.....	74
4.3.10	Guiana e Suriname.....	76
5	A AMÉRICA DO SUL NA POLÍTICA EXTERNA DE DILMA (2011-2014)	79
5.1	UNASUL	81
5.2	MERCOSUL.....	87
5.3	Relações bilaterais	89
5.3.1	Argentina	90
5.3.2	Uruguai	93
5.3.3	Paraguai	96
5.3.4	Bolívia	100
5.3.5	Chile	103
5.3.6	Venezuela	105
5.3.7	Colômbia	109
5.3.8	Peru.....	110
5.3.9	Equador.....	112
5.3.10	Guiana e Suriname.....	113
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
7	REFERÊNCIAS	124

1 INTRODUÇÃO

Para se compreender as relações internacionais de um país e sua política externa, é necessário se identificar o ambiente em que estas ocorrem. Este ambiente é o sistema internacional de Estados que, segundo Raymond Aron é “o conjunto constituído pelas unidades políticas que mantêm relações regulares entre si e que são suscetíveis de entrar numa guerra geral” (ARON, 2002, p. 153). O sistema internacional é constituído, portanto, de unidades políticas separadas, isto é, Estados soberanos, que se encontram integradas pelas relações de independência. De acordo com Altemani (2005, p.4), “o sistema internacional pode ser interpretado como o padrão de relacionamento entre os Estados em um determinado momento”.

Deste modo, o conceito de política externa compreende, segundo Celso Lafer (2009, p.16), a precisão de “[...] traduzir as necessidades internas em possibilidades externas para ampliar o poder de controle de uma sociedade sobre seu destino”. Assim, a política externa refere-se às estratégias que devem ser seguidas pelo país para atingir seus objetivos, se munindo de princípios e valores que norteiam a inserção internacional de um país. Tal inserção ocorre por meio da diplomacia que busca alcançar e defender os interesses nacionais. Para Cervo, “[...] cabe à política exterior agregar os interesses, os valores e as pretendidas regras do ordenamento global, da integração ou da relação bilateral, isto é, prover o conteúdo da diplomacia desde uma perspectiva interna, quer seja nacional, regional, quer seja universal” (CERVO, 2008, p.9).

Posto isto, para compreender-se as diretrizes e os valores da Política Externa Brasileira deve-se analisar o acumulado histórico do Brasil no sistema internacional, o qual envolve a formação social brasileira e, conseqüentemente, a política externa dos governos que a geriram. Esse acumulado pode ser agrupado em “três grandes momentos”, de acordo com Werneck e Gonçalves (2009, p.19). Num primeiro momento histórico, a ação externa brasileira objetivava consolidar seu território durante o período 1494 a 1912, primeiro sob controle português, depois enquanto Império independente e já no século XX, em parte regido por Barão do Rio Branco, o qual ajudou na formulação do espaço brasileiro. O período que vai de 1912 a 1960, se caracterizou por uma prioridade nas relações interamericanas e quando o Brasil iniciou atividades para o desenvolvimento nacional, apostando na indústria. Neste período, o Brasil mantinha relações privilegiadas com os Estados Unidos, que era o Estado central no sistema internacional em formação. E, por fim, o Brasil defende em suas ações externas o nacionalismo via desenvolvimento, num período que vai de 1960 aos dias atuais.

Portanto, parece haver um consenso dos estudiosos sobre esses momentos que caracterizam a inserção internacional do Brasil.

Desta forma, durante sua evolução histórica, a Política Externa Brasileira vem agregando princípios e valores à diplomacia, de modo a tornar tais elementos intrínsecos à sua conduta. Tais padrões exercem duas funções: “dão previsibilidade à ação externa, tanto para observadores brasileiros quanto para estrangeiros, e, em segundo, moldam a conduta externa dos governos, impondo-se à sua sucessão e até mesmo a mudanças de regime político” (CERVO, 2008, p.26). Myiamoto (2011, p.9) segue essa mesma linha apresentada por Cervo, onde explicita que há adaptações às novas conjunturas internas e externas de todos os Estados, onde atualizam-se os interesses dos detentores do aparelho de Estado no momento e, se existir um projeto político, operam modificando-o segundo as próprias conveniências, mas “a política externa jamais cambia tanto que possa ser considerada como grande mudança na sua forma de atuar, na definição dos parceiros e na escolha de prioridades” (MYIAMOTO, 2011, p.9). É dessa forma, portanto, *mutatis mutandis*, que o Brasil tem atuado no decorrer de sua história, não ocorrendo quebra de certo comportamento e de determinada ordem, daí surgindo esses modelos de conduta.

Esses modelos de conduta, por sua vez, exibem traços de continuidade da política externa do Estado, as quais oferecem um “padrão do acumulado histórico” (CERVO, 2008, p.27) Sendo assim, essas características da Política Externa Brasileira se fazem por conceitos como a autodeterminação, a não intervenção e solução pacífica de controvérsias, o juridiscismo, o multilateralismo normativo, realismo e pragmatismo, a cordialidade oficial no trato com os vizinhos, entre outros que foram identificados ao longo dos anos.

Destarte, os países tendem sempre a abrigar suas políticas exteriores e seu modelo de inserção internacional dentro de paradigmas que, como referências, permitem avaliar o desempenho dos dirigentes e da sociedade organizada que pressupõe a longa duração (IDEM, p.65). Sendo assim, compreende-se que as relações internacionais do Brasil deram origem a quatro paradigmas: o liberal-conservador, que perpassa o século XIX e se estende a 1930; o desenvolvimentista, entre 1930 e 1989; o normal ou neoliberal e o logístico, “sendo que estes três últimos coabitam, embora com prevalências diferenciadas e descompassadas e integram o modelo brasileiro de inserção internacional de 1990 a nossos dias” (IBIDEM, p.66). Neste estudo, serão esboçados apenas os três últimos e de forma breve, já que são as três linhas de força da ação externa atual, de acordo com Cervo, além de serem fontes ou abarcam o período do estudo.

Segundo Bueno e Cervo (IBID., p.457), o Estado tido como desenvolvimentista assumiu características tradicionais e reforçou o aspecto nacional e autônomo da política exterior. Trata-se do Estado empresário, que arrastou a sociedade no caminho do desenvolvimento nacional mediante a superação de dependência econômica estrutural e a autonomia de segurança. Já o Estado normal consta-se aspectos como a submissão às coerções do centro hegemônico do capitalismo e dissolução e alienação do núcleo central robusto da economia nacional e transfere renda ao exterior. Opera-se a redução da funcionalidade do Estado de indutor do desenvolvimento para expectador do mercado, conforme os princípios do Consenso de Washington. E, por fim, o terceiro paradigma é o do Estado logístico,

que fortalece o núcleo nacional, transferindo à sociedade responsabilidades empreendedoras e ajudando-a a operar no exterior, para equilibrar os benefícios da interdependência mediante um tipo de inserção madura no mundo globalizado (BUENO e CERVO, 2008, p.457).

Nos dois mandatos do Presidente Lula (2003-2006 e 2007-2010), o Estado Logístico assumiu o papel central no planejamento estratégico do desenvolvimento nacional, além da função de dar assistência e reconhecer as atividades empreendedoras dos demais atores sociais e econômicos domésticos com a delegação de responsabilidades e poder. Portanto, o Estado logístico é um misto entre o nacionalismo do Estado Desenvolvimentista e as inovações necessárias e positivas propostas pelo Estado Normal, configurando esse Estado como empreendedor, pois conjuga capacidades e responsabilidades que viabilizem a inserção autônoma do Brasil.

O que Cervo caracterizou como Estado Logístico, HIRST et al (2010, p.23) vão caracterizar de “renovada estatalidade” em que:

[...] a política internacional do Brasil alargou como nunca sua ancoragem institucional com base na mobilização de múltiplas agências do Estado com agendas externa próprias ou complementares às linhas de ação do Itamaraty [que] vem sendo acompanhada por um dinamismo empresarial marcado pela globalização de seu mapa de investimentos externos com ênfase nos países em desenvolvimento, sejam estes na América Latina – especialmente América do Sul –, na África ou na Ásia (HIRST et al, 2010, p.23).

Sendo assim, a presente pesquisa se encaixa no terceiro momento do acumulado histórico da Política Externa Brasileira e, desta maneira, com características de um Estado Logístico pelo menos no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), cuja política

externa manteve traços de continuidade da Política Externa Brasileira, a partir dos padrões de conduta, apresentados por Cervo (2008).

Durante o início do século XXI, com uma maior projeção do Brasil no sistema internacional, ampliaram-se os espaços de atuação da diplomacia brasileira, o que proporcionou ao país participar de importantes centros de debate.

Com isso, no governo Lula (2003-2010), o Brasil buscou um aumento do próprio poder, com a estabilidade das instituições políticas e econômicas e viu a necessidade de seguir uma alternativa em sua projeção externa. Esta alternativa foi de procurar, com outros parceiros, mudar a estrutura do poder mundial, não de forma revolucionária, mas sim adotando uma postura revisionista, visando principalmente a melhorar sua inserção individual, tornando-a mais favorável para seus objetivos. Brasília articulou uma maior aproximação com os países em desenvolvimento, desde 2003, apoiando inclusive, a criação de espaços multilaterais que, além da redução das assimetrias no sistema internacional e a cooperação técnica entre os países, articulam uma nova ordem mundial. Como resultado, o Brasil se tornou um dos protagonistas na busca dos países em desenvolvimento em obterem maiores espaços no sistema internacional (MYIAMOTO, 2011, p.8).

No governo Dilma (2011-2014), os objetivos na esfera internacional incluem a obtenção de desenvolvimento por meio da diversificação de parceiros comerciais e o fortalecimento da região sul-americana. Em seu governo, Dilma teve mais pragmatismo e tecnicismo em suas ações externas, acreditando mais nas instituições e no direito internacional. Assim, há um enorme engajamento nas questões das reformas das organizações intergovernamentais, numa tentativa brasileira de construir um novo cenário internacional, que além da redução das assimetrias, busca um cenário mais justo e democrático, indo de encontro, portanto, com a ideia de “multipolaridade benigna”, apresentada pelo governo Dilma.

Portanto, por meio de uma análise comparativa, o objetivo do presente trabalho é analisar se a política externa para a América do Sul durante os governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff foram de mesma agenda, intensidade e pragmatismo para a América do Sul. Com isso o problema de pesquisa tem por objetivo saber se: A política externa para a América do Sul durante os governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff foram de mesma agenda, intensidade e pragmatismo? Sendo que, entende-se que a política externa dos dois governos mantiveram prioridade a América do Sul em suas agendas e de mesmo pragmatismo, porém houve um menor ativismo por parte do governo Dilma, consistindo na hipótese deste trabalho. Dito isto, primeiramente será descrito de forma geral o período da Política Externa Brasileira do governo Lula, com o intuito de compreender seu processo de construção. Posteriormente, no segundo capítulo, serão ressaltados também de forma geral as características da política

externa durante o governo de Dilma, para que se tenha conhecimento sobre seu posicionamento. Nos dois capítulos seguintes, se fará uma explanação das ações das políticas externas dos dois governos em questão para América do Sul. Ao final, se realizará um balanço geral de maneira a concluir como se estabeleceram as pautas das agendas dos governos para a América do Sul, para isso, exemplificar-se-á os pontos de comparação e elucidando-os com suas ações.

Por fim, o interesse em se propor este trabalho, além de fornecer material que propicie delimitar quais foram as pautas das agendas dos dois governos, está na atualidade do tema. Pela contemporaneidade, pelas imprecisões e pela própria comparação em relação à política externa do governo Lula, compreende-se relevante a análise da política externa do governo Dilma num todo, e para a América do Sul em particular, como forma de vislumbrar que essa região, além de ser área prioritária, emana divergências na pauta da ação externa do Brasil. A análise da Política Externa Brasileira deve ser compreendida como elemento central das relações internacionais do Brasil, identificando posturas e padrões de conduta.

Para a execução da pesquisa, se fez uso de métodos auxiliares, como o levantamento de dados, análise de fontes secundárias (obtidas em materiais bibliográficos), análise de fontes primárias (especialmente documentos expedidos pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil) e mesmo fontes terciárias.

2 AS BASES DA POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA (2003-2010)

A ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência do Brasil, em 2003, marcou o início de um período de significativo crescimento econômico e importantes transformações sociais internas e maior expressão externa. Durante os dois mandatos do Presidente Lula (2003-2010) foi marcante a ação política em causas sociais, o que na prática, teve como resultados a criação de ações de combate à pobreza, à fome e à desigualdade. Além disso, buscou-se concomitantemente a formação de um expressivo mercado de massas, através de políticas desenvolvimentistas que redimensionaram o papel e a importância das empresas estatais, dos bancos públicos e dos fundos de pensão, combinados a transferência de renda, aumento da renda do trabalho (via uma política de elevação do salário mínimo e pensões), ampliação em larga escala do acesso ao crédito, alta nos gastos ligados à área social (especialmente, Educação e Saúde), melhora no nível de investimento público e medidas de proteção e apoio ao setor industrial, a fim de estimular a tecnologia e inovação (HIRST et al., 2010; DIRCEU, 2012).

Foi desse modo que o governo Lula implantou suas linhas de desenvolvimento nacional e a partir daí, dentre seus objetivos, perseguiria meios de diminuir a vulnerabilidade externa do Brasil, caracterizando o Estado Logístico. Como Hirst et al (2010, p.22) apontam:

Na atualidade, a política exterior, pró-ativa e pragmática, é um dos pés da estratégia de governo calcada em mais três pilares: manutenção da estabilidade econômica; retomada do papel do Estado na coordenação de uma agenda neodesenvolvimentista; e inclusão social e formação de um expressivo mercado de massas. Por ter alargado a agenda de temas e atores (burocráticos e sociais), a política externa passou a ter uma base societal com a qual não contava anteriormente. (HIRST et al., 2010, p.22)

Portanto, essa linha a ser seguida por Lula em seu governo está explícita em seu discurso de posse em 2003, onde além de projetar o desenvolvimento externo a partir do desenvolvimento interno aponta as diretrizes de sua política externa:

[...] o Brasil combaterá o protecionismo [...] A grande prioridade da política externa durante o meu Governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social. [...] Procuraremos ter com os Estados Unidos da América uma parceria madura, com base no interesse recíproco e no respeito mútuo. Trataremos de fortalecer o entendimento e a cooperação com a União Europeia e os seus Estados-membros, bem como com outros importantes países desenvolvidos, a exemplo do Japão. Aprofundaremos as relações com grandes nações em desenvolvimento: a China, a Índia, a Rússia, a África do Sul, entre outras. Reafirmamos os laços profundos que nos unem a todo o continente africano e a nossa disposição de contribuir ativamente para que ele desenvolva as suas enormes potencialidades. [...] Vamos valorizar as

organizações multilaterais, em especial as Nações Unidas, a quem cabe a primazia na preservação da paz e da segurança internacionais (SILVA, 2011a, p.8).

O presidente Lula nomeou o embaixador Celso Amorim como Ministro das Relações Exteriores. Em seu discurso de posse, o Chanceler deixou suas primeiras impressões:

Temos que levar esta postura de ativismo responsável e confiante ao plano das relações externas. Não fugiremos de um protagonismo engajado, sempre que for necessário para a defesa do interesse nacional e dos valores que nos inspiram. [...] No Governo Lula, a América do Sul será nossa prioridade. [...] Nossa política externa não pode estar confinada a uma única região, nem pode ficar restrita a uma única dimensão. O Brasil pode e deve contribuir para a construção de uma ordem mundial pacífica e solidária, fundada no Direito e nos princípios do multilateralismo, consciente do seu peso demográfico, territorial, econômico e cultural, e de ser uma grande democracia em processo de transformação social. (AMORIM, 2003a, s/p)

Desta forma, foi a partir da redução da vulnerabilidade interna e do fortalecimento da democracia, com início após o fim da ditadura militar, com o governo Lula enfrentando positivamente os temas do crescimento, o que teve forte efeito de demonstração sobre a região, em especial na América do Sul, que o Brasil conquistou credenciais para pleitear novos espaços perante o sistema internacional.

Além da estabilidade interna, o contexto externo também favoreceu tal conquista, pois no período de ascensão de Lula à Presidência do Brasil, nota-se, de acordo com Garcia (2012, p.57), que a estrutura do sistema internacional começou a ruir: até a preponderância dos Estados Unidos foi posta em xeque por conta de suas dificuldades internas. A “desordem mundial” tem se retratado, também pelas mudanças no sistema internacional, o que é primordial para o Brasil, que busca por maiores espaços (RAMANZINI, 2010, p.64).

Em uma breve análise dos planos plurianuais, pode-se notar alguns dos objetivos que o governo Lula iria perseguir durante seus mandatos em relação à política externa: o Plano plurianual 2004-2007, que pretendia sua construção de forma participativa, com “envolvimento direto da sociedade”, se basearia na promoção deste mercado interno de consumo de massa citado, compondo-se de uma estratégia de longo prazo, com três grandes objetivos de governo “claramente demarcados nas áreas social, econômica e institucional” (LESSA, COUTO, FARIAS, 2009, p.97). E, era com tal estratégia de longo prazo que se traz uma projeção de redução da vulnerabilidade externa. Portanto, o plano vai ao encontro com as ideias caracterizadas pelo governo de Lula de tornar como elemento central de sua administração a articulação do interno/externo.

Sendo assim, o plano já configurava um aumento da pauta de exportações através da diversificação dos parceiros brasileiros, além de uma estratégia de desenvolvimento que já fazia menção ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e aos demais países da América do Sul, antevia uma integração comercial sólida, na defesa de uma articulação regional que buscasse a complementaridade que favoreceria o “desenvolvimento harmônico” do Brasil e dos países do continente (LESSA, COUTO E FARIAS, 2009, p.97).

Para os países desenvolvidos, o plano ressaltava que se devia ter uma relação equilibrada com os países que integravam o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio/ North American Free Trade Agreement (NAFTA), a União Europeia e o bloco asiático em torno do Japão. Ainda antevia uma aproximação do Brasil com China, Índia e Rússia além dos países africanos, em particular os de língua portuguesa e África do Sul. Portanto, o Plano tentava estreitar os laços de relacionamento entre os países destacados, vide IBAS (Fórum de diálogos Índia, Brasil e África do Sul) e conferir instrumentalidade prática ao conceito de BRICs (grupo formado por Brasil, Índia, Rússia e China)¹ insinuando interesses comuns frente aos desafios impostos no cenário internacional (LESSA, COUTO, FARIAS, 2009, p.101).

O Plano preconizava, por fim, a reforma e “democratização” do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), enfatizando como um dos objetivos da Política Externa Brasileira a presença do Brasil enquanto membro permanente num Conselho de Segurança ampliado (LESSA, COUTO, FARIAS, 2009, p.101). Portanto, além dessa estratégia de desenvolvimento de longo prazo, o plano estabeleceu algumas diretrizes de ação da política externa como a intensificação das relações e da cooperação do Brasil com os países da América do Sul e em seguida com os países em desenvolvimento; uma defesa do multilateralismo e do direito internacional; intenção de reforçar o combate aos ilícitos transfronteiriços em todas as suas formas; e questões atinentes à defesa do meio ambiente e desenvolvimento sustentável no plano internacional, além, é claro, uma diretriz que ressalta relacionamento do país com seus parceiros do MERCOSUL (LESSA, COUTO, FARIAS, p.101, 2009). Segundo Lessa, Couto e Farias (2009, p.101) “há, [...] um alto grau de coerência entre o disposto no Plano Plurianual e as linhas de atuação implementadas pelo primeiro governo Lula”, poderemos constatar tal fato ao longo do capítulo.

¹ Neste momento de surgimento do grupo, a África do Sul ainda não fazia parte. Isso veio a ocorrer somente em 2010, com o grupo passando a se chamar BRICS, em que a letra “S” faz representação ao país africano.

O Plano Plurianual 2008-2011 começou a ser moldado com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), logo no início do segundo mandato. A centralidade para as políticas de investimento produtivo tornaram-se elementos essenciais para um posicionamento competitivo do Brasil no contexto internacional com o papel da Ciência, Tecnologia e Inovação reforçados, demonstrando que a visão do componente internacional continuava presente (LESSA, COUTO E FARIAS, 2009, p.101).

O grande destaque do plano, em termos de política externa, centrando-se como um dos dez objetivos de governo, era o fortalecimento da inserção soberana nacional e a integração sul-americana, formalizando, portanto, a relevância que a região ganhou do primeiro mandato do governo Lula. Ainda, o plano posiciona-se na defesa de uma ordem internacional mais justa e solidária, destacando a ação contra a fome e pobreza, lançada em 2004, além da patente e, como tem sido uma conteste na política externa do governo Lula, o plano ressalta a importância da reforma da Organização das Nações Unidas (ONU), particularmente do seu Conselho de Segurança, mais a participação no Haiti, que é lembrada. Por fim, o plano defende a formação de uma nova geografia comercial, destacando o papel brasileiro na formação do G-20 (Grupo de países em desenvolvimento criado, na fase final de preparação da V Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), para ampliar a participação desses países nas discussões da Rodada Doha da OMC, e invoca a relevância da cooperação Sul-Sul, base da política externa do governo Lula (LESSA, COUTO e FARIAS, 2009, p.104/105

Portanto, no plano de 2004-2007, se tinha como objetivos uma defesa de uma articulação regional que buscasse a complementaridade e que favoreceria o “desenvolvimento harmônico” do Brasil e dos países do continente sul americano, além de manter uma relação equilibrada com os países do centro. Já no plano de 2008-2011, os objetivos da política externa estavam baseados ao fortalecimento da inserção soberana nacional e a integração sul-americana, além, é claro, de sempre se manter na linha de defesa das causas sociais. Sendo assim, os desdobramentos de tais metas devem ser notados ao longo desta análise durante os mandatos de Lula (2003-2010).

Desta forma, a política externa do governo Lula foi marcada por uma renovação das ações do país devido a sua percepção das mudanças que ocorriam no sistema internacional, com claras características de multipolaridade. A política externa do período manteve suas ações baseadas em uma ordem mundial multipolar, que reestimularia as alianças no nível Sul-Sul, contestando a hegemonia dos centros desenvolvidos.

TABELA 1 - DESTINO DAS VIAGENS DO PRESIDENTE LULA POR REGIÃO

Região	2002*	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Multilaterais	0	9	7	7	6	14	13	21	11	88
América do Sul	2*	7	6	10	5	8	9	7	8	62
América Central	0	1	2	1	0	4	5	3	3	19
América do Norte	2*	2	1	0	0	2	0	2	0	9
Europa	0	6	1	5	2	6	8	10	1	39
África	0	5	2	5	4	3	1	2	6	28
Ásia	0	0	2	2	0	1	3	2	1	11
Oriente Médio	0	5	0	0	0	0	0	1	4	10
Antártida	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
TOTAL	4*	35	21	30	17	38	40	48	34	267

Fonte: Ministério das Relações Exteriores (MRE) – 2011.

*Viagens como presidente eleito.

O governo Lula e sua equipe de política externa² focaram a agenda brasileira na combinação dos eixos horizontal e vertical, assim como afirma Pecequilo (2008, p.136). Durante as duas últimas décadas, a natureza das prioridades e perspectivas da Política Externa Brasileira vem sendo objeto de um debate interno, iniciado com o fim da Guerra Fria em 1989. Este debate está enraizado nas tradições das Relações Internacionais do país, opondo duas tendências: a hemisférica bilateral e a global multilateral (PECEQUILO, 2008, p.136). Sendo assim, para Pecequilo (p.136, 2008), a política externa do século XXI “[...] transforma e atualiza o passado ao mesclar equilibradamente as dimensões Norte-Sul e Sul-Sul”, o que, segundo Ullrich, Martins e Carrion (p.7, 2013), não é uma tarefa fácil. O objetivo de tal combinação é uma tentativa de reposicionar o país “como potência média e nação emergente que precisa de uma diplomacia de alto perfil adequada a suas capacidades e necessidades” (PECEQUILO, 2008, p.143). Portanto, se fez necessária tal combinação para que o Brasil pudesse se reposicionar internacionalmente através de uma diplomacia mais ativa e incisiva.

Desde o final do governo de Fernando Henrique Cardoso que os rumos da política externa começam a se delinear nessas bases atuais. Segundo Vizentini (2003), Fernando Henrique Cardoso alterou o curso de sua política externa do eixo vertical norte para a América do Sul, reintegrando países emergentes como Rússia, China e Índia e intensificando o discurso da “globalização assimétrica”. Segundo o autor, tal método utilizado veio para

²Liderada pelo Chanceler Celso Amorim e pelo Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães na Secretaria Geral do Ministério das Relações Exteriores.

combater a crise do MERCOSUL e dos países sul-americanos a partir de dentro do continente, ampliando a integração do Cone Sul para o contexto regional (VIZENTINI, 2003). Além disso, “os novos constrangimentos sistêmicos internacionais demandaram a reformulação da estratégia de inserção internacional do Brasil” (OLIVEIRA, 2005, p.1). Assim, viu-se, no final do mandato de Fernando Henrique Cardoso, essa mudança no eixo de inserção, com a diplomacia do governo Cardoso intensificando relações e estabelecendo coalizões na lógica da geometria variável de poder com os países em desenvolvimento da OMC, tais como Índia e África do Sul durante o contencioso das patentes farmacêuticas contra os Estados Unidos. Deste contexto surge o IBAS.

Ainda, até por adotar uma nova postura de inserção mais ativa, o Brasil teve um ganho de posição frente aos Estados Unidos que o avalia, como um poder estabilizador regional, acentuado devido a inúmeros acontecimentos, como à ascensão de Chávez e ao vácuo de poder norte-americano acentuado pela chamada Guerra ao Terror. Além disso, tem-se a expansão positiva da ação brasileira na ONU com liderança da operação de paz no Haiti, sua mediação via Organização dos Estados Americanos (OEA) e bilateralmente de tensões entre vizinhos, ressaltaram desde 2003 sua importância para os Estados Unidos. Portanto, o Brasil passa a atuar através de uma “barganha” de alto perfil deixando para trás em uma tática de uma atuação de “bom comportamento” (PECEQUILO, 2008, p.145).

Sendo assim, numa caracterização da Política Externa Brasileira durante o governo Lula, de acordo com Vizentini (2005) e Hirst, Lima e Pinheiro (2010), pode-se dizer que esta se sustenta por três pilares: a) diplomacia econômica (pautada na manutenção da estabilidade econômica), b) diplomacia política (baseada na retomada do papel do Estado e na coordenação de uma agenda neodesenvolvimentista) e c) uma diplomacia social (com foco na inclusão social e na formação de um expressivo mercado de massas). Deste modo, por tudo já dito, tais pilares são parte dessa nova estratégia da política externa amadurecida por mais de uma década, e não de uma política voluntarista, e tem se mostrado adequado à correlação de forças existentes no país e no mundo. Apesar do atual curso da Política Externa Brasileira ter se iniciado já no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, não houve naquele momento alterações concretas significativas (VIZENTINI, 2008, p.105)

Ainda, tomando-se por base essas três dimensões pode-se afirmar que seus objetivos econômicos e políticos foram conciliados, proporcionando um ganho de posição em um sistema internacional que adquire características multipolares. Ademais, segundo Ullrich, Martins e Carrion (2013), não restam dúvidas que durante os dois mandatos do governo Lula,

o Brasil adotou uma nova política externa, da qual resultou seu reposicionamento no cenário internacional, sobretudo em suas relações com os países semiperiféricos e periféricos.

Dias (2013, p.1) também concorda que esse ganho de importância do Brasil no sistema internacional, que lhe confere a qualidade de força progressiva na arena global, não é percebido enquanto fruto de uma estratégia de política externa completamente nova. Porém, ele afirma que não há uma ruptura de paradigma histórico, pois, como se pode observar:

Diversos elementos que compõem o que se entende convencionalmente como os princípios da tradição diplomática brasileira, encontram-se presentes tanto no discurso quanto na prática do período mencionado. Dentre estes princípios, destacam-se a busca por autonomia política e desenvolvimento econômico, a ênfase na solução pacífica de conflitos, a defesa da não intervenção e importantes reservas quanto ao uso da força, bem como a preferência pela mediação ao invés da condenação (DIAS *apud* ENGSTROM, 2012, HIRST et al., 2010)

Porém, algumas alterações da ênfase em certas opções, para alcançar novas formas de inserção internacional, foram feitas. Sendo assim, para executar as estratégias da Política Externa Brasileira neste período, o presidente Lula, juntamente com o Itamaraty, adotou a diplomacia presidencial para dirigir com ativismo a diplomacia brasileira. Segundo definido por Danese (1999, p.51), diplomacia presidencial é a “condução pessoal de assuntos de política externa, fora da mera rotina ou das atribuições ex-officio, pelo presidente, ou, no caso de um regime parlamentarista, pelo chefe de estado e/ou pelo chefe de governo”. Sendo assim, a diplomacia brasileira dotou-se de um sentido tático-estratégico, de visão de longo alcance (VIZENTINI, 2008, p.104).

Outro elemento importante na execução das estratégias foi a revalorização do papel do Itamaraty no processo decisório da política externa do país, que foi determinante para um maior protagonismo do Brasil no campo da cooperação internacional e para o desenvolvimento. Pois se buscava por um lado reforçar a marca estadista da Política Externa Brasileira e, por outro lado, buscava-se aliar esta atuação com uma dimensão interburocrática da diplomacia por via de novas redes de interconexão tanto ministeriais quanto de base societal da inserção internacional brasileira (HIRST, LIMA, PINHEIRO, 2010, p.23-25) Portanto, o Itamaraty com apoio ostensivo da presidência e articulando-se estrategicamente com burocracias médias, através de tais interconexões, teve centralidade na formulação das principais posições internacionais no governo Lula (RAMANZINI, 2010, p.63) Pode-se exemplificar, a ampliação da rede diplomática e consular do país através de números. A partir de 2003, o Brasil abriu novas representações em 44 países, sendo 40 embaixadas e 67 postos

diplomáticos no governo Lula, além das mais de seiscentas vagas criadas para diplomatas. (CORNETET, 2014, p. 124).

Deste modo, seguindo esta linha, o governo buscou aderir aos princípios e às normas internacionais por meio de alianças Sul-Sul com parceiros não tradicionais (China, Ásia-Pacífico, África, Europa Oriental, Oriente Médio etc.) A cooperação tanto bilateral como multilateral com países semiperiféricos foi fomentada pelo governo Lula, com objetivos estratégicos claramente definidos. Sendo assim, o governo Lula firmou alianças com as potências médias emergentes, do que resultaram iniciativas como a formação do IBAS, a criação em grande parte por iniciativa brasileira do G-20, com seus avanços no âmbito das negociações comerciais multilaterais e os BRICS. Além de outros mecanismos inter-regionais, também fruto de iniciativa brasileira como a Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA), a Cúpula América do Sul-África (ASA), a Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da América Latina e Caribe para o Desenvolvimento e a Cooperação (CALC), que progressivamente se juntou com o Grupo do Rio, tornando-se a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). Todas as iniciativas tem objetivos comuns de constituir concertação política e cooperação para o desenvolvimento entre as regiões.

Portanto, essa perspectiva abrangente da política externa se manifestou igualmente na busca de interlocução com países e regiões com os quais o relacionamento brasileiro havia sido até então bastante pequeno. Como exemplos já citados dos mecanismos inter-regionais através de um diálogo que se estabeleceu em Brasília (2005), entre a América do Sul e os países árabes, que se desdobrou em outros dois encontros, em Doha (2009) e em Lima (2012).

Ainda, essa expansão brasileira rumo a diversificar seus parceiros e ampliar as relações Sul-Sul, fez com que o governo Lula multiplicasse o número de viagens ao continente africano. Lula, só para África, deslocou-se 28 vezes e visitou 39 países – alguns mais de uma vez, e somando-se as viagens multilaterais – em seus oito anos de governo. No período, o Itamaraty abriu 19 novas embaixadas, totalizando hoje, incluindo as embaixadas abertas durante o governo Dilma, 37 países nos quais o Brasil tem embaixadores residentes. Em contrapartida, o número de países africanos em Brasília passou de 16 para 33.

Assim, a fim de estreitar as relações com os países africanos, o Brasil via Banco Nacional para o Desenvolvimento Social (BNDES) apoia a projetos de infraestrutura física e energético em moldes semelhantes àqueles desenvolvidos na América Latina. Além disso, criaram-se mecanismo de cooperação entre entidades, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), e governos africanos.

Foi assim, que o Brasil através de sua política externa buscou novos espaços e com a ambição de consolidar o protagonismo no cenário internacional priorizou, durante o governo Lula, a estratégia de Cooperação Sul-Sul. Esta tem sido uma importante estratégia brasileira na busca por novos espaços, como afirmam Vigevani e Cepaluni, (2007), “países como o Brasil, no intuito de reduzirem as assimetrias do sistema internacional e consolidarem-se como novos polos de poder, têm buscado instrumentos capazes de reforçar e ampliar suas alianças na arena mundial”.

Determina-se, portanto, Cooperação Sul-Sul a cooperação entre países em desenvolvimento, cujo objetivo é o de promover uma maior articulação entre países do Sul e para estimular o seu próprio desenvolvimento. Sendo assim, esta se faz “como um processo de parceria econômica, política, social, comercial ou de outra natureza que se estabelece trazendo vantagens mútuas para os países parceiros, semiperiféricos e periféricos, tanto de forma bilateral quanto multilateral (PUENTE, 2010; AYLÓN PINO, 2007; CARRION 2012)

Portanto, neste terceiro momento do acumulado histórico, desde 1960, buscando redefinir sua inserção no sistema internacional, a Política Externa Brasileira aprofundou as noções de desenvolvimento e as relações Sul-Sul como possibilidades de ampliação das relações internacionais do país, no sentido de superar os condicionantes internos brasileiros e daqueles pares, além de diminuir o grau de dependência desses em relação aos Estados centrais. Tal conceito pode ser ampliado como uma:

[...] política ativa de desenvolvimento’ e [...] necessidade de se articular um projeto nacional voltado para a superação dos desequilíbrios internos em primeiro lugar’. A inserção ativa [do Brasil no sistema internacional] deve ser buscada na composição com países que tenham interesses semelhantes e se disponham a resistir às imposições das potências dominantes’ (LIMA, 2005, p.11).

Ainda, quanto ao uso Ullrich, Martins e Carrion (2013, p.2) denotam que “a Cooperação Sul-Sul em tese, propõem relações mais igualitárias e solidárias entre os países envolvidos, num contraponto as relações Norte-Sul”. Por isso, diante da necessidade dos países do Sul em equilibrarem os efeitos perversos das relações Norte-Sul é que se vincula a emergência da Cooperação Sul-Sul (PUENTE *apud* ULLRICH, MARTINS e CARRION, p.3, 2013). Porém, como aponta Vizentini (2008, p.111), apesar de tal contraponto e a busca por equilíbrio, o fomento pelo Brasil da Cooperação Sul-Sul “são focadas, pragmaticamente, em pontos comuns, sem a criação de uma frente anti-hegemônica ou anti-OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico)”. Portanto, em linhas gerais, o Brasil

engajou-se em utilizar a Cooperação Sul-Sul como instrumento mor de sua política externa, com propósito de superar seus condicionantes, além de buscar relações mais igualitárias.

Com isso, como já evidenciado, a política externa do governo Lula se utilizou, sobretudo, do instrumento multilateral de inserção para estreitar a Cooperação Sul-Sul, seja em plano regional seja mundial, para que os espaços da ação externa brasileira fossem ampliados. Este sistema multilateral foi combinado com a defesa da soberania e igualdade entre todos os países. Conforme apontado por Visentini (2010) se faz necessário haver essa intensificação na participação multilateral, pois as relações Sul-Sul necessitam de tal, uma vez que, os países membros não conseguem promover ações individuais que influenciem o sistema internacional. Ainda, quanto à busca por essa forma de inserção, ou seja, o porquê de se adotar o multilateralismo, Ullrich, Martins e Carrion (2013, p.7) destacam “[...] que este desempenho pela coletividade objetiva evitar um constrangimento internacional, de modo a não contrapor os atos unilaterais de grandes potências, isoladamente”.

Uma dessas iniciativas multilaterais, o IBAS, visa consolidar um bloco trilateral Sul-Sul para o fortalecimento da capacidade política nas negociações comerciais internacionais desses países na OMC frente aos *partners* (parceiros) desenvolvidos (OLIVEIRA, 2005, p.5). Que é objetivo também do G-20 de impedir concessões adicionais dos países em desenvolvimento e dos Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDR) para com os países desenvolvidos no setor industrial e agenda de Cingapura sem reciprocidade na dimensão agrícola, buscando atingir maior equilíbrio nas negociações (PECEQUILO, 2008, p.149). A Conferência de Cancun, em 2003, da qual surgiu o G-20, pode ter representado o momento inaugural da proposta do governo Lula de adensamento do diálogo e das parcerias Sul-Sul. Ao derrotar os maiores pilares do protecionismo e da subvenção dos países rico contra a concorrência agrícola do mundo em desenvolvimento e ao liderar o G-20, o Brasil segundo Oliveira (p.12, 2005) certamente “passou a figurar entre os grandes *players* globais nas discussões sobre comércio internacional do século XXI”.

Pecequilo (2008, p.150) afirma que as tensões no âmbito da OMC não afetaram negativamente a agenda político-estratégica das relações brasileiras com o eixo vertical, havendo até um amadurecimento no âmbito de parceiros como os Estados Unidos e a União Europeia, criando diálogos estratégicos, focados nos progressos possíveis. Estes diálogos demonstram a importância atribuída pela diplomacia brasileira aos países ricos, não implicando em confrontos com estes, a fim de contribuir para uma nova geometria de poder mundial (VIGEVANI, 2010).

Portanto, nota-se que nos últimos dez anos fortaleceu-se a vocação multilateral da Política Externa Brasileira, que além de aumentar sua participação em questões internacionais

tem o intuito de aumentar a cooperação entre os países, principalmente através da Cooperação Sul-Sul. Ainda, há uma ênfase da diplomacia brasileira na necessidade de além de participar ativamente, propor uma profunda reforma das instituições multilaterais, a começar pelas Nações Unidas e seu Conselho de Segurança. Garcia (2013, p.68/69) expõe a intenção brasileira de integrar esse conselho na condição de membro permanente, onde ele aponta que:

[...] não é uma demanda tacanha de um país que busca maior projeção no mundo. Trata-se, antes de dar eficácia à ONU e legitimidade a seu Conselho de Segurança, que reflete hoje, em sua composição, uma correlação de forças internacionais ultrapassadas, de mais de sessenta anos (GARCIA, 2013, p.69).

O objetivo de tais reformas é provocada por uma tentativa brasileira de construir um novo cenário internacional onde este seja justo e democrático, o que implica atuar em múltiplas frentes. Para tanto, a fim de construir esse novo cenário em terrenos muito diversificados, o governo brasileiro tem tido participação intensa na reforma dessas instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura/ Food and Agriculture Organization of United Nations (FAO) e, como já enfatizado na OMC. Ainda, essa busca por modificar as estruturas de tais órgãos internacionais tradicionais está ligada a uma investida brasileira de aumentar o seu peso sobre eles. Segundo Pecequillo (2008, p.145), o Brasil não está sozinho nessa busca, tendo tais objetivos similares aos dos países do Sul. Ainda, segundo ela, tal reivindicação permanente pela reforma vem desde o fim da Guerra Fria.

Engstrom (2012, p.8) ressalta que o discurso de política externa do governo Lula salienta a necessidade de um mundo multipolar e enfatiza, que este tem que ter como base o multilateralismo, seguindo, portanto, as tradições diplomáticas nacionais. Porém, não um multilateralismo com postura de confrontação, submissão ou revisionismo, mas um de penetrar a ação das estruturas hegemônicas do capitalismo de modo a ser parte do jogo de reciprocidades internacionais, comando e dos benefícios. E é isso que o Brasil vem tentando fazer ao acentuar sua participação e dos demais países periféricos do sistema internacional em organismos multilaterais.

Logo, a administração Lula será marcada pelo reconhecimento internacional do Brasil enquanto país emergente. Deste modo, as oportunidades geradas pela difusão de poder no âmbito internacional, bem como o papel singular do Itamaraty na definição da estratégia da política internacional do país é que viabilizaram tais articulações e posições, o colocando no patamar de protagonista internacional.

3 AS BASES DA POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO DILMA (2011-2014)

No governo de Dilma Vana Rousseff (2011-2014), as bases da política externa mantiveram-se alinhadas aos moldes do governo Lula. Em parte, tal alinhamento se deve aos dois pertencerem ao Partido dos Trabalhadores (PT), e que como afirma Cornetet (2014, p.111), possui uma pauta clara de política externa e entendimento do sistema internacional, portanto, pouco pode-se adiantar sobre mudanças de rumo. Ainda, o autor considera que o atual governo segue com os mesmos objetivos na esfera internacional que o anterior – incluindo a obtenção de desenvolvimento por meio da diversificação de parceiros comerciais e a afirmação do Brasil como líder regional –, “mas a diplomacia de Dilma busca esses objetivos com menos ativismo e com mais limitações externas. Dessa forma, a mudança principal consistiria em uma contenção dos esforços da diplomacia brasileira” (CORNETET, 2014, p.111).

Em seu discurso de posse, Dilma traça suas diretrizes de política externa:

Nossa política externa estará baseada nos valores clássicos da tradição diplomática brasileira: promoção da paz, respeito ao princípio de não intervenção, defesa dos Direitos Humanos e fortalecimento do multilateralismo. O meu governo continuará engajado na luta contra a fome e a miséria no mundo. Seguiremos aprofundando o relacionamento com nossos vizinhos sul-americanos; com nossos irmãos da América Latina e do Caribe; com nossos irmãos africanos e com os povos do Oriente Médio e dos países asiáticos. Preservaremos e aprofundaremos o relacionamento com os Estados Unidos e com a União Europeia. Vamos dar grande atenção aos países emergentes. O Brasil reitera, com veemência e firmeza, a decisão de associar seu desenvolvimento econômico, social e político ao nosso continente. Podemos transformar nossa região em componente essencial do mundo multipolar que se anuncia, dando consistência cada vez maior ao MERCOSUL e à Unasul. Vamos contribuir para a estabilidade financeira internacional, com uma intervenção qualificada nos fóruns multilaterais. Nossa ação política externa continuará propugnando pela reforma dos organismos de governança mundial, em especial as Nações Unidas e seu Conselho de Segurança (ROUSSEFF, 2011a, s/p).

A presidente Dilma, para a condução do Ministério das Relações Exteriores nomeou o embaixador Antonio de Aguiar Patriota. Em seu discurso de posse, Patriota citou os rumos da política externa durante o governo Dilma, como continuar com o fortalecimento da cooperação, a seguir as condutas tradicionais da política externa e a priorizar o diálogo com os países da América do Sul e o processo de integração regional, porém isso não se dará em detrimento de relações com nenhuma outra região do globo, pelo contrário, de acordo com o ministro se permanecerá no acerto de promover agendas de ordem sub-regional, regional e global:

[...] Continuaremos a privilegiar o diálogo e a diplomacia como método de solução de tensões e controvérsias; a defender o respeito ao direito internacional, à não-intervenção e ao multilateralismo; a militar por um mundo livre de armas nucleares; a combater o preconceito, a discriminação e a arbitrariedade; e a rejeitar o recurso à coerção sem base nos compromissos que nos irmanam como comunidade internacional. [...] Ancorados em nosso entorno sul-americano, teremos a nossa disposição um MERCOSUL robusto e uma Unasul crescentemente coesa. Compete-nos completar a transformação da América do Sul em um espaço de integração humana, física, econômica, onde o diálogo e a concertação política se encarregam de preservar a paz e a democracia. Interessa-nos intensificar relações com uma pluralidade de parceiros nas esferas do comércio, dos investimentos, do diálogo político, entre muitas outras (PATRIOTA, 2011a, p. 01).

O Chanceler Patriota seria substituído em 28 de agosto de 2013, pelo Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado. Figueiredo em seu discurso de posse deu sinais de que continuaria a mesma linha adotada pelo seu antecessor.

[...] O fortalecimento da presença do Brasil no exterior se vem realizando por meio de uma ação diplomática que tem sabido conjugar a ênfase prioritária na integração regional e nas relações com cada um dos países vizinhos com uma projeção de caráter global e verdadeiramente universal, como é a vocação de nossa política externa. [...] Precisamos continuar e aprofundar o trabalho, que já vem sendo realizado, de buscar eficiência e eficácia cada vez maiores na promoção comercial [...] No plano multilateral, o rumo está definido e é necessário seguir adiante com coragem e com determinação, com o estilo construtivo que nos é próprio, na busca de soluções que correspondam aos nossos interesses e aos interesses de todo o mundo. [...] Por outro lado, os desdobramentos preocupantes no campo da paz e da segurança internacional demonstram a necessidade de valorização cada vez maior da diplomacia e dos meios pacíficos de solução de controvérsias (FIGUEIREDO, 2013, p. 2).

Sendo assim, para sustentar a política externa durante seu governo, a Presidente Dilma tentou manter a linha desenvolvimentista de seu antecessor, chegando a assumir características de um Estado Logístico. Entretanto, alguns entraves impossibilitaram a eficiência ao paradigma logístico. Como Cervo e Lessa (2014, p. 134) apontam, embora algumas dessas limitações fossem preexistentes (como a insuficiente infraestrutura e a elevada carga tributária), o governo de Rousseff

não somente falhou ao enfrentá-los como ainda agregou novos entraves: inchou a máquina do Estado, em três níveis – federal, estadual e municipal – multiplicando licenças requeridas para implantação de projetos de infraestrutura, produtivos, de desenvolvimento, e confiando, ademais, a burocratas subalternos o poder de interrompê-los em qualquer etapa de execução; sustou o diálogo constante e intenso com o empresariado industrial e do agronegócio, bem como com dirigentes, a exemplo do próprio Ministro de Relações Exteriores; não supriu, enfim, a baixa propensão do empresariado em inovar com política de Estado de inovação tecnológica que envolvesse Universidades, centros de pesquisa e empresas em dinâmica harmonizada (CERVO & LESSA, 2014, p. 134).

Outro aspecto da política externa do governo Dilma refere-se à postura menos ativista empregada, associando tal fato pela maneira como ela a conduz. Porquanto, percebe-se que a diplomacia brasileira ganhou um tom a mais de institucionalidade, em contraponto à diplomacia presidencial empreendida pelo presidente Lula. A presidente Dilma sempre teve mais pragmatismo e tecnicismo em suas ações externas, acreditando mais nas instituições e no direito internacional (BRICS POLICY CENTER, 2011). Em contrapartida, como afirma Belém Lopes (2014):

A rigor, a gradual substituição dos agentes tradicionais da política externa - diplomatas, cônsules, oficiais de chancelaria – por outros atores, governamentais e não governamentais não implicou necessariamente a deterioração da presença do Brasil no mundo. Antes, foi o xadrez da política internacional que começou a ser jogado com outras regras (BELÉM LOPES, 2014, s/p).

Ainda, o autor afirma que em muitos aspectos os números da presidência de Dilma refletem as de Fernando Henrique Cardoso, o que faz do governo Lula uma presidência atípica na tradição brasileira em termos de política externa (BELÉM LOPES, 2014). E, que pode-se observar na criação de embaixadas e postos diplomáticos durante o governo Dilma que foram apenas 8 e 10, respectivamente, além da criação de novas vagas para a diplomacia que foram somente 104. O Ministro das Relações Exteriores do governo Dilma, Antônio Patriota também é contrário a tal ideia, expressando o conceito de que “continuar não é repetir” (PATRIOTA, 2011b). Assim, por mais que não tenha realizado grandes mudanças, algumas diretrizes foram revistas pelo governo Dilma, como o que concerne aos Direitos Humanos.

TABELA 2 - DESTINO DAS VIAGENS DA PRESIDENTE DILMA POR REGIÃO

Região	2011	2012	2013	2014	Total
Multilaterais	9	9	9	7	34
América do Sul	4	1	5	1	11
América Central	-	2	-	1	3
América do Norte	-	-	1	-	1
Europa	2	2	1	-	5
África	2	-	2	-	4
Ásia	1	-	-	-	1
Oriente Médio	-	-	-	1	1
Antártida	-	-	-	-	-
TOTAL	18	14	18	10	60

Fonte: elaborada pelo autor através de dados do Palácio do Planalto (2014).

Diretrizes bem dúbias essas, pois apesar de se considerar um aspecto inovador, e a própria Presidente ao assumir, deu declarações que apontavam para a centralidade dos direitos humanos na política externa em seu mandato, como até afirmou em seu discurso, e assim como também o fez o Ministro Patriota, afirmando que esses não seriam “negociáveis” nas relações internacionais do país, o que se viu foi o contrário, com assuntos relacionados aos direitos humanos indo na mesma direção do governo Lula. Como por exemplo, quando, em três meses de governo, Dilma toma medida contraste com a política externa anterior. Em 24 de Março de 2011, o Brasil deu voto favorável no Conselho de Direitos Humanos da ONU ao envio de um relator especial do tema ao Irã. Antes o Itamaraty seguia o princípio da não seletividade das condenações por violações dos Direitos Humanos, como afirmado no capítulo anterior. (GARCIA, 2013, p.7) Porém, em seguida absteve-se na votação na Assembleia Geral que condenava as violações detectadas no país. Isso se deu mesmo depois da então eleita presidente Dilma ter criticado a abstenção proferida pelo governo Lula em dezembro de 2010, expondo incoerência entre discurso e prática.

Sendo assim, nota-se durante o mandato da presidente Dilma uma ambiguidade persistente na política externa para direitos humanos. Os efeitos mais visíveis foram o desprestígio ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos da OEA e as posições dubias na Organização das Nações Unidas (ONU), por exemplo, com relação as violações cometidas na Síria, Birmânia (Mianmar) e, como já mencionado no Irã. Além disso, nesse período, o Brasil não adotou instrumentos internacionais importantes, como a Convenção da ONU que garante direitos aos trabalhadores migrantes e um protocolo facultativo que permitiria o envio de denúncias à ONU por cidadãos brasileiros sobre violações de direitos econômicos, sociais e culturais. (CONNECTAS, 2012)

Deste modo, no governo Dilma as características basilares são a cooperação Sul-Sul na concepção da Política Externa Brasileira, o modo de inserção autônomo e multilateral, a priorização da integração sul-americana, a estratégia de consolidação da liderança na América do Sul e a geração de coalizões com outras potências emergentes. (AYLLÓN PINO, 2012 apud ULLRICH, MARTINS e CARRION, 2013, p.10). Assim, a Política Externa Brasileira durante o governo Dilma vai à busca de reduzir as assimetrias impostas pela globalização, segundo Ullrich, Martins e Carrion (2013, p.9):

O desejo de se firmar no cenário internacional como uma potência inovadora capaz de aliar políticas sociais voltadas à redução de assimetrias, decorrentes da globalização e, nesse sentido, de contribuir para o alcance dos Objetivos do

Milênio (ODM), no plano interno, à proposta de inovações nos sistemas de governança global, com ênfase para os sistemas de governança financeira, comercial, de segurança e de acesso a tecnologias, no plano externo, seriam segundo Ayllón Pino (2012) algumas das principais características da Política Externa Brasileira sob o governo Dilma (ULLRICH, MARTINS e CARRION, 2013, p.9).

Ao analisar-se o Plano Plurianual (2012-2015) do governo Dilma, aponta-se como estratégias prioritárias da Política Externa Brasileira, muitas semelhanças com o governo Lula como “[...] a manutenção da busca pelo multilateralismo nos níveis de governança regional e global, o aprofundamento das relações com os polos emergentes, países africanos e asiáticos, bem como o aprofundamento da integração latino-americana” (ULLRICH, MARTINS E CARRION, 2013, p.9).

A América do Sul, assim como no governo Lula, também aparece como prioridade no plano plurianual de Dilma, e, portanto, parece se manter como eixo prioritário na política externa do governo. Apesar da abordagem menos complacente, o governo Dilma busca um desenvolvimento equilibrado na região com ações de ampliação de mecanismos de financiamento do bloco, integração das infraestruturas de modo a contribuir para o fortalecimento de uma identidade comum. Os conjuntos de propostas “demonstram que o governo busca afirmar uma posição protagonista tanto no cenário latino americano quanto mundial” (ULLRICH, MARTINS e CARRION, 2013, p.9).

Com base no plano (BRASIL, 2011) e nas ações empreendidas no início do mandato da presidente Dilma, de acordo com o Brics Policy Center (2011), uma nova expressão passaria a designar a orientação da Política Externa Brasileira, a qual foi anunciada pelo próprio Chanceler Patriota: a “multipolaridade benigna” ou “multipolaridade da cooperação e inclusiva”, caracterizada por reconhecer a existência de uma estrutura multipolar de poder no mundo. Ainda de acordo com Patriota (2013, p.6), a multipolaridade se faz necessária, pois “o sistema de governança global precisa se democratizar para que a maioria dos países sintam-se representada e servir de instrumento para o desenvolvimento socioeconômico das nações menos privilegiadas”.

O objetivo político, portanto, passou a ser guiado para tornar esta multipolaridade mais cooperativa e sustentada na legitimidade, diferente da característica competitiva que predominou na cooperação Norte-Sul. Ademais segundo o Ministro, o foco na Cooperação Sul-Sul foi uma característica marcante do governo Lula, e por isso, com continuidade no governo Dilma, que procura manter a importância dessa modalidade de cooperação, porém, entendendo que esse tipo de parceria não precisa acontecer necessariamente em detrimento da

cooperação Norte-Sul. Portanto, essa gestão tenta manter um bom relacionamento nas duas frentes (BRICS POLICY CENTER, 2011).

Deste modo, como se observou, buscando redefinir sua inserção no sistema internacional, o governo Lula aprofundou as relações Sul-Sul como possibilidades de ampliação das relações internacionais do país, no sentido de superar-se os condicionantes internos brasileiros e daqueles pares, além de diminuir o grau de dependência desses em relação aos Estados centrais. Ainda, era através de tais relações que o governo Lula colocava em prática sua estratégia de inserção internacional a chamada “autonomia pela diversificação” (VIGEVANI & CEPALUNI, 2007). Com isso, este mesmo modo de inserção permaneceu durante o mandato de Dilma que continuou a estreitar os laços com os países em desenvolvimento que não eram tidos como tradicionais antes do governo Lula (China, Ásia-Pacífico, África, Europa Oriental, Oriente Médio etc.).

No plano mundial, a diplomacia brasileira permaneceu dando grande ênfase nas relações com os países do continente africano. Ainda no primeiro ano de governo, Dilma realizou sua primeira visita ao continente africano, dando indícios de que a política anterior seria mantida. Após participar da reunião do IBAS na África do Sul, a presidente visitou Moçambique e Angola para visitas bilaterais. Antes disso, no primeiro semestre de 2011, o Chanceler Patriota esteve na África para encontros bilaterais (Guiné-Bissau, África do Sul, Namíbia e República da Guiné) e para a XVI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em Luanda. No mesmo ano, Dilma designou o ex-presidente Lula como representante oficial do Brasil na 17ª Cúpula da União Africana (UA) realizada na Guiné Equatorial (BANCO MUNDIAL; IPEA, 2011), e promoveu a criação do “Grupo África” (OLIVEIRA, 2014, p.6; PATRIOTA, 2013, p.7).

Das parcerias que se aprofundaram desde o governo Lula pelo Brasil, as relações com a China obtiveram grande ênfase pela diplomacia brasileira, muito em vista do peso que este país tem no sistema internacional. Além disso, em 2012, o país asiático tornou-se a principal origem das importações brasileira, em vista de que este já ocupava o posto de maior destino das exportações nacionais. Ainda, segundo Patriota (2013, p.10), “para além da complementariedade econômica, o Brasil procurou extrair da cooperação com a China metas mais ambiciosas com vistas a contribuir para a competitividade industrial e o avanço tecnológico nacional”. O Brasil procurou diversificar os campos de cooperação com a China como político, energético, de infraestrutura, entre outros, o que resultou numa Parceria Estratégica Global.

Ainda no continente asiático, o Brasil tem procurado consolidar parcerias e coordenar posições políticas com países da região em diversos foros, como para a Índia através de Cúpulas do IBAS e, através de sua iniciativa de aproximação com os países da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN)³, que ao iniciar processo de adesão ao grupo asiático, o Brasil estabeleceu novas frentes de aproximação política e econômica com uma região de crescente progresso.

Apesar da prioridade atribuída pelo Brasil à cooperação com novos parceiros, essa não se dá em detrimento do relacionamento com aliados tradicionais, ou seja, o Brasil busca manter suas relações tanto com os países do eixo Sul-Sul quanto do Eixo Norte. Quanto às relações com os Estados Unidos, entre os anos de 2011 e 2012, bilateralmente os países estabeleceram e consolidaram mais de vinte mecanismos bilaterais de diálogo e cooperação, que cobrem uma ampla variedade de temas nos níveis bilateral, regional e internacional. A cooperação com os Estados Unidos abrange, cada vez mais, áreas novas e mais complexas. (PATRIOTA, 2013, p.11) Porém, apesar disso, desde o governo Lula vem se acentuando a perda de espaço do país norte-americano frente ao Brasil, tanto em questões comerciais nos últimos anos, reduzido a 30% das negociações, quanto de contribuição para o crescimento da economia mundial. Tal fato deriva do crescimento de negociações com outros emergentes, especialmente com a China, além da postura brasileira advinda da estabilidade interna e, inclusive, do impasse das denúncias de espionagem eletrônica por parte da Agência Nacional de Segurança/National Security Agency (NSA) norte-americana.

Justifica-se essa última afirmação, pois, a denúncia da espionagem na ONU por Dilma, impulsionou a construção de mecanismos internacionais de regulação da internet (à imagem do Marco Civil brasileiro). Um ano após a denúncia, Barack Obama aceitou discutir a regulação da internet via regras mais severas possíveis. Ao repúdio à cyber-espionagem se somaram demonstrações de autonomia brasileira na Líbia, Síria, Ucrânia e Gaza, mostrando posturas coerentes e firmes que aumentaram o valor de negociar com o Brasil (GAMA, 2014). Deve-se notar que as denúncias de espionagem ocuparam grande parte das atenções da política externa de Dilma, isso muito em vista de que até ela própria foi espionada com seu telefone grampeado, comunicações entre civis foram interceptadas, até mesmo a Petrobras e outras empresas monitoradas. Deste modo, as reações foram quatro: além do mecanismo internacional que seria um projeto de regime internacional para a Internet apresentado à ONU

³ Os países que fazem parte da ASEAN são: Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura, Tailândia, Brunei, Myanmar, Camboja, Laos e Vietnã. Membros observadores Papua-Nova Guiné e Timor-Leste.

conjuntamente com outra vítima da espionagem, a Alemanha de Angela Merkel, antes disso veio o rompante da voz de protesto, a suspensão da visita de Estado que Rousseff faria aos Estados Unidos em 2013, enfim, aceleração do projeto *Brics Cable*, destinado a uma internet autônoma entre os países do BRICS. Porém, logo depois Dilma daria por encerrado este ciclo de desentendimento entre Brasil e Estados Unidos até para que não afete a parceria estratégica que os dois países exercem como parceiros tradicionais.

Como se observou durante o governo Lula e se manteve no governo Dilma, as relações Sul-Sul se deram em grande parte em meio a organismos multilaterais. Este foi um instrumento muito utilizado que, além de estreitar a cooperação com os países em desenvolvimento, tinham como objetivo formar grupos de coalizões para defender seus interesses nos debates dos foros internacionais. Sendo assim, o foco dos BRICS, do IBAS e do G-20, está em uma tentativa de diminuir as assimetrias do sistema internacional.

Na Conferência dos BRICS em 2013, os países membros debateram a possibilidade de ser criado um banco. Este angariaria a competência de financiar o desenvolvimento dos países membros de forma diferente das praticadas no Sistema Financeiro Internacional. Assim, “o Brasil e os seus parceiros do Sul dão mais um passo na busca pelo afastamento do sistema econômico dominado pelas grandes potências ocidentais” (BBC BRASIL, 2013). Outros importantes passos tomados pelos países do BRICS em conjunto, na Conferência, foram: a decisão dos países membros de se unirem para ajudar financeiramente os países mais pobres e a iniciativa de trabalharem para que, no futuro, o comércio entre eles seja feito com as moedas locais, sem a utilização do dólar. Portanto, durante a VI Cúpula dos BRICS, em Fortaleza, em 2014, é que viabilizou-se a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), além disso, tal Cúpula resultou no estabelecimento de um Arranjo Contingente de Reservas/ Contingent Reserve Arrangement (CRA) do BRICS, e na assinatura de acordos de cooperação entre Bancos de Desenvolvimento do BRICS e entre Agências de Seguro de Crédito à Exportação. De acordo com o Itamaraty (2014) O CRA constitui linha de defesa adicional para os países do BRICS em cenários de dificuldades de Balanço de Pagamentos e o NBD financiará projetos de infraestrutura e de desenvolvimento sustentável.

As medidas adotadas pelo agrupamento se deram após a reiterada relutância do G-8 em reformar o FMI e o Banco Mundial. Com isso, Dilma teve que diversificar suas estratégias, diante de um conjunto do cenário externo menos favorável, deste modo além de tais medidas no âmbito do BRICS, se seguiu um reforço do papel do BNDES como catalizador do investimento externo associado à cooperação Sul-Sul, em vistas de frear a desaceleração do crescimento. Desde o governo Lula, um dos focos da Política Externa

Brasileira vem sendo a reforma das Organizações Intergovernamentais. O objetivo de tais reformas é provocado por uma tentativa brasileira de construir um novo cenário internacional, que além da redução das assimetrias, busca um cenário mais justo e democrático, indo ao encontro, portanto, com a ideia de “multipolaridade benigna”, apresentada pelo governo Dilma. Além do FMI e do Banco Mundial, portanto, tal busca pela reforma adentra as Nações Unidas e o seu Conselho de Segurança, pois de acordo com Patriota:

O Conselho de Segurança da ONU, que tem a primazia sobre os temas de paz e de segurança internacionais, mostra liderança insuficiente na solução de prolongados conflitos com alto custo humano e poder de alastramento, como o israelo-palestino e o sírio. Há crescente consciência de que a carência de representatividade do Conselho de Segurança tem implicações não só para o funcionamento desse organismo como para a legitimidade do sistema multilateral (PATRIOTA, 2013, p.11-12).

Portanto, tais reformas são fundamentais para dar legitimidade a estas instituições multilaterais que não dão voz aos países em desenvolvimento. Com isso, o Brasil juntamente com Índia e África do Sul, países dos quais vem consolidando posições, no âmbito do IBAS, como já explicitado, engaja-se na reforma do sistema de governança global, inclusive do Conselho de Segurança.

Engajado em tal estratégia, o Brasil associa-se ainda a outros atores com quem, conforme Patriota (2013, p.12) “compartilha a ênfase na diplomacia preventiva e o interesse em perspectivas autônomas sobre a política internacional”. Deste modo, o Brasil vem apoiando iniciativas como Amigos da Mediação, grupo criado em 2010 por Finlândia e Turquia; trocando impressões no âmbito da coordenação informal que ficou conhecida como Solidariedade Trilateral para a Construção da Paz, entre Brasil, Turquia e Suécia, que se reuniu pela primeira vez em setembro de 2012; e, avançado agendas em áreas como proteção de civis, igualdade de gênero e democracia, com países como Noruega e Países Baixos. (PATRIOTA, 2013, p.12)

Apesar da centralidade alcançada pelo IBAS, este parece ter perdido espaço durante o governo Dilma. Uma vez que, apesar de suas políticas reafirmadas na Cúpula de 2011, onde se consolidou as ideias de defesa das reformas e enfatizou-se a importância do G-20, este não teve mais nenhuma reunião de Cúpula ao longo do mandato, o que vinculam ao desinteresse de Dilma por política externa.

Em 2014, esperava-se que a reunião acontecesse um dia antes da Cúpula do BRICS, em Fortaleza, mas foi cancelada de novo, porém dessa vez, a culpa não foi do Brasil. Foi a África do Sul quem se opôs, argumentando que seria melhor “descolar” o IBAS, que une três

aspirantes a membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, do BRICS, que tem países que já fazem parte do Conselho, no caso China e Rússia. Uma crise de identidade é enxergada por um alto funcionário do governo que acompanha a situação, pois, para ele, além do desinteresse da presidente Dilma por temas internacionais, o IBAS acabou sendo engolido pelo BRICS. Nota-se tal fato quando se analisa que a principal função do grupo, além de alinhar posições políticas em cúpulas, é o fundo IBAS, que financia projetos em países pobres, porém o fundo tem a contribuição de apenas US\$ 1 milhão por ano de cada membro. Quando comparado ao BRICS, o Novo Banco de Desenvolvimento criado, como anunciado na Cúpula de Fortaleza, terá aporte inicial autorizado de US\$ 100 bilhões, para financiar projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável (FAZENDA, 2014).

O Brasil em busca de continuar seu protagonismo perante o sistema internacional, avançou e debates como os de cunho sustentável. Parece ser consenso o quanto o Brasil foi fundamental nas discussões sobre o aquecimento global. De acordo com o porta-voz do Itamaraty, o embaixador Tovar da Silva Nunes, um novo paradigma de desenvolvimento sustentável emergiu da Conferência das Nações Unidas sobre o desenvolvimento sustentável, a Rio+20, realizada em 2012. Ainda, a proposta brasileira de colocá-lo em prática levando-se em conta também o aspecto social teria sido o principal resultado do encontro. Isso é o que também afirma o Ministro Patriota (2013, p.12) que diz “a Rio+20 [...] representou um esforço de convergência em torno de um novo paradigma que associa os pilares econômico, social e ambiental na definição do desenvolvimento sustentável”.

Deste modo, o Brasil associou um tema de Meio Ambiente ao combate a pobreza, assim como também o fez com o programa PAA África. E, disto, surgiu o consenso da Conferência por meio do documento “O Futuro que Queremos”, que, em 283 parágrafos, lança uma nova agenda de desenvolvimento sustentável. Pois neste, consolida-se a noção de que a erradicação da pobreza é essencial para que se possa realizar o desenvolvimento sustentável, representando um marco histórico, de acordo com Patriota (2013, p.14). Ele também denota que o Brasil é um país síntese desse processo de desenvolvimento sustentável nas últimas décadas, apontado que é possível como de acordo com a experiência brasileira, crescer economicamente, combater a pobreza e promover a inclusão social sem descuidar do meio ambiente (PATRIOTA, 2013, p.14).

4 A AMÉRICA DO SUL NA POLÍTICA EXTERNA DE LULA (2003-2010)

Em janeiro de 2003, ao chegar ao poder na Presidência da República, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizou um discurso no qual definiu suas principais linhas de atuação no campo internacional, entre elas a chamada "Opção Sul-Americana" (GARCIA, 2010, pg. 159):

A grande prioridade da política externa durante o meu Governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social. Para isso é essencial uma ação decidida de revitalização do MERCOSUL [...] O MERCOSUL, assim como a integração da América do Sul em seu conjunto, é sobretudo um projeto político. Mas esse projeto repousa em alicerces econômico-comerciais que precisam ser urgentemente reparados e reforçados (SILVA, 2003a, p.9-10).

Deste modo, o presidente Lula, desde seu discurso de posse, passou a compreensão que o foco de seu governo, em questão de política externa, seria a América do Sul – assim como consta dos Planos Plurianuais já apresentados. Deste modo, engajar-se-ia em esforços para revitalizar o MERCOSUL e, sobretudo apoiaria arranjos institucionais necessários para que pudesse florescer uma verdadeira identidade do MERCOSUL e da América do Sul (SILVA, 2003a, p.10). O Chanceler Celso Amorim delineou a prioridade a ser dada a América do Sul:

No Governo Lula, a América do Sul será nossa prioridade. O relacionamento com a Argentina é o pilar da construção do MERCOSUL, cuja vitalidade e dinamismo cuidaremos de resgatar. Reforçaremos as dimensões política e social do MERCOSUL [...] **Consideramos essencial aprofundar a integração entre os países da América do Sul nos mais diversos planos.** A formação de um espaço econômico unificado, com base no livre comércio e em projetos de infra-estrutura, terá repercussões positivas tanto internamente quanto no relacionamento da região com o resto do mundo. [...] Uma América do Sul politicamente estável, socialmente justa e economicamente próspera é um objetivo a ser perseguido não só por natural solidariedade, mas em função do nosso próprio progresso e bem-estar (AMORIM, 2003a, p.5-6, **grifo nosso**).

A orientação da Política Externa Brasileira que prioriza a América do Sul foi percebida desde o final do segundo mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso. O meio autonomista empregado de forma menos ativista naquele momento, tornou-se mais enfático no governo Lula. Assim como Vizentini (2005, p.388) pontua, “embora o atual curso da Política Externa Brasileira tivesse início já em meados do governo FHC, não houve,

naquele momento alterações concretas significativas”. Faria (2003, p.2) faz uma comparação do que ele chama de “sul-americanismo” dos governos de FHC e Lula:

O “sul-americanismo” da política externa do governo FHC parece ter se caracterizado mais como um “sulamericanismo retórico” ou subsidiário, uma vez que a ênfase das relações internacionais de seu governo acabou sendo colocada em um multilateralismo de extração mais kantiana, ou idealista, Lula é uma ênfase mais pragmática, de extração desenvolvimentista (ou neodesenvolvimentista, como queiram), e a busca de se prover incentivos para que a aproximação do Brasil com seus vizinhos sul-americanos possa se dar segundo uma perspectiva mais realista e na certeza de ganhos compartilhados (FARIA, 2003, p.2).

Portanto, o processo de aproximação da América do Sul por parte do Brasil ganhou força embalado pela corrente autonomista, na busca por se desprender de qualquer aliança que fizesse com que o país ficasse dependente, trilhando uma linha desenvolvimentista (ou neodesenvolvimentista). O Brasil adotou desde o início do governo Lula, uma dinâmica de “autonomia pela diversificação” (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p.283) na condução de sua política externa, cujo foco era diversificar suas ações em âmbitos internacionais a fim de angariar novos parceiros comerciais, políticos, econômicos e etc. No caso sul-americano esta estratégia se deu mais pela manutenção desta diversificação e aprofundamento das relações, em vista de que, tanto em governos anteriores, quanto no governo de Lula a região já é pauta crescente de seus planos.

Nota-se a prioridade atribuída à América do Sul, segundo Fuser (2011, p.62), devido à “intensificação do comércio e pela busca da consolidação de um polo regional capaz de desenvolver a potencialidade da região em um mundo multipolar”. Ainda, a aproximação do Brasil com a região sul-americana ocorreu devido às mudanças no cenário global, que exigiram uma estratégia diferente de inserção internacional da Política Externa Brasileira. Tais transformações insinuam o surgimento de um mundo multipolar, com isso, o Brasil optou por buscar uma associação com países de seu entorno, com os quais comparte história, valores e possibilidades de complementação econômica. Outras razões pelas quais a América do Sul tinha passado a ser a grande prioridade no discurso da Política Externa Brasileira é que a prosperidade do continente é do direto interesse brasileiro, inclusive, e especialmente, de algumas das áreas menos desenvolvidas do país.

O Ministro Amorim pontua essa significação, “a integração da América do Sul é importante para a integração do Brasil porque em muitos lugares você está mais próximo dos outros países da América do Sul do que dos grandes centros comerciais daqui” (AMORIM, 2003b, p. 1). Deste modo, se demonstra o interesse brasileiro pela integração até mesmo pela

influência que determinadas regiões causam e que muitas das vezes não se sabe o sentido dessa influência, se positivo ou negativo, “no caso da integração da América do Sul, a grande questão não é saber se ela vai ocorrer, mas sim como: por meio das correntes saudáveis de comércio, ou pela via do crime organizado, do narcotráfico e das muitas outras mazelas que afetam a região” (AMORIM, 2003c). Portanto, num contexto geral, entende-se que havia também uma motivação de desenvolvimento interno brasileiro para a prioridade sul-americana que decorria, principalmente, das necessidades criadas pelo contexto internacional e sua relação com o projeto de desenvolvimento econômico e social brasileiro.

Há uma facilitação dessa aproximação do Brasil com as nações sul-americanas, pois ascenderam, no início do século XXI, regimes contrários à lógica neoliberal no contexto do “Consenso de Washington” com novas perspectivas socioeconômicas e políticas. São países, com governos democraticamente eleitos, que buscam autonomia frente aos centros capitalistas, devido inclusive às suas percepções em relação às suas debilidades econômico-estruturais. O que acaba por gerar polêmicas é a suposta liderança brasileira na região. Isso devido à estratégia da Política Externa Brasileira, de parecer buscar vantagens no sentido de traçar a ascensão do Brasil no cenário regional como um país capaz de atenuar conflitos e organizar o espaço sul-americano (TOLEDO, 2014, p.11-13). Essa suposta liderança, portanto, gerou alguns embates, mas como o próprio Presidente Lula afirmou

Contribuiremos, desde que chamados e na medida de nossas possibilidades, para encontrar soluções pacíficas para tais crises [na América do Sul], com base no diálogo, nos preceitos democráticos e nas normas constitucionais de cada país. (SILVA, 2003a, p.10)

Ou seja, o Brasil respeita os limites dos Estados e tem em suas relações com seus vizinhos os preceitos de autodeterminação, de não intervenção e solução pacífica de controvérsias, entre outros, como sempre demonstrou na história de condução da Política Externa Brasileira. Segundo Silva e Gil (2012, p.16),

Para que haja maior avanço no processo de integração é necessário que existam maiores concessões e investimentos, sobretudo, em infraestrutura. Entretanto, tal iniciativa uma vez liderada pela principal economia da região, por vezes, assume umas assimetrias da região (SILVA & GIL, 2012, p.16).

Sendo assim, os autores afirmam que para que haja avanços é necessário que haja iniciativas e isso o Brasil desde o início do governo Lula vem demonstrando que tem de sobra quando condiz com inserção internacional. Tais iniciativas por vezes geram um sentimento

antibrasileiro na região, ainda mais devido a crescente presença de empresas brasileiras nas nações vizinhas despertando desconfiança, apesar destes almejarem reproduzir o chamado consenso de Brasília que se tornou um modelo de sucesso econômico (MELLO, MARREIRO E FERRAZ, 2011).

Contudo, essa “liderança natural” do Brasil na região vem sendo dificultada até mesmo pelos desacordos entre os países da região e da desconfiança histórica em relação ao peso específico do Brasil, apesar de haver uma “liderança não consentida” brasileira na região sul-americana, mas, isto não implica que o Brasil queira falar em nome dos outros Estados vizinhos, inclusive porque estes não aceitariam que isto ocorresse por uma série de razões históricas e geopolíticas. (ALMEIDA, 2007, p.17-18).

TABELA 3 - VIAGENS DO PRESIDENTE LULA PARA PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL (2003-2010)

Países	2003/2006	Multilaterais	2006/2010	Multilaterais	Viagens (Total)	Multilaterais (Total)
Argentina	4	3	7	5	12*	8
Bolívia	3	2	4	-	7	2
Chile	2	-	1	4	4*	4
Colômbia	3	1	3	-	6	1
Equador	2	-	1	1	3	1
Guiana	1	-	-	2	1	2
Paraguai	3	1	3	2	6	3
Peru	3	2	1	1	4	3
Suriname	-	1	-	-	-	1
Uruguai	1	2	4	2	5	4
Venezuela	6	1	7	2	13	3
TOTAL	28	13	31	19	62	29

Fonte: Ministério das Relações Exteriores (2014).

*Consta uma viagem como presidente-eleito.

O que tona-se foco de integração sul-americana para o Brasil é que como blocos político-econômicos, tais países sejam capazes de intensificar a luta contra a dependência aos países centrais do capitalismo, compreendidos como limitadores de desenvolvimento, por isso optando pela via multilateral e descartando quaisquer opções de liderança que não a compartilhada (PECEQUILLO e CARMO, 2013. p.53).

A integração da América do Sul é a prioridade principal. E não é a prioridade deste governo nem a minha, mas do Itamaraty como um todo, com base na realidade global. Temos que priorizar a América do Sul, porque o mundo está se unindo em

blocos, e as Américas não formam um bloco. Há uma superpotência, outros países em desenvolvimento e ainda nações muito pequenas e pobres. Mas a América do Sul pode ser um bloco, que não é homogêneo, que tem suas turbulências, mas que tem condição de formar uma grande unidade com capacidade de negociar. Por isso a entrada da Venezuela no MERCOSUL foi tão importante. O MERCOSUL não é formado apenas pelo Cone Sul e pode ser um bloco de países do Caribe até a Patagônia (AMORIM, 2006, p.3).

Além disso, a diplomacia brasileira atuou como mediador em diversas situações de crise na região, com iniciativas de consolidar sua liderança na região e reforçar a cooperação Sul-Sul que se vincula na participação brasileira nas Forças de Paz do Haiti.

4.1 CASA

Com a finalidade de se adequar aos novos objetivos de inserção autônoma e de integração no plano regional, utilizando-se do mecanismo de alianças Sul-Sul, o governo Lula “esteve à frente na implosão da Área de Livre Comércio das Américas - (ALCA) junto com seus pares latino-americanos, particularmente Argentina e Venezuela, e auxiliou a fortalecer o Mercado Comum do Sul – (MERCOSUL) e a criar a União de Nações Sul-Americanas – (Unasul)” (GARCIA, 2013, p.2). Ainda, segundo Garcia (2013, p.3), o fortalecimento das relações Sul-Sul no continente, “tinha como interesse contrapor-se à hegemonia do Norte nos espaços internacionais e criar novos espaços multilaterais, visando a disputar mercado e poder nas esferas internacionais”.

A Área de Livre Comércio proposta pelos Estados Unidos foi desarticulada, portanto, pelo governo Lula já no primeiro ano de governo, visando uma política de autonomia. Assim, sua política externa começou a coordenar e a fortalecer a integração sul-americana. Tamanho desenvolvimento integracionista se iniciou com a criação, por iniciativa do governo brasileiro, em 2004, da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA). Antes, já se iniciara movimentos dos países sul-americanos pela integração como, por exemplo, com o advento da I Reunião de Presidentes da América do Sul, que teve por objetivo aumentar o diálogo entre os países da região e iniciar medidas de integração, um dos marcos principais da ênfase na América do Sul, que ocorreu em agosto de 2000, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso. Nessa reunião, foi criada a Iniciativa para Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), com objetivo de elaborar projetos de integração física e infraestrutura, esta permitiu adensar a integração física, para facilitar a circulação de bens, pessoas e serviços. Porém, os governos dos países sul-americanos entenderam que, apesar de já existirem diversos esquemas regionais de integração (IIRSA, MERCOSUL, Comunidade

Andina(CAN), Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), etc.), não havia ainda verdadeira concertação e coordenação no plano político entre os países da região. (SOARES, 2014, p.6)

Com isso, a CASA foi criada por meio da Declaração de Cusco, depois da III Reunião de Presidentes da América do Sul, com o Presidente Lula que se fez presente na ratificação da declaração, no Peru, em 8 de Dezembro de 2004. Entre os objetivos da CASA, está o de formar um espaço sul-americano integrado composto no âmbito político, social, econômico, ambiental e de infraestrutura, entre todos os Estados sul-americanos. Esta instituição foi um importante passo para criar mecanismos institucionais que pudessem alavancar a integração. Mateo e Gajate (2007) sustentam:

Os objetivos iniciais foram ampliados com a Declaração de Cochabamba em dezembro de 2006, porém, não faziam parte dos objetivos do bloco a construção de novas instituições ou mecanismos que pudessem aprovar as decisões obrigatórias para todos os Estados membros e nem a construção de um Órgão para Solução de Controvérsias (MATEO & GAJATE *apud* SOUZA, 2010, p.36).

A criação de tal instituição de integração surgiu num “momento [que] era julgado propício, porquanto a região vivenciava relativa estabilização democrática e crescimento econômico médio de 5,6%” (LEITE, 2011, p.172.). O Presidente Lula esteve presente na assinatura da Declaração de Cochabamba, na Bolívia, em 8 de Dezembro de 2006, na II Cúpula Presidencial da CASA, nesta aprovaram os princípios e estruturaram os objetivos daquilo que se denominou “o modelo de integração do século XXI”, além disso, adotaram um plano estratégico de institucionalização.

A importância da CASA está na articulação que o Itamaraty teve e que gerou a formação da União de Nações Sul-Americanas (Unasul)⁴, em maio de 2008, buscando intensificar a integração continental, em aspectos econômicos e políticos. Anteriormente, em 2007, por uma reivindicação venezuelana, em que criticava o lento processo de integração que ocorria na América do Sul, a Comunidade Sul-Americana de Nações passou a se chamar União de Nações Sul-Americanas, e, portanto, em 2008, foi ratificado o Tratado Constitutivo da Unasul, em Brasília no dia 23 de Maio de 2008. Nesta se fizeram presentes os representantes dos dozes países da América do Sul, passando a ter *status* legal.

⁴ Fazem parte da Unasul Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. A Unasul também possui dois membros observadores, Panamá, da América Central, e México, da América do Norte.

A Unasul tem o objetivo de conseguir não só a integração econômica, mas também política e social, além de avançar na integração física, que já é tratada pela IIRSA. De acordo com, Silva e Gil (2012, p.17), e já evidenciado, o processo de integração regional catalisado por meio da Unasul pode ser considerado indissociavelmente atrelado à iniciativa brasileira, os autores justificam a aparição do fenômeno:

A efervescência da era neoliberal, o auge da globalização e a consolidação de uma nova ordem são aspectos essenciais para a compreensão do fenômeno sul americano, além do ensejo de melhor aproveitamento dos recursos naturais da região (SILVA & GIL, 2012, p.17).

Ainda de acordo com Silva e Gil (2012, p.17), havia uma necessidade crescente de reforço da institucionalização da CASA, integrando-se a Comunidade Andina de Nações (CAN) e o MERCOSUL. Ainda, com a Unasul, o projeto IIRSA poderia ser intensificado, além de a instituição possibilitar a representação de um novo ator político do cenário internacional, dialogando com os demais blocos. Temas não comerciais seriam priorizados trazendo algo inovador para o processo de integração latino e sul-americano, colocando o desenvolvimento como um de seus paradigmas base para a sua formação e consolidação. (RUIZ *apud* SILVA & GIL, 2012, p.17). Com isso, o Brasil vai através destas instituições multilaterais reforçar e consolidar a integração sul-americana.

4.2 MERCOSUL

São com estes intuitos que a diplomacia brasileira dá importância estratégica à integração regional com a Unasul e com a priorização do MERCOSUL. Esse bloco, além de atuar como um instrumento capaz de proporcionar ao Brasil um melhor posicionamento regional ocasiona benefícios comerciais ao país. Ademais, é nos marcos desta entidade que repousa o eixo bilateral Brasil-Argentina de cooperação que é considerado estratégico em termos políticos pelo Brasil. Tanto o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, quanto o Presidente Lula sempre em suas intervenções quando o assunto era política externa, tinham como ponto de partida o MERCOSUL. Como aponta Santos (2014, p.167), nos dias iniciais de seu governo, o relançamento do MERCOSUL esteve no centro das atenções do Presidente Lula, que então diagnosticou da seguinte maneira as dificuldades então enfrentadas pelo bloco:

O MERCOSUL nunca fracassou. O que fracassou, na verdade, foi a política econômica brasileira e a política econômica argentina. Na medida em que os dois países trabalharam com uma moeda irreal, sobrevalorizada, e na medida em que essas moedas, depois de alguns anos, voltam ao seu patamar real, fica provado que o nosso real nunca tinha valido um dólar, que o peso argentino nunca tinha valido um dólar e que esse fracasso da economia dos dois países não pode ser descarregado em cima do MERCOSUL. O MERCOSUL foi vítima das duas maiores economias que fracassaram. Cabe a nós, agora, começar a reconstruir. Não do zero, porque tem muita coisa feita. Mas tem muita coisa por fazer com a Argentina, com o Uruguai, com o Paraguai, com a Venezuela, com a Bolívia, com o Equador, com o Peru e com tantos outros países que fazem fronteira conosco. E vamos fazer isso.[...] [O MERCOSUL] é o núcleo em torno do qual deve ser levada adiante a integração da América do Sul (SILVA, 2003b, p. 01).

Deste modo, Lula destacou que o bloco mantinha-se no centro da estratégia brasileira e que este precisaria ter a dimensão de toda a América do Sul. Para haver uma “nova América do Sul” esta seria criada pela conexão entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina de Nações: “O fortalecimento interno do MERCOSUL é imprescindível para levar adiante as negociações com outros países e blocos. Será assim garantida uma presença influente da América do Sul no mundo” (SILVA, 2003c).

Foi com este espírito de fortalecer o MERCOSUL que o Presidente Lula participou das Cúpulas que ocorreram durante seu mandato, e ainda participou de atividades importantes, neste período nota-se um progressivo desenvolvimento do bloco. Lula foi ao Paraguai e integrou a XXIV Reunião do Conselho do MERCOSUL e a Cúpula dos Chefes de Estado dos Países Membros do MERCOSUL realizadas nos dias 17 e 18 de junho, em Assunção. A partir de 2003, portanto, após a crise do MERCOSUL, ou de seus países envolvidos como o Presidente Lula pontuou principalmente devido as crises econômica e política na Argentina, a elevação de Presidentes na Argentina e no Paraguai defensores do MERCOSUL e a recuperação econômica daquele país nos primeiros momentos do governo Kirchner, anunciavam perspectivas mais promissoras para os planos brasileiros de integração. Na XXIV Reunião de Conselho do MERCOSUL que o Presidente Lula apresentou o Programa de Trabalho para a consolidação da união aduaneira, intitulada “Objetivo 2006”. No documento, o Brasil anunciava compromisso na construção de instrumentos para correção das assimetrias entre as estruturas produtivas dos países e a sua integração.

No âmbito do MERCOSUL, importantes acordos foram fechados com outros países da América do Sul, além da entrada como membro associado de alguns destes. Como em agosto de 2003, por ocasião da visita do Presidente Lula a Lima, é assinado Acordo de Livre-Comércio entre o bloco e o Peru, que se torna no mesmo ano membro-associado do bloco. Meses depois, em Dezembro de 2003, na XXV Cúpula do MERCOSUL, em Montevideu,

firma-se acordo de complementação econômica entre o bloco e Colômbia, Equador e Venezuela. Em outubro de 2004, tais acordos são protocolizados, configurando, na prática, acordo de livre comércio MERCOSUL - Comunidade Andina, que previa processo de desgravação tarifária progressiva.

Na cúpula de Ouro Preto (dezembro de 2004), foi criado o Fundo de Convergência Estrutural e Fortalecimento das Instituições do MERCOSUL (FOCEM), com recursos previstos em US\$ 100 milhões para o financiamento de projetos de infraestrutura com foco nos países menores. Nessa XXVII Cúpula do MERCOSUL foi formalizada a adesão de Colômbia, Equador e Venezuela como Estados associados ao bloco⁵, Após elencar os avanços conseguidos desde a primeira reunião de Ouro Preto, nesta ocasião, o Presidente Lula ressaltou:

Todas essas iniciativas apontam para a “integração solidária” que desejamos. Estamos avançando além dos aspectos econômicos e comerciais para forjar uma verdadeira “cidadania MERCOSUL”. Precisamos criar uma identidade regional genuína, um sentimento de que compartilhamos – em meio à riqueza de nossas diferenças – um destino comum (SILVA, 2004a, s/p).

Na Cúpula de Montevideu, em 2005, o Brasil propôs a criação do Parlamento do MERCOSUL (constituído em 2006), com o encargo de avançar na harmonização das legislações nacionais e fortalecer os laços políticos dos países limítrofes. Ainda, nessa Reunião, foi assinado o acordo entre o MERCOSUL e o bloco andino. Na ocasião, o Peru foi incorporado como membro associado ao MERCOSUL e a Bolívia, o Chile e também com o Peru passaram a participar dos foros deliberativos do grupo. Os países concordam em iniciar negociações para a adesão da Venezuela como membro pleno.

A crescente participação e engajamento no MERCOSUL rendeu frutos ao Brasil, pelo menos economicamente, pois as exportações para os países integrantes do MERCOSUL mais do que quadruplicaram, passando de US\$ 3,3 bilhões em 2002 para cerca de US\$ 14 bilhões em 2006. Destaca-se o crescimento das vendas para a Argentina que passaram de US\$ 2,3 bilhões para US\$ 11,7 bilhões no quinquênio. Se expostos os dados para a América do Sul, em geral, as exportações elevaram-se de US\$ 10 bilhões em 2003 para US\$ 26,6 bilhões em 2006. As exportações para a Venezuela registraram notável avanço, de US\$ 796 milhões para mais de US\$ 3,5 bilhões no período 2002-2006. Os produtos manufaturados ocuparam mais

⁵ Assim, o MERCOSUL, com seus Estados associados, passou a ser integrado por dez participantes – restando apenas negociar a inclusão da Guiana e do Suriname para que o bloco passe a contar com todos os países sul-americanos.

de 90% da pauta exportadora brasileira, especialmente automóveis, tratores, telefones celulares e peças de veículos automotores (LEITE, 2011, p.174).

Em maio de 2003, o governo brasileiro lançou o Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI), para tentar desfazer a ideia de interesse brasileiro puramente mercantilista na região, e demonstrar disposição do governo em incrementar os laços entre os países em bases mais equânimes, ao promoverem-se os produtos e serviços dos Estados Sul-americanos no Brasil. O programa tem como objetivo fomentar as importações brasileiras da América do Sul, e respondia à necessidade de equilibrar a balança comercial, tradicionalmente favorável ao Brasil. Para isso, o Ministério das Relações Exteriores, em articulação com outras instituições nacionais, buscou atrair empresários brasileiros para nichos de importação de bens sul-americanos.

Portanto, o surgimento e a consolidação dessas novas entidades no governo Lula, de acordo com Souza (2011), tem por pressuposto fortalecer a integração regional com base no multilateralismo. E, segundo, Couto (2010): “a proposta brasileira de institucionalização do multilateralismo regional sul-americano enquadra-se no objetivo brasileiro de construção da América do Sul enquanto região política, econômica e socialmente integrada”. Sendo assim, a via multilateral se tornou um importante mecanismo para a tentativa brasileira de desenvolver as potencialidades da América do Sul tornando-a um polo regional.

4.3 Relações bilaterais

Além do apelo pela integração, a diplomacia brasileira teve que esforçar-se em algumas tensões regionais. Isso se deu a partir do incremento de sentimentos nacionalistas, de alguns países vizinhos que reivindicam concessões brasileiras no campo econômico (SARAIVA, 2007, p.49).

Os focos de tensão são pontuados por Saraiva (2007, p.49), como “a nacionalização dos hidrocarbonetos levada adiante pelo governo boliviano embora tenha afetado a Petrobrás, foi digerida pelo governo brasileiro e a diplomacia adotou uma posição pragmática e de baixo perfil”. Ou seja, o governo brasileiro respeitou a decisão de estatização de Evo Morales. Outro foco de tensão como a autora pontua está nos riscos que o projeto alternativo de liderança da Venezuela trouxe para o país com a ascensão de Hugo Chavez, o que acabou por colocar um dilema para a Política Externa Brasileira: “como incluir a Venezuela no projeto brasileiro de integração e evitar que o Presidente Chávez defina o ritmo do processo” (SARAIVA, 2007, p.49).

Alguns setores contrários ao governo manifestaram-se veementemente contra as concessões brasileiras em relação à nacionalização de hidrocarbonetos bolivianos e a busca pela renegociação do Tratado de Itaipu com o Paraguai, no que chamaram de “discurso de generosidade”, assim como “as relações com o Presidente venezuelano Hugo Chávez, os contenciosos com a Argentina no interior do MERCOSUL, a postura perante o golpe de estado em Honduras” (FUSER, 2011, p.62). Deve-se notar que uma das primeiras ações do governo Lula foi à Venezuela, quando o Brasil encaminhou ajuda ao país vizinho que enfrentava uma greve geral de quase dois meses mantida pela oposição contra o governo do Presidente Hugo Chávez.

Tais medidas, portanto, evidenciaram um possível viés ideológico da Política Externa Brasileira por parte do governo Lula, porém, como argumentou Vizentini (2005, p.391), não há um porque disto, em vista que governos anteriores já ajudavam e tinham um relacionamento com a Venezuela, como o de Itamar Franco, em 1994, que fechou alguns acordos com o país vizinho ou o governo de FHC, quando da greve dos petroleiros, em 2002, e da ocupação das refinarias, o ex-Presidente enviou o exército para manter os serviços funcionando. A ajuda do governo brasileiro não configurou uma intromissão em assunto interno de outro país e não representou nenhum tipo de “solidariedade esquerdista”, apenas “atende à solicitação de um governo democraticamente eleito e está em conformidade com o direito internacional” (IDEM,, p.391).

Logo, o governo brasileiro durante o mandato do Presidente Lula se propôs a fortalecer os processos e os esforços bilaterais da Política Externa Brasileira para a América do Sul, a fim de consolidar as relações entre os países do continente Sul-americano.

4.3.1 Argentina

É no ínterim destas relações que advém o eixo bilateral Brasil-Argentina considerado eixo político estratégico pela diplomacia brasileira. O Chanceler Celso Amorim declarou, em abril de 2003, nas prévias das eleições para Presidente da Argentina, que o Brasil desejava um aprofundamento da aliança estratégica com o país platino, com vistas a transformá-la no motor da integração da América do Sul, a começar pela revitalização do MERCOSUL. (BARRETO, 2012, p.29)

Com a eleição de Néstor Kirchner para Presidente em maio daquele ano, as relações do Brasil com a Argentina ganharam um impulso. Levando em conta que nos quatro anos de seu governo, em matéria de política externa argentina, seria suspenso o alinhamento com os

EUA e tomados passos para aproximação com a América Latina. A Argentina passaria a se abster nas resoluções do Conselho de Direitos Humanos da ONU que criticavam a situação em Cuba. Ainda, a prioridade da diplomacia argentina parecia ser recíproca, em vista de apenas quatro dias após o início do mandato de Kirchner, o Chanceler argentino, Rafael Bielsa, fazer sua primeira viagem ao exterior para o Brasil, onde manteve um encontro com Amorim.

Portanto, o país vizinho ganhou o título de “sócio estratégico privilegiado”, assim cunhado por Lula, se tornando o eixo motor da política brasileira para a América do Sul, sendo logo anunciada durante visita do Presidente Lula à capital argentina, em outubro de 2003. Na declaração conjunta intitulada “Consenso de Buenos Aires”, os Presidentes Lula e Kirchner coincidiram em aprofundar a cooperação bilateral e avançar a agenda de interesses comuns, como a consolidação da democracia política, o estímulo ao crescimento sustentável e à distribuição equitativa, o combate à pobreza e o fortalecimento de uma ordem multilateral baseada na igualdade soberana de todos os Estados.

Esse entendimento entre as duas nações foi reforçado, em março de 2004, no Rio de Janeiro, com a assinatura da Ata de Copacabana. Os mandatários acordaram a coordenação para a reforma da arquitetura financeira internacional e instruíram a adoção de medidas para aprimorar a colaboração bilateral nos interesses convergentes. Entre a série de iniciativas bilaterais, estava a realização de duas experiências piloto de consulados conjuntos em Hamburgo e Boston; intercâmbio de funcionários diplomáticos entre as Chancelarias de ambos os países; a celebração de reuniões entre chefes de missões em terceiros países, a cada dois meses; a concretização de uma primeira missão espacial conjunta; e a adoção de medidas para a construção de uma linha ferroviária que possibilitasse unir os portos chilenos no Pacífico com a Hidrovia Paraguai-Paraná e os portos brasileiros no Atlântico⁶.

Complementarmente, alguns gestos simbólicos adotados bilateralmente procuravam aplacar críticas de afastamento bilateral. Deste modo, no dia 30 de novembro, foi celebrado, pela primeira vez, o Dia da Amizade Argentino-Brasileira, data escolhida em comemoração do encontro que naquela data mantiveram, em 1985, os Presidentes José Sarney e Raúl

⁶ No interregno entre esses dois atos, o Itamaraty tentava atenuar a oposição argentina à pretensão brasileira, com relação a um acento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), um dos objetivos máster da Política Externa Brasileira. Para isso, informou, em dezembro, que o Chanceler Amorim entregara ao seu colega argentino, Rafael Bielsa, convite para que um diplomata argentino participasse da delegação brasileira ao CSNU, durante o ano de 2004. Acrescentou que o governo argentino aceitara o convite, tendo sido decidido que as delegações dos dois países junto à ONU, em Nova York, discutiriam as modalidades dessa participação, mantendo, com esse fim, os contatos pertinentes com o Secretariado da ONU.

Alfonsín, em Foz do Iguaçu, dando início ao processo de integração que levou à criação do MERCOSUL.

Apesar dos esforços bilaterais de ambos os países, o déficit comercial argentino preocupava Buenos Aires, e o Brasil tentava minimizar as preocupações com iniciativas relativas a investimentos. Delegações do Brasil e da Argentina reuniram-se, no Rio de Janeiro, em janeiro de 2005, para continuar a análise do processo de integração e da situação do comércio bilateral. Também como forma de compensar o desequilíbrio comercial, o Itamaraty aprofundava a área de cooperação. Em maio, Celso Amorim assinou com o Chanceler argentino Rafael Bielsa o “Acordo de Brasília” pelo qual propuseram aos seus respectivos Presidentes um programa ambicioso de aprofundamento, atualização e aceleração da relação bilateral que visava culminar na assinatura de Protocolos específicos sobre diferentes temas, em especial cooperação nuclear e espacial, integração produtiva, cooperação militar, infraestrutura, energia e cooperação fronteiriça.

Após uma longa preparação diplomática, no dia 30 de novembro de 2006, os Presidentes Lula e Kirchner se encontraram na cidade de Puerto Iguazú. Naquela data, Dia da Amizade Brasil – Argentina foi celebrado o 20º aniversário do histórico encontro entre os Presidentes Sarney e Alfonsín, em 1985, quando fora assinada a Declaração do Iguaçu, marco fundamental do processo de aproximação entre os dois países. Deste modo, os Presidentes renovaram o Compromisso de Puerto Iguazu com o fortalecimento da cooperação, da integração e da amizade entre os dois países. Os Chefes de Estado consideraram que a aliança Argentina – Brasil era a chave para o êxito do projeto comum de integração, dentro do qual se destacava a importância do aprofundamento do MERCOSUL, da consolidação do Mercado Comum e da construção da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA).

Os esforços bilaterais surtiam efeitos. Com a visita do Presidente argentino no mês seguinte, o Presidente Lula ressaltou ter o comércio bilateral no ano anterior, ultrapassado o montante de US\$ 16 bilhões de dólares, um recorde histórico. Lula, ainda notou que o Brasil era então o principal destino para as exportações de manufaturados argentinos, num valor aproximado de US\$ 5 bilhões. Entre 2004 e 2007, o Brasil manteve saldos positivos com a Argentina. Reiterou ali ao Presidente Kirchner a disposição brasileira de colaborar na identificação de medidas que ajudassem a acelerar a reindustrialização já em curso na Argentina, assim como disse que a Petróleo Brasileiro (PETROBRAS) estava investindo na economia argentina. E, foi o que ocorreu em fevereiro de 2006, onde o Brasil e Argentina firmaram acordo instaurando o Mecanismo de Adaptação Competitiva (MAC), atendendo ao pleito de Buenos Aires por instrumento que corrigisse ou prevenisse a ameaça de dano à

indústria doméstica provocada por surto de importações, ao mesmo tempo, em que refletia o interesse brasileiro de prover certa disciplina sobre medidas de defesa comercial.

A sucessora de Kirchner, sua esposa Cristina Fernández de Kirchner, ex-senadora e nomeada pelo Partido Peronista, fora eleita, por conta da desistência de Néstor de se candidatar para mais um mandato, em junho de 2007. O bom relacionamento entre os países foi reafirmado quando, e, em discurso por ocasião de sessão solene no Congresso da Argentina em fevereiro de 2008, o Presidente Lula ressaltou ter assinado com a Presidente Cristina Kirchner uma Declaração Conjunta que previa, entre outras ações, lançar satélite conjunto e desenvolver programa de cooperação. Os diferendos comerciais bilaterais de outrora, e atuais encontravam formas de entendimentos direto, como em maio, em Buenos Aires, delegações do Brasil e da Argentina concluíram as negociações do novo acordo automotivo bilateral.

O Presidente Lula em sua ida, em agosto de 2008, à Buenos Aires concedeu declarações em que se notava que avançavam os financiamentos brasileiros a projetos na Argentina, apontando que o país já era o terceiro maior investidor na Argentina. Ainda, o Presidente ressaltou que o BNDES havia financiado a ampliação dos gasodutos do Norte, San Martín e Neuba II, no valor de quase US\$ 300 milhões, além das redes de gás TGN e TGS, com adicionais de US\$ 882 milhões. Observou ainda que outros projetos aprovados pelo BNDES, num total de US\$ 1,7 bilhão, aguardavam apenas a contratação. Em reciprocidade, a Presidente Kirchner, visitou o Brasil no mês seguinte resultando numa Declaração Conjunta constou uma relação de projetos de integração, e um relato sobre avanços em temas que incluíam coordenação macroeconômica; os pagamentos do comércio bilateral em moedas locais; a cooperação com o BNDES – *Banco de La Nación – BICE*; etc. Tal trabalho contínuo de aproximação entre as nações se frutificava pois o Brasil era o primeiro parceiro comercial da Argentina e o intercâmbio anual se aproximava de US\$ 30 bilhões – dez vezes mais do que uma década antes, segundo o Presidente Lula em Declaração. Além disso, 70% do que a Argentina vendia ao Brasil eram produtos manufaturados, de alto valor agregado.

Durante sua visita em abril de 2009, o Presidente Lula em um almoço que lhe foi oferecido, lembrou que aquela era sua 14ª visita à Argentina em seis anos. Na ocasião, foi notado que o Mecanismo de Integração e Coordenação Bilateral Brasil – Argentina (MICBA) abrangia mais de 20 projetos, dentre os quais se destacavam o sistema de pagamentos em moedas locais, a cooperação BNDES – Banco de La Nación – BICE, o empreendimento

hidrelétrico de Garabi e diversos projetos de cooperação nas áreas de defesa, nuclear, espacial, saúde, transportes, ciência e tecnologia⁷.

Em fevereiro de 2010, o Itamaraty anunciou a visita do Ministro Celso Amorim a Buenos Aires para a I Reunião da Comissão Ministerial Brasil – Argentina com o Ministro do Exterior da Argentina, Jorge Taiana, oportunidade em que tratariam de temas de interesse dos dois países, como o aprofundamento da cooperação bilateral, a integração regional e a coordenação de posições em organismos multilaterais, incluindo a participação nos esforços de ajuda humanitária e reconstrução no Haiti, que havia sido afetado por um grande terremoto. Além disso, a chancelaria brasileira notou que, apesar da queda total de cerca de 20% na corrente de comércio bilateral em 2009, as trocas entre Brasil e Argentina tinham-se recuperado desde o segundo semestre do ano anterior. (MRE, Nota nº 36, 2010). O Presidente Lula em Maio deste mesmo ano, 2010, visitou a Argentina para participar das comemorações do Bicentenário da independência daquele país.

Portanto, durante o governo Lula pode-se notar a abrangência dada ao país vizinho, observada até nas muitas viagens feitas à Argentina, em vista de que muitas dessas viagens foram seladas com importantes Declarações Conjuntas e atos de cooperação que resultaram em consideráveis conquistas políticas, econômicas e sociais. Demonstrando de fato a importância do eixo bilateral Brasil-Argentina.

4.3.2 Uruguai

O relacionamento com o Uruguai também se manteria prioritário. Muito em busca por parte do governo uruguaio, pois no início do mandato do Presidente Lula seria visitado pelo Presidente vizinho, Jorge Battle em Maio de 2003. Durante o encontro, ele e o Presidente Lula reiteraram a importância de estimular o aumento dos investimentos brasileiros no Uruguai; determinaram que fossem promovidos avanços concretos nos planos de ação nas diferentes áreas de cooperação fronteira; concordaram com a conveniência de se retomarem os estudos e entendimentos relativos à possibilidade de construção da represa de Talavera e à eventual extensão do gasoduto “*Cruz del Sur*” até o Rio Grande do Sul; manifestaram interesse no desenvolvimento da cooperação bilateral nas áreas de aquicultura e pesca, com ênfase nas espécies oceânicas compartilhadas; entre outras. No plano internacional, o

⁷ Desta Declaração Conjunta, ao final do encontro, constou que os Presidentes haviam destacado um entendimento para a compra de 20 aviões Embraer 190 AR, operação que contaria com linha de financiamento do BNDES.

Presidente Battle manifestou ao Presidente Lula que, caso se decidisse a ampliação do número de membros permanentes do CSNU, tal ampliação devia incluir o Brasil nessa categoria.

Apesar das dificuldades políticas enfrentadas pelo Presidente uruguaio em seu país, o Chanceler Amorim e seu correspondente uruguaio, Didier Opperti, encontraram-se, em abril de 2004, na fronteira entre os dois países, nas cidades de Jaguarão e Rio Branco, para proceder à troca dos Instrumentos de Ratificação do Acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Uruguaios⁸.

Em maio de 2005, Tabaré Vázquez que havia assumido a presidência do Uruguai no início do ano fez uma visita de Estado ao Brasil. Foram anunciados, pelo Itamaraty, que seriam, mantidos entendimentos, no Uruguai de Vázquez, no sentido de intensificar os projetos de integração da infraestrutura física de transportes, energia e comunicações entre os dois países. Ainda, anunciou-se que o Brasil cogitava acelerar os entendimentos relativos à construção de uma segunda ponte sobre o Rio Jaguarão e de nova linha de transmissão de energia elétrica entre os dois países. Os Ministros dos dois países Celso Amorim e o Chanceler, Reinaldo Gargano, em constante contato acabaram por anunciar seu entusiasmo pela assinatura de um Programa de Cooperação entre a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), a Embrapa e o Instituto Nacional de Investigações Agrícolas (INIA) do Uruguai. Numa visita oficial a Montevideu de Celso Amorim, em Julho de 2005, a convite de Reinaldo Gargano, anunciou-se um Comunicado Conjunto em que constou, no plano bilateral, que os dois Chanceleres haviam concordado em trabalhar junto aos demais órgãos nacionais para estimular investimentos e impulsionar o sistema produtivo, por meio de mecanismos que estimulassem o comércio recíproco. Constou também o compromisso de explorar conjuntamente formas de avançar na recuperação das vias férreas do Uruguai e os meios de integrá-las à malha brasileira (MRE, Nota nº 368, 2005).

Apesar de todo esse entendimento por parte dos dois países, algo não ia bem entre eles, mas era no âmbito do MERCOSUL. O Uruguai fazia queixas contra o bloco, acusando que o acesso ao mercado brasileiro tinha sido restrito, e por conta do Brasil ser maior tinha que liberar mais, em alusão a entrada de produtos uruguaios ao Brasil. Por conta disso, os uruguaios até ensejaram uma tentativa de acordo de Livre comércio com os EUA, e que o Chanceler Amorim não viu problema nenhum em fazê-lo desde que não comprometessem a

⁸ Trataram da implementação dos projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável, entre os quais a interconexão elétrica Santana do Livramento – Rivera, o desenvolvimento das bacias da Lagoa Mirim e do Rio Quaraí, a construção de uma segunda ponte sobre o Rio Jaguarão e a reforma da Ponte Barão de Mauá, assim como os futuros projetos de Talavera e Centurión

integridade da união aduaneira do MERCOSUL. Em discurso durante assinatura de atos no Uruguai em fevereiro de 2007, o Presidente Lula procurava aplacar as críticas uruguaias ao MERCOSUL. Ele insistiu na mesma ideia de que o Brasil tinha que assumir sua responsabilidade de maior economia do bloco e, portanto, sem fazer nenhum favor, precisava criar as condições para que o comércio fosse o mais equilibrado possível (SILVA, 2007a, s/p).

Em 2008, o fluxo de comércio entre o Brasil e o Uruguai alcançou US\$ 2,66 bilhões, o que representou quase 30% em relação ao ano anterior, sendo o Brasil o principal parceiro do Uruguai. Durante um encontro entre Vázquez e Lula, em março de 2009, estes examinaram meios para impulsionar a integração da infraestrutura, como a nova ponte sobre o Rio Jaguarão; a linha de transmissão elétrica entre San Carlos, no Uruguai, e Candiota, no Rio Grande do Sul; e a Hidrovia da Lagoa Mirim Também discutiriam ações sociais conjuntas para maior integração das regiões de fronteira. (MRE, Nota nº 93, 2009). Da Declaração Conjunta assinada por ocasião do encontro, constou a exportação de energia elétrica sem interrupção do Brasil para o Uruguai, em caráter emergencial, como forma de ajudar a superar a situação de dificuldade provocada pela seca e a diminuição dos níveis dos reservatórios uruguaios. (MRE, Nota nº 98, 2009).

Em março de 2010, o Presidente Lula visitou o Uruguai para a cerimônia de posse do Presidente José Alberto Mujica. Em nota emitida na ocasião, o Itamaraty ressaltou que a visita do Presidente Lula demonstrava o caráter prioritário conferido pelo governo brasileiro à continuidade e ao aprofundamento dessa ampla agenda bilateral. (MRE, Nota nº 82, 2010).

O Presidente Lula voltaria ao Uruguai em maio daquele ano, onde os Presidentes discutiriam a consolidação da Comissão Bilateral de Planejamento Estratégico e Integração Produtiva, criada naquela ocasião. Ainda, o Itamaraty na nota de anúncio da visita do Presidente ao Uruguai ressaltou que, mesmo durante a crise financeira mundial, crescera o montante das exportações uruguaias para o Brasil em cerca de 20%. Notou também que nos quatro anos anteriores, haviam aumentado os investimentos de empresas brasileiras no Uruguai, especialmente no agronegócio e nas áreas de finanças e energia. Por fim, anunciou a inauguração do escritório do BNDES em Montevideu e a substituição do escritório do Banco do Brasil por uma agência bancária (MRE, Nota nº 271, 2010). Do Comunicado Conjunto assinado durante o encontro, constou que ambos os Presidentes haviam celebrado os avanços realizados no Projeto de Interconexão Elétrica, em particular, os acordos alcançados por suas empresas energéticas UTE e Eletrobrás para a realização das obras correspondentes no território brasileiro. Constou ainda projeto de hidrovia para o desenvolvimento do nordeste do Uruguai e extremo sul do Rio Grande do Sul. Um último encontro entre Lula e Mujica

ocorreu durante seu mandato, em julho, desta vez na fronteira entre os dois países⁹(MRE, Nota nº 281, 2010).

4.3.3 Paraguai

A questão da hidrelétrica de Itaipu vai tomar grande parte da atenção das relações internacionais entre os dois países, esta será dividida com a falta de espaço no mercado brasileiro alegada pelo país mediterrâneo e a questão dos “Brasiguaios”. Em 2003, assim como o Presidente Lula, tomou posse no Paraguai o Presidente Nicanor Duarte, que fez sua primeira viagem ao exterior para o Brasil. Ao discursar na cerimônia de assinatura de convênio bilateral, em maio, Lula afirmou que Itaipu se agigantava ainda mais com duas novas turbinas, notando que aquela binacional respondia por cerca de 25% da energia elétrica gasta no Brasil, e aproximadamente 90% da consumida no Paraguai.

Numa visita seguinte do Presidente Duarte ao Brasil, em outubro, o Presidente Lula referiu-se a vários projetos de treinamento de técnicos paraguaios em ciência e tecnologia, gestão de políticas públicas, capacitação profissional, agricultura e sanidade animal, com o apoio Agência Brasileira de Cooperação – ABC e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, ainda nessa ocasião mencionou medidas para estimular investimentos no país paraguaio. Além disso, o Presidente Lula trouxe a tona, a questão dos “Brasiguaios”, manifestando o desejo de que os brasileiros no Paraguai pudessem integrar-se plenamente à sociedade paraguaia, de maneira segura e harmoniosa, em respeito à sua Constituição e às suas leis. A situação dos brasileiros no país vizinho trazia preocupações¹⁰.

Um alerta souo ao Itamaraty, em julho de 2005, de que havia informação sobre o deslocamento, pelos EUA, de tropas e aviões para os campos militares paraguaios de Mariscal Estigarribia (a 200 quilômetros da fronteira com a Argentina e 330 da brasileira). Segundo

⁹ Neste encontro eles ressaltaram, entre outras questões, a necessidade de avançar rapidamente no financiamento do projeto de saneamento integrado de Aceguá – Brasil e Aceguá – Uruguai; manifestaram sua satisfação pela assinatura, naquela data, do Acordo sobre Transporte Fluvial e Lacustre na Hidrovia Uruguai – Brasil; celebraram a assinatura também de Acordo sobre Cooperação no Âmbito da Defesa; registraram a assinatura do Memorando de Entendimento para fomentar a cooperação em matéria de pesca e aquicultura entre ambos os países; reiteraram a importância da execução das obras de restauração da Ponte Barão de Mauá e de construção de uma segunda ponte sobre o Rio Jaguarão para a integração dos dois países; e congratularam-se pelo acordo alcançado entre as empresas energéticas UTE e ELETROBRAS para o estudo de empreendimentos conjuntos de geração em ambos os países. (MRE, Nota nº 281, 2010).

¹⁰ Em 8 de junho de 2004, o governo brasileiro lamentou as mortes, ocorridas no dia anterior, do agricultor Celso Lanzarin, de nacionalidade brasileira e radicado havia vários anos no Paraguai, e do cidadão paraguaio Albersio González. O governo brasileiro expressou confiança na ação das autoridades paraguaias para identificar e punir os autores dos crimes (BARRETO, 2012, p. 45).

Barreto (2012, p.45), o jornal argentino *El Clarin* salientou a importância do local também pela proximidade de Tríplice Fronteira, da Bolívia (200 quilômetros) e do Aquífero Guarani. Entre junho e setembro, o Brasil iniciou prática de exercícios militares na fronteira com o Paraguai. Em outubro daquele mesmo ano, o Chanceler Amorim, afirmou que os dois países haviam tido conversas positivas e satisfatórias a respeito da instalação de uma base militar dos EUA¹¹.

A proximidade geográfica facilitava a integração entre os dois países, mas também acarretava a necessidade de ações conjuntas. Inclusive, pelos contatos intensos que ocorriam entre os dois povos e com o aumento da população de brasiguaios que chegaram a 380 mil habitantes, ou seja, 10 % da população do Paraguai e possuíam 1,2 milhões de hectares, isto é 40% dos departamentos do alto Paraná e Canideyú, mais de 80% da produção da soja paraguaia, de acordo com Itamaraty. Em março de 2006, numa reunião de trabalho bilateral,, em Brasília, os governos reiteraram o compromisso de implementar medidas de contingência na área de integração fronteiriça Foz do Iguazú-Ciudad Del Este¹². Em visita, em finais de novembro ao Paraguai, Amorim encontrou-se com o Embaixador Rúben Ramires, e ressaltou o peso da América do Sul, além de denotar que a relação com o Paraguai era especialmente estratégica, dando como exemplo Itaipu, projeto comum que respondia por 25% da eletricidade consumida no Brasil; e os 400 mil brasileiros no Paraguai – a segunda maior comunidade de brasileiros fora do Brasil.

O tema de Itaipu foi, portanto, uma constante na pauta bilateral. Em 2008, nas prévias das eleições paraguaias para Presidente, Celso Amorim perguntado sobre como o Brasil reagiria se o novo governo a ser eleito no Paraguai decidisse renegociar o Tratado sobre Itaipu, o Chanceler Amorim afirmou que, para renegociar aquele instrumento internacional, o Brasil também tinha que concordar.

Apesar disso, o Itamaraty salientou que as relações bilaterais entre os países eram boas, demonstrando tal fato na visita que o Presidente Lula fez, em Agosto de 2008, para a posse do Presidente eleito, Fernando Lugo. O Presidente Lula viajou a Assunção disposto a aprofundar a parceria do Brasil com o Paraguai nas mais diversas áreas. Logo, no início do

¹¹ O Chanceler Amorim declarou que o Brasil tinha que fazer mais pelo Paraguai em vários campos, sobretudo no econômico.. Ainda, afirmou que, em alguns casos, era preciso fazer um sacrifício da competitividade, transferir a produção para outro lugar, fazer uma *joint venture*, ajudar os outros países porque isso daria força ao país. Concluiu que não adiantava pensar só no Brasil e depois fazer o MERCOSUL como um apêndice.

¹² Em uma dessas medidas, em maio de 2007, durante visita a Assunção, o Presidente Lula declarou à imprensa que os Ministros da Fazenda e da Indústria e Comércio de ambos os países iriam resolver o problema dos impostos em Ciudad del Este e que estava sendo resolvido o problema dos transportadores.

mês seguinte o Presidente paraguaio foi alertado por um militar de sua confiança que um golpe contra seu governo estaria sendo tramado pelo General Luis Oviedo e aliados¹³.

O Presidente Lugo realizou três visitas ao Brasil, até o fim do mandato do Presidente Lula: a) em agosto de 2008, que trataria com o Presidente Lula entre outros temas, de formas de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Paraguai¹⁴; b) em maio de 2009, Lugo visitou novamente o Brasil, quando se anunciaram os temas da cooperação na área social, fomento da infraestrutura, comércio, Itaipu e assuntos migratórios como prioritários na agenda bilateral; e c) em de julho, Lugo visitou novamente o Brasil mantendo o diálogo sobre Itaipu. Apenas na visita do Presidente Lula, em setembro de 2009, o governos do Brasil e do Paraguai declararam novos acordos envoltos a Itaipu: notas reversais relativas aos novos valores a serem recebidos pelo Paraguai a título de cessão de energia da hidrelétrica de Itaipu¹⁵. Ainda, em maio de 2010, as negociações a respeito de Itaipu continuaram, os Chanceleres do Brasil e do Paraguai subscreveram Comunicado Conjunto a respeito da construção da Linha de Transmissão entre Itaipu e Villa Hayes, sem custo ao Paraguai. O governo brasileiro parece ter cedido às reivindicações paraguaias, e numa alusão de que o Brasil estava investindo no país vizinho, em discurso, pronunciado em setembro durante visita às obras de terraplanagem da subestação de Villa Hayes da linha de transmissão de Itaipu, o Presidente Lula ressaltou que a obra traria 5 megawatts de energia a mais para Assunção, praticamente dobrando os duzentos e cinquenta megawatts que a atendiam.

4.3.4 Bolívia

Para a Bolívia, a primeira ação externa do governo Lula foi com pesar, pois em fevereiro de 2003, apenas seis meses após a posse de Gonzalo Sánchez Lozada, houve protestos violentos na Bolívia – cresciam as forças políticas de Evo Morales, que fora o

¹³ O governo brasileiro, assim como os governos sul-americanos, expressou solidariedade a Lugo, ainda o governo brasileiro informou ter tomado conhecimento, com preocupação, das graves denúncias feitas por Lugo e expressou confiança em que a institucionalidade democrática fosse plenamente mantida no país e reafirmou seu apoio ao Presidente, legitimamente eleito pelo povo paraguaio. (BARRETO, 2012, p.47)

¹⁴ Ainda, o Itamaraty fez questão de salientar que o Brasil era o principal parceiro comercial do Paraguai, e que, entre janeiro e agosto de 2008, a corrente de comércio bilateral alcançara US\$ 2,1 bilhões, um aumento de 69% com relação ao mesmo período no ano anterior. Porém, notícias precedentes de Assunção indicavam que o novo governo paraguaio apresentaria reivindicações ao governo brasileiro a respeito de Itaipu.

¹⁵ As notas reversais previam a elevação para 15,3 (quinze inteiros e três décimos) do fator de multiplicação aplicável aos valores estabelecidos no Anexo C (Bases Financeiras e de Prestação dos Serviços de Eletricidade) do Tratado de Itaipu para os pagamentos por cessão de energia. Segundo as cifras de 2009, com o aumento proposto, os pagamentos anuais feitos ao Paraguai a título de cessão de energia deveriam passar de aproximadamente US\$ 120 milhões para cerca de US\$ 360 milhões.

segundo colocados nas eleições do ano anterior. As manifestações políticas que redundaram em 34 mortes em La Paz e mais de duzentos feridos. Deste modo, o governo brasileiro emitiu nota à imprensa em que afirmou ter recebido com profundo pesar as notícias provenientes da Bolívia e manifestou esperança de que a paz pudesse ser prontamente restabelecida e que os conflitos se resolvessem no respeito às instituições democráticas (MRE, Nota nº 53, 2003).

Apesar disto, a instabilidade interna na Bolívia não parecia afetar diretamente o relacionamento bilateral. Pois, em abril o Presidente Lozada fez uma visita ao Brasil, nesta visita o Presidente Lula afirmou “o gás é elemento relevante em nossas relações, mas estamos convencidos de que deve ser apenas uma das inúmeras possibilidades de cooperação e negócios que se abrem entre nós” (SILVA, 2003d, s/p) Ainda, disse que era do interesse mútuo constituir malha de vínculos entre o Brasil e a Bolívia, similar a que já existia entre o Brasil e outros países da América do Sul, beneficiando as áreas dos transportes, do comércio, da cultura, dos investimentos, da vida fronteiriça, entre outras.

Uma operação autorizada pelo Presidente Lula, de evacuação de cidadãos brasileiros de passagem pela capital boliviana teve que ser necessária, pois a situação doméstica boliviana se manteve inquieta¹⁶. No dia 13 de outubro, Sánchez Lozada renunciou ao cargo da presidência assumindo em seu lugar, na mesma tarde o Vice-Presidente Carlos Mesa. O Itamaraty emitiu uma nota esclarecendo que o governo brasileiro, ao longo da crise boliviana, pautara sua atuação pela necessidade da preservação da paz e da estabilidade institucional democrática. No dia 20, foi divulgado Comunicado do Grupo do Rio de apoio ao novo governo e de respaldo à solução constitucional e democrática que o povo boliviano, por meio de seus legítimos representantes no Congresso, dera à crise (MRE, Nota nº 471, 2003).

Diante dessa crise social, política e econômica na Bolívia, o governo brasileiro organizou missões ao país vizinho, a primeira delas em conjunto com o governo argentino, para apoiar a restauração da normalidade institucional e do desenvolvimento. Promoveu-se o cancelamento de parte da dívida boliviana com o Brasil e definiram-se programas de cooperação com o país limítrofe. Isso se pode observar já na primeira visita a menos de um mês depois da mudança de governo na Bolívia, em 17 de novembro, do Presidente Carlos Mesa. Nesta visita seria assinado Acordo de Alcance Parcial para a Promoção Econômica e Comercial, com protocolos técnicos nas áreas de logística de transportes e infraestrutura física, assuntos aduaneiros e controle fronteiriço, promoção do turismo, pesquisa,

¹⁶ Isso ocorreu em outubro de 2003, houve mobilizações em La Paz contra o governo de Sánchez Lozada que resultaram em violentos choques com a polícia, após o início do desbloqueio a estrada entre La Paz e o aeroporto. Nos conflitos, morreram 23 pessoas.

desenvolvimento e geração de tecnologia, formação técnica e capacitação de recursos humanos, e cadeia tecnológica. Acrescentou que seriam assinados ainda um Memorando de Entendimento na Área de Comércio e Investimentos, e sete ajustes complementares ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre Brasil e Bolívia¹⁷.

Durante discurso que pronunciou em Santa Cruz de la Sierra, no dia 8 de julho de 2004, o Presidente Lula declarou que o Programa de Financiamento às Exportações (PROEX) do governo federal brasileiro, continuaria financiando a pavimentação da rodovia Paz Estenssoro, que considerou “essencial para a integração nacional da Bolívia”(SILVA, 2004b, s/p). Anunciou também plano de instalar na Bolívia e no Brasil, sobretudo na divisa Brasil – Bolívia, um polo gás-químico binacional bem como um Centro de Tecnologia do Gás. Revelou que a transferência de seis aeronaves militares brasileiras à Força Aérea Boliviana reforçaria o controle das fronteiras e o combate ao narcotráfico e ao contrabando. Os Presidentes Mesa e Lula mantiveram encontro com agenda densa conforme refletido no extenso Comunicado Conjunto (entre os temas examinados, as exportações de gás para o Brasil e os investimentos brasileiros na Bolívia no setor de hidrocarbonetos foram prioridade).

Neste ínterim, houve uma escalada da crise política na Bolívia. Houve uma tentativa de renúncia do Presidente Carlos Mesa recusada pelo congresso boliviano. As manifestações atingiam diretamente o Brasil em vista de que os protestos indígenas eram contra a exploração de gás natural por companhias estrangeiras, pois a PETROBRAS era uma dessas companhias. O Grupo de Amigos da Bolívia (Argentina, Brasil e Colômbia) emitiu, em 5 de maio de 2005, declaração na qual expressou sua convicção de que mais do que nunca se fazia necessário o pronto estabelecimento de um diálogo franco e abrangente entre os principais atores políticos bolivianos, com vistas à preservação da institucionalidade democrática e da integridade territorial da Bolívia, assim como ao equacionamento das dificuldades que afetavam o país

Esta escalada resultou na Marcha em La Paz. Em Nota oficial do dia 4 de junho de 2005, o Itamaraty deu declarações de preocupações a evolução dos acontecimentos. A nota conclui com a declaração de que o governo brasileiro, sempre que solicitado, estaria disposto

¹⁷ Do Comunicado Conjunto constou, do ponto de vista bilateral, que o visitante ressaltara a iniciativa do Brasil de implementar na Bolívia um Centro de Tecnologia para uso do gás natural. Segundo o documento, os dois líderes expressaram especial satisfação com o anúncio de novas iniciativas da PETROBRAS na Bolívia, com o objetivo de criar mais parceiras na área de refino e para o aumento da produção, consumo e distribuição de gás entre outros.

a cooperar prontamente, em estreita coordenação com os países da América do Sul, para a normalização política e institucional da Bolívia (MRE, Nota nº 274, 2005) ¹⁸.

Um novo governo boliviano seria eleito no final de 2005, com o candidato do partido Movimento para o Socialismo Evo Morales obtendo a vitória. Por nota oficial do dia 19, o Itamaraty informou que o Presidente Lula abria naquele dia a reunião de seu ministério manifestando seu regozijo pela vitória obtida, nas eleições bolivianas do dia anterior, pelo candidato Evo Morales ¹⁹ (MRE, Nota nº 657, 2005). Era visível naquele momento, a apreensão do governo brasileiro envolto quanto a uma possível nacionalização da PETROBRAS pelo Presidente boliviano. Este que esteve no Brasil, no dia 13 janeiro de 2006, ainda como Presidente eleito, numa oportunidade em que o governo brasileiro poderia abordar perspectivas de cooperação futura nas áreas de comércio, expansão dos investimentos e desenvolvimento de programas sociais. Os sinais de cooperação bilateral prosseguiram, e em fevereiro, o Itamaraty informou que, por motivo das enchentes que haviam atingido mais de 13.000 famílias na Bolívia e por determinação do Presidente Lula, o Brasil enviara 14 toneladas de alimentos em ajuda humanitária àquele país.

Os receios da diplomacia brasileira vieram à tona, em 1º de maio, quando o governo Morales nacionalizou os campos de gás do país, inclusive os da PETROBRAS – uma das principais empresas com atuação na Bolívia, onde investira US\$ 1,5 bilhões, ou seja, o equivalente a: (a) 20% dos investimentos estrangeiros, (b) 18% do PIB; e (c) 20% da arrecadação de impostos naquele país vizinho. Essa questão acabou por ser o desenrolar das relações bilaterais até o final mandato do Presidente Lula. (BARRETO, 2012, p.54)

O governo brasileiro foi acusado de ter mantido uma política de baixo perfil para enfrentar a questão da nacionalização. Porém, o Chanceler Amorim argumentou que o Brasil não colocaria os exércitos nas fronteiras, pois era necessário respeitar a soberania dos outros países e que o Brasil resolveria como sempre perseguiu em sua diplomacia, em vista de que a

¹⁸ O Presidente Lula enviou uma nota de satisfação ao novo Presidente da Bolívia Eduardo Rodríguez, chefe do poder judiciário, que teve o cargo repassado por Carlos Mesa após a recusa dos Presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados.

¹⁹ Acrescentou que o primeiro mandatário expressara satisfação com o transcurso transparente e pacífico do processo eleitoral, o que demonstrava, de maneira inequívoca, a maturidade democrática e institucional da Bolívia. E, que era do desejo brasileiro intensificar ainda mais as relações com a Bolívia em prol do desenvolvimento econômico e social de ambos os países. Além disso, Lula enfatizou que a cooperação era o caminho natural para aprofundar o diálogo político, ampliar as parcerias econômicas e construir uma América do Sul e uma CASA prósperos e justos. Por fim, declarou que o Presidente da república convidaria seu colega boliviano para visitar o Brasil em data a ser definida oportunamente.

estridência e ameaças não faziam parte do estilo diplomático brasileiro, muito menos com um país irmão que o Brasil esperava persuadir²⁰.

As negociações com os bolivianos foram longas e difíceis. No dia 11, os Ministros de Minas e Energia do Brasil, Silas Rondeau, de Hidrocarbonetos da Bolívia, Andres Soliz Rada, os Presidentes da PETROBRAS, José Sérgio Gabrielli de Azevedo, e da (Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos) YPFB, Jorge Alvarado, reuniram-se em La Paz. De Comunicado Conjunto que assinaram, constou que o Ministro de Minas e Energia do Brasil e o Presidente da PETROBRAS haviam reiterado seu absoluto respeito pelas decisões soberanas do governo e do povo bolivianos manifestadas no Decreto Supremo e haviam expressado sua disposição de implementá-lo de acordo à normativa aplicável. Por fim, constou que as partes haviam concordado ainda que a proposta de revisão de preços de gás fosse tratada de forma racional e equitativa, nos termos da Declaração de Puerto Iguazú, ao amparo dos mecanismos estabelecidos no contrato de compra e venda de gás natural (GSA).

As relações entre os dois países seguiram, após tal crise, porém com sequelas. Na vinda do Presidente Evo Morales ao Brasil ainda no mês de fevereiro de 2007, em nota a imprensa o Presidente Lula afirmou que nem sempre os pontos de vista dos dois países coincidiam e nem todas as prioridades e soluções eram as mesmas. Mas ressaltou que as diferenças eram pequenas se comparadas com o que os unia, pois os acordos fechados na ocasião constituíam a base de uma parceria estratégica entre os dois países, e mostravam a amplitude e intensidade das relações bilaterais, pois iam desde a educação até a integração física, passando pela capacitação de recursos humanos, defesa e questões energéticas. (SILVA, 2007b, s/p)

Aos poucos as relações bilaterais foram aprimoradas, como na mensagem enviada pelo Chanceler brasileiro ao Ministro David Choquehuanca, em outubro de 2008, em que manifestou satisfação pela aprovação da lei que convocou a realização dos referendos relativos à nova Constituição Política do Estado. Ainda, a construção de rodovia no Corredor

²⁰ A Nota oficial no dia 2, afirmou que “a decisão do governo boliviano de nacionalizar as riquezas de seu subsolo e controlar sua industrialização, transporte e comercialização, é reconhecida pelo Brasil como ato inerente à sua soberania” (PALÁCIO DO PLANALTO, 2006, s/p). O governo brasileiro agiria com firmeza e tranquilidade em todos os foros, no sentido de preservar os interesses da PETROBRAS. Esclareceu que o abastecimento de gás natural para o mercado brasileiro estava assegurado pela vontade política de ambos os países, conforme reiterara o Presidente Evo Morales em conversa telefônica com o Presidente Lula e, igualmente, por dispositivos contratuais amparados no direito internacional. E a maior preocupação naquele momento o preço do gás, o governo acrescentou que o tema do preço do gás seria resolvido por meio de negociações bilaterais. Por fim, anunciou que os Presidentes deveriam encontrar-se para aprofundar questões do relacionamento Bolívia e Brasil e da segurança energética da América do Sul.

Interoceânico ganhava relevância. (MRE, Nota nº 14, 2009). Em agosto de 2009, o Presidente Lula visitou Villa Tunari, na Bolívia, para manter encontro com o Presidente Evo Morales²¹.

4.3.5 Chile

Nas relações bilaterais com o Chile, o Brasil buscava com o país vizinho fechar acordos de vários âmbitos, inclusive de complementação econômica, desde 2003. Além disso, o país tentava estender tal complementação para o MERCOSUL. Deste modo, foi o que afirmou o Presidente Lula numa visita, em agosto de 2003, do Presidente Ricardo Lagos. Lula afirma que os dois países tinham procurado construir um espaço econômico comum, marcado por avanços significativos no aprofundamento do Acordo de Complementação Econômica nº 35. Informou que os dois Presidentes queriam fortalecer ainda mais a integração econômica e haviam expressado desejo de que tal processo conduzisse a uma fase ainda mais dinâmica das relações econômico-comerciais entre Chile-MERCOSUL.

Um momento adverso ocorreu em março de 2004, no Consulado Geral do Brasil em Santiago. O consulado foi vítima de atentado a bomba que destruiu as instalações de banheiro utilizado pelo público. Segundo nota do Itamaraty, os danos causados pela bomba se limitaram a perdas materiais, sem registro de vítimas, tendo sido iniciadas investigações pela polícia chilena para apurar as circunstâncias da explosão (MRE, Nota nº 123, 2004).

Em finais de agosto, o Presidente Lula visitou o Chile. Em declaração à imprensa, o Presidente destacou o papel fundamental do Chile no projeto de uma América do Sul integrada, assim também como a importância do Plano de Ação que assinou com o Presidente Lagos em que os dois países trabalhariam conjuntamente. Foram assinados três acordos durante tal encontro, nas áreas social, de promoção comercial e agrícola. Ainda durante tal entrevista esboçou em números seu relacionamento com o país vizinho, onde ele aponta que o comércio bilateral era de US\$ 2,7 bilhões anuais e seguia crescendo, além dos mais de US\$ 4 bilhões investidos por empresários chilenos que acreditavam no Brasil.

²¹ Na ocasião, seriam tratados os temas de financiamento à infraestrutura, regularização migratória, situação dos brasileiros na faixa de fronteira, diversificação do comércio, cooperação técnica, científica e tecnológica, comércio e investimentos em hidrocarbonetos, cooperação na área de defesa e combate ao narcotráfico, entre outros. Os Presidentes participariam de ato de assinatura do Protocolo de Financiamento para o Projeto da Rodovia Villa Tunari – San Ignacio de Moxos, de 306 km de extensão, que contaria com financiamento brasileiro. Deveriam ser assinados, ainda, acordos nas áreas de cooperação científica e tecnológica para aproveitamento de recursos naturais do Salar de Uyuni, de defesa civil e assistência humanitária, e de cooperação técnica para instalação na Bolívia de centro de formação e capacitação profissional.

Em janeiro de 2006, Lula participou da cerimônia de posse de Michelle Bachelet como Presidente do Chile. Em abril do mesmo ano, a Presidente do país vizinho faria uma visita ao Brasil. Durante um encontro com o Presidente Lula estabeleceu uma aliança renovada entre os dois países, baseada em valores, interesses e objetivos compartilhados nos planos bilaterais, regional e multilateral.

Apesar dos esforços entre os dois países em manter uma agenda de cooperação bilateral, nota-se como o volume de suas relações é menor do que com outros países da América do Sul. E foi numa tentativa de mudar isso que veio ao Brasil o Ministro das Relações Exteriores do Chile, Alejandro Foxley, em maio. Ainda, em nova visita ao Brasil em julho de 2009, a Presidente Bachelet examinaria com o Presidente Lula temas da agenda bilateral e regional Unasul entre outros²². Os Ministros das Relações Exteriores dos dois países, Celso Amorim e Mariano Fernández, estiveram sempre em consultas onde debatiam temas variados tanto de âmbito bilateral, regional e internacional. Numa das visitas do Ministro brasileiro a Santiago em fevereiro de 2010, na qual manteve encontro com o Ministro Fernández, onde avaliaram o estado das relações bilaterais²³.

O novo Presidente chileno, Sebastian Piñera, fez uma visita ao Brasil poucos dias após sua posse, em abril de 2010 e após o impacto do violento terremoto que atingiu o Chile, do qual o governo brasileiro informou ter tomado conhecimento, com consternação, e expressou sua disposição de prestar a assistência que se fizesse necessária. Deste modo este acabou sendo um dos assuntos abordados pelos governantes durante o encontro, no qual seria examinada a participação brasileira nos esforços chilenos de reconstrução após o terremoto. Ainda durante a reunião com o Presidente Lula, foram tratados temas da agenda bilateral, entre os quais, comércio, investimentos, cooperação esportiva e obras de infraestrutura²⁴.

²² Durante a visita, seriam assinados acordos nas áreas de consultas políticas de alto nível, envios postais, serviços aéreos, cooperação em matéria educacional, previdência social e cooperação aduaneira. O Itamaraty ressaltou que, em 2008, Brasil e Chile registravam intercâmbio comercial no valor de US\$ 8,9 bilhões, com crescimento de 16,5% em relação a 2007.

²³ Por ocasião da visita, seria instalada a Comissão Bilateral Brasil-Chile. Seria assinado, igualmente, o Memorando de Entendimento Brasil-Chile sobre Cooperação na Área de Televisão Digital Terrestre.

²⁴ Do Comunicado Conjunto, constou que os dois mandatários haviam reafirmado a Parceria Estratégica para a Integração da América do Sul e para a inserção competitiva da região no mundo. Constou igualmente que haviam expressado sua satisfação pelo início das negociações para um futuro Acordo Bilateral de Investimentos. Por fim, declararam interesse em, juntamente com o Presidente Evo Morales, inaugurar, ainda no curso do ano, as obras do corredor rodoviário bioceânico Brasil – Bolívia – Chile, que efetuará a ligação do porto de Santos, no Brasil, aos portos de Arica e Iquique, no Chile.

4.3.6 Venezuela

As relações do Brasil com o Estado venezuelano durante os mandatos do governo Lula ocuparam grande parte das atenções da diplomacia brasileira, seja pelo pedido de ingresso da Venezuela ao MERCOSUL, mas também pelo incremento da cooperação bilateral entre os dois países (o segundo país mais visitado pelo Presidente Lula foi a Venezuela, com 16 visitas oficiais, sendo 3 destas de âmbito multilateral).

Na verdade, as ações de política externa do governo Lula já se iniciam em prol da Venezuela, pois em 15 de janeiro de 2003, o Brasil patrocinou a criação do Grupo de Amigos da Venezuela (o grupo incluiu Brasil, EUA, Chile, México, Portugal e Espanha). A proposta apresentada pelo governante brasileiro tinha como princípio de facilitar o diálogo entre a oposição e o governo da Venezuela²⁵.

Em março, o Embaixador Gilberto Saboia informou que haviam sido trocados papéis entre governo da Venezuela e a oposição sobre possíveis elementos de acordos políticos. Concluiu que existia um clima de maior moderação dos meios de comunicação e também uma disposição mais favorável dentro da Assembleia Nacional venezuelana para a busca de saídas negociadas. Todavia, também registrou a existência de elementos de maior preocupação, principalmente a ocorrência de fatos violentos, como bombas e retórica de confrontação.

O próprio Chanceler Amorim declarou, em abril, que, desde que assumira, tinha dedicado considerável tempo às tentativas de contribuir para um encaminhamento positivo da situação na Venezuela. O Grupo de Amigos estava monitorando a situação e sempre propondo soluções, e pedindo as partes para que fizessem esforços com vontade política e dentro de um espírito de boa-fé e de confiança, para superar as divergências que ainda persistiam. No dia 27 de maio, o grupo manifestou satisfação com a conclusão do acordo entre a representação do governo da Venezuela e as forças políticas e sociais que o apoiavam e as organizações políticas e da sociedade civil que conformavam a Coordenadora Democrática. Em junho, ao comentar esses resultados, Celso Amorim ressaltou que o Brasil tivera um papel adequado, contribuindo para desativar um confronto que era iminente (MRE, Nota nº 186, 2003).

²⁵ O próprio ex-Presidente da Venezuela Hugo Chávez classificou a ideia brasileira de “extraordinária”. A proposta brasileira gerou críticas da oposição venezuelana e certo desconforto por parte dos EUA que se fizeram presentes através de seu enviado especial do Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos para América Latina, Otto Reich. Este garantiu que achava a iniciativa de criação do grupo “interessante”, desde que trabalhasse em conjunto com a OEA.

Em junho de 2004, o governo brasileiro considerou a conclusão do processo e confirmação das assinaturas relativas aos referendos, na qual os venezuelanos se pronunciariam sobre a permanência ou não de Chávez no poder, era uma demonstração da determinação do próprio Presidente e demais autoridades constituídas e das forças políticas do país de chegar a uma solução democrática, pacífica, constitucional e eleitoral para o quadro institucional da Venezuela. No referendo os venezuelanos apoiaram a permanência de Chávez

Os Presidentes Lula e Hugo Chávez reuniram-se em fevereiro de 2005, em Manaus e assinaram um Comunicado Conjunto, onde constou que haviam coincidido em que o referendo do mês anterior constituía um marco na história democrática da Venezuela. Ainda naquele mês o Presidente Lula visitou a Venezuela e do Comunicado Conjunto que havia assinado com Hugo Chávez estabelecia uma ampla aliança estratégica entre a Venezuela e o Brasil. Ainda, o Presidente ressaltou a importância da associação no setor energético, entre PETROBRAS e a Petróleos da Venezuela (PDVSA), bem como a associação entre os sistemas de geração de energia hidrelétrica dos dois países²⁶.

Portanto, assim como a mediação dessa crise na Venezuela, outra questão que ocupou grande parte da atenção da diplomacia em questões ligadas a Venezuela foi sua adesão ao MERCOSUL. A Venezuela formulou seu pedido de adesão ao bloco em 9 de dezembro de 2005, após ter deixado de ser membro do Pacto Andino. Neste ínterim, os Presidentes Lula e Hugo Chávez se encontraram em Porto de Suape, Pernambuco, para o lançamento da pedra inaugural da futura refinaria binacional Abreu e Lima²⁷. Foi elaborado o “Protocolo de Adesão” com os compromissos e as etapas do processo de ingresso do Estado venezuelano ao MERCOSUL (concluído em maio de 2006, em Buenos Aires). De acordo com o Itamaraty, a incorporação da Venezuela ao MERCOSUL configuraria um importante vetor da integração da América do Sul. Com a adesão da Venezuela, o bloco passaria a constituir um Mercado com mais de 250 milhões de habitantes, área de 12,7 milhões de km², PIB superior a um trilhão de dólares (aproximadamente 76% do PIB da América do Sul) e comércio global superior a US\$ 300 bilhões.

²⁶ Intenções de avanços foram pontuadas, no setor siderúrgico, de infraestrutura na Venezuela, de planos significativos para o setor aeronáutico e de uma plataforma de cooperação na área militar. Por fim, mencionou a continuação de colaboração no combate ao narcotráfico, ao crime organizado, ao terrorismo, e na proteção da extensa fronteira comum (MRE, Nota nº 87, 2005).

²⁷ No encontro, dois projetos conjuntos eram analisados, o desenvolvimento da bacia do Orinoco e o desenvolvimento da bacia marítima argentina. Informou que a construção da refinaria Abreu e Lima envolveria investimentos da ordem de US\$ 2,5 bilhões, e deveria gerar milhares de empregos diretos e indiretos. Acrescentou que, durante o encontro presidencial, deveriam ser discutidos, também, temas como a construção de uma planta petroquímica na Venezuela e de uma terceira ponte sobre o rio Orinoco, na Venezuela.

Um breve impasse ocorreria entre o Senado brasileiro e o governo venezuelano. Isso porque o governo da Venezuela recusou a renovação da licença a *Radio Caracas Televisión* (RCTV), rede de televisão de oposição ao governo. Tal fato se deu, pois a Assembleia Nacional Venezuelana concedeu a Hugo Chávez, em janeiro de 2007, poderes amplos para governar por decretos-leis por 18 meses. Esta decisão provocou protestos e o Senado brasileiro pediu à Venezuela que reconsiderasse a não renovação de licença para a RCTV. O Presidente Hugo Chávez respondeu acusando o Congresso brasileiro de subserviente aos interesses dos EUA. O líder do Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB), senador Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Neto, declarou que seu partido tentaria impedir o ingresso da Venezuela no MERCOSUL.

Após tal episódio o Presidente Hugo Chávez não compareceu à reunião do MERCOSUL, no que pareceu ser um sinal de protesto. Porém, o Presidente Lula se encontraria mais tarde com o Presidente venezuelano e declarou à imprensa que os dois países tinham uma relação estratégica por interesses geopolíticos, econômicos, comerciais, de desenvolvimento, de investimentos na área de ciência e tecnologia.

Como de fato o Presidente Lula tivera anunciado, os Presidentes tiveram contatos bilaterais frequentes. Em março de 2008, Lula e Chávez se encontraram, em Recife, ocasião na qual os Presidentes visitariam as obras da Refinaria Abreu e Lima, que seria operada pela PETROBRAS e pela Petróleos de Venezuela (PDVSA). Do Comunicado Conjunto emitido na ocasião, constaram projetos de cooperação industrial, agrícola, de desenvolvimento da Amazônia, energia, e em temas consulares e jurídicos. Um pouco depois, ocorreram dois encontros: um em junho, no qual o Presidente Lula viajou à Venezuela onde manteria um encontro com o Presidente Hugo Chávez, e outro em setembro, onde os dois Presidentes trataram, entre outros assuntos da cooperação energética (Braskem – Pequiven; PETROBRAS – PDVSA); cooperação habitacional (Caixa Econômica Federal e o Banavih); cooperação industrial (ABDI e Milco); integração fronteiriça; cooperação para o desenvolvimento sustentável na Amazônia; e defesa do consumidor (MRE, Nota nº 141, 2008).

A reciprocidade nas visitas dos Presidentes continuaram: em maio de 2009, o Itamaraty anunciou nova visita de Chávez ao Brasil para encontro com o Presidente Lula, em Salvador, Bahia; em outubro, em visita de Lula a Caracas e El Tigre, foram inaugurados o Consulado Geral do Brasil e o escritório da Caixa Econômica Federal; durante o mês de abril de 2010, realizou-se o oitavo encontro presidencial durante o qual seriam revisados os principais tópicos da agenda bilateral, com ênfase na evolução nas áreas de indústria,

agricultura, desenvolvimento urbano, universalização de serviços bancários e integração fronteiriça.

4.3.7 Colômbia

No início do mandato do governo Lula, a situação na Colômbia era de apreensão, pois o país era marcado por frequentes ataques terroristas. Em 16 de janeiro de 2003, um carro-bomba matou quatro pessoas e feriu 27 outras em centro comercial de Medellín, acreditando-se que tenha sido obra das Forças Armadas revolucionárias da Colômbia (FARC) em retaliação à prisão de 53 de seus membros nos dias anteriores. O que mais deve ter causado reverberação por parte do governo brasileiro foi uma declaração à televisão dada pelo Presidente colombiano Álvaro Uribe em que este perguntou por que não se pensava em deslocamento militar para seu país semelhante ao que se fazia então no Iraque. Deste modo, o Brasil se manifestaria, por vezes, com relação à situação interna colombiana. O Presidente Lula enviou, em fevereiro de 2003, mensagem ao Presidente Uribe, na qual expressou indignação por atentado ocorrido em Bogotá que havia causado numerosas vítimas fatais. Dias depois, o governo brasileiro manifestou sua mais enérgica condenação a outro atentado terrorista, desta vez ocorrido na cidade colombiana de Neiva.

Após esses dois ataques, o Presidente Lula enviou uma carta a Kofi Annan, Secretário Geral das Nações Unidas (SGNU) onde apontou que estava solidário com a posição de muitos de seus colegas Presidentes da América do Sul de lançar um chamamento à todos os grupos armados, em especial às FARC, para que cessassem imediatamente atentados e buscassem uma negociação construtiva com o governo colombiano²⁸.

Além desses dois ataques, outra questão interna colombiana gerou uma manifestação do governo brasileiro: em 23 de fevereiro, o governo brasileiro registrou haver se completado, naquele dia, um ano do sequestro da Senadora colombiana Ingrid Betancourt, ex-candidata à Presidência da Colômbia, e de sua assessora, Clara Rojas. Em março de 2003, o Presidente Álvaro Uribe visitou o Presidente Lula, onde estes afirmaram o compromisso do Brasil na ajuda à Colômbia e a sua solidariedade total no combate ao terrorismo e ao narcotráfico. Do Comunicado Conjunto, além de constar a necessidade de combater por todos os meios, em

²⁸ Ainda segundo o Presidente, não se tratava de interferir nos assuntos internos do país, mas de uma manifestação de solidariedade com aquela nação afligida havia mais de 40 anos pela violência. Ainda, declarou que um pronunciamento de Kofi Annan, apoiando uma negociação de paz na Colômbia, concertada com o Presidente Uribe, seria uma iniciativa de inestimável valor tendo em vista o elevado conceito que o SGNU possuía como homem de diálogo e lutador pela paz.

conformidade com a Carta da ONU, as ameaças à paz e à segurança internacional causadas por atos terroristas, constou o repúdio e indignação aos atos terroristas praticados na Colômbia dos dois Presidentes²⁹.

O Presidente Lula e Uribe se encontraram novamente em setembro, em Cartagena, encontro que resultou no Comunicado Conjunto onde constou que Presidente da Colômbia havia reiterado o interesse de seu governo em enviar uma missão técnica ao Brasil, integrada por representantes das entidades colombianas competentes, com o objetivo de avaliar conjuntamente a maneira pela qual pudessem coordenar ações no âmbito do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) e do Sistema Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (SISDACTA)³⁰.

A segurança na região amazônica tornou-se o foco das relações bilaterais entre os dois países e foi assunto no encontro seguinte de Uribe e Lula. Estes se encontraram em janeiro de 2005, numa visita de trabalho na cidade de Letícia. Os principais temas da agenda bilateral a serem tratados diziam respeito à segurança na região amazônica, integração física, assuntos fronteiriços, comércio e investimentos. Ainda, ressaltaram a importância de promover ações complementares que permitissem fomentar a integração e o desenvolvimento das comunidades fronteiriças, particularmente de Letícia e Tabatinga. No final daquele mesmo ano, Lula se encontraria novamente com Uribe para selar um Memorando de Entendimento sobre Cooperação Policial, com vistas a combater a criminalidade organizada transnacional e outras modalidades delituosas. Os mandatários, ainda, destacaram o êxito do exercício coordenado de defesa aérea realizado pelas Forças Aéreas dos dois países, que contribuía para desenvolver capacidades para combater o tráfico ilícito de drogas, armas, precursores químicos e os delitos conexos.

Os eventos colombianos eram acompanhados pelo governo brasileiro que frequentemente se manifestava sobre estes. Como em 1º de janeiro de 2008, onde lamentou que as circunstâncias tivessem impedido, naquele fim de ano, a esperada libertação da Senhora Clara Rojas, de seu filho Emmanuel e da Senhora Consuelo González, que se

²⁹ Reiteraram a sua determinação de combater todas as formas de terrorismo, nos termos dos compromissos assumidos no âmbito da ONU e da OEA e em conformidade com os instrumentos internacionais de que eram partes o Brasil e a Colômbia. Manifestaram vivo interesse em coordenar, no âmbito bilateral, esforços de combate ao terrorismo e ao crime organizado. Decidiram a constituição de Grupo de Trabalho, a ser integrado pelos Ministérios das Relações Exteriores, Defesa e Justiça dos dois países, com o objetivo de promover a cooperação e intercâmbio de informações para a efetiva prevenção e repressão da criminalidade e do terrorismo, inclusive no âmbito dos Acordos bilaterais vigentes de extradição e cooperação judiciária em matéria penal.

³⁰ Ainda, os Presidentes ressaltaram a importância de continuar analisando as condições que possibilitassem o aproveitamento das potencialidades do Brasil e da Colômbia para a produção e exportação de aço, no âmbito do projeto siderúrgico binacional proposto (MRE, Nota nº 399, 2003).

encontravam em poder das FARC. Porém, dez dias depois, expressou satisfação pela notícia da libertação de Clara Rojas e Consuelo González.

Apesar das boas novas, uma reviravolta colocaria fim aos bons presságios colombianos e fez com que um sinal de alerta fosse ligado por todo o continente sul-americano. Em março do mesmo ano, militares da Colômbia atacaram um acampamento das FARC em território equatoriano. Muitos guerrilheiros foram mortos inclusive o líder, Raúl Reyes. A ação levou a que Equador, Venezuela e Nicarágua rompessem relações diplomáticas com a Colômbia, tendo Hugo Chávez e Rafael Correa enviado tropas para as respectivas fronteiras. Por sua vez, também Álvaro Uribe colocou suas tropas em estado de alerta. Em intervenção, no dia 4, durante Sessão Extraordinária do Conselho Permanente da OEA, o Representante Permanente do Brasil, Embaixador Osmar Chohfi, afirmou que era imperativo que se observassem incondicionalmente os preceitos da Carta da OEA, em especial seu Artigo 21, que assegura que o território de um Estado é inviolável³¹.

O Chanceler Amorim, repudiaria tal fato no dia 7, na XX Cúpula do Grupo do Rio, realizada em São domingos. Os acontecimentos seguintes pareciam demonstrar um relaxamento das tensões envolvendo a Colômbia, pois, após o apelo do governo brasileiro, em abril de 2008, para que Ingrid Betancourt e outros sequestrados em poder das FARC com saúde debilitada fossem prontamente libertados, parecem ter surtido efeito. A Senadora foi resgatada das FARC, juntamente com três cidadãos estadunidenses e 11 soldados e policiais durante operação na qual forças colombianas se disfarçaram de guerrilheiros. O governo brasileiro felicitou pelo ocorrido e desejou que o mesmo pudesse vir a ocorrer com os demais sequestrados e que houvesse uma resolução entre as FARC e o governo colombiano para que a paz pudesse se instaurar no país sul-americano. Ainda, as boas novas se deram também pela resolução do impasse entre a Colômbia e o Equador.

Em junho de 2008, onde o governo brasileiro manifestou sua satisfação pela notícia de que os Presidentes da Colômbia e do Equador haviam acordado restabelecer, de imediato e sem condições, as relações diplomáticas em nível de Encarregado de Negócios.

³¹ Ainda, o Embaixador ressaltou que, no caso, havia concordância em pelo menos um ponto, ou seja, o de que as forças colombianas haviam adentrado território equatoriano, reconhecendo, no entanto, que havia discrepâncias sobre as circunstâncias que haviam cercado o incidente. Propôs que uma Comissão de investigação apurasse o ocorrido. Para esclarecer quaisquer outras interpretações que se tenham, o Embaixador aproveitou para reiterar que o Brasil repudiava todas as formas e manifestações do terrorismo, seja quais fossem os pretextos alegados, bem como o entendimento brasileiro de que o combate ao terrorismo seria tanto mais eficaz quanto mais ampla for a cooperação internacional na matéria.

Os contatos e o fortalecimento bilateral entre o Brasil e a Colômbia avolumaram-se no final do mandato do Presidente Lula. Ainda em julho, o Presidente Lula realizou visita oficial às cidades de Bogotá e Letícia, por ocasião dos atos comemorativos do aniversário da independência da Colômbia³². Os Presidentes Lula e Uribe tratariam do comércio bilateral e de projetos de infraestrutura, naquele mesmo mês, na visita de Uribe ao Brasil. Os Presidentes entre os acordos fechados estabeleceram uma Comissão Bilateral. Após a assinatura de atos, o Presidente Lula declarou que o momento das relações bilaterais marcava-se pela cooperação e solidariedade. Esse foi mais um dos frequentes contatos que os dois governos mantiveram.

No encontro ocorrido em outubro, pela quarta vez em 2009, constou no Comunicado Conjunto que Lula e Uribe haviam coincidido no entendimento de que os projetos de infraestrutura constituíam elemento essencial nas políticas anticíclicas voltadas a debelar os efeitos da crise financeira internacional sobre suas economias³³ (MRE, Nota nº 524, 2009). Em setembro de 2010, o estreitamento bilateral entre os dois países continuaria com o Presidente eleito Juan Manuel Santos, que fez sua primeira viagem ao exterior ao Brasil. O Presidente Lula ressaltou tal fato e mencionou a assinatura de acordo entre a Polícia Nacional da Colômbia e a Polícia Federal brasileira para complementar os esforços de ocupação cidadã das divisas, em contraposição ao tráfico de drogas e de armas e à lavagem de dinheiro³⁴ (MRE, Nota nº 558, 2010).

³² Conforme nota à imprensa, durante encontros que mantiveram, Lula e Uribe destacaram a importância de fortalecer a cooperação bilateral na luta contra a delinquência organizada, o tráfico de armas e munições, o problema mundial das drogas e seus delitos relacionados. Entre diversos temas tratados constou a assinatura do Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa; a intenção de iniciar um processo conjunto de análise e negociação de um programa bilateral para a fabricação de aeronaves militares de transporte pesado; a adoção de um Memorando de Entendimento para a Cooperação no Combate à Fabricação e ao Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, Munições, Acessórios, Explosivos e Outros Materiais Correlatos; e a subscrição do Protocolo Sobre Cooperação Comercial e Econômica. Ainda, durante o encontro, o Presidente Álvaro Uribe manifestou interesse em receber cooperação técnica do governo brasileiro sobre a legislação relativa à incorporação dos biocombustíveis à matriz energética colombiana. Em Letícia, Lula e Uribe se encontraram também com o Presidente do Peru, Alan García, tendo os três abordado temas relacionados à segurança, à infraestrutura para a integração e o desenvolvimento da zona fronteira comum.

³³ Trataram da identificação de iniciativas conjuntas nas seguintes áreas: ciência e tecnologia; desenvolvimento sustentável da Amazônia; educação e cultura; energia; agroindústria; infraestrutura; e integração de cadeias produtivas. Em discurso, o Presidente Lula ressaltou os investimentos brasileiros na economia colombiana. Anteriormente, em setembro, foi anunciada a visita ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores da Colômbia, Jaime Bermúdez, para manter reuniões com Celso Amorim com ênfase em temas de defesa e segurança. Manteria também encontro de trabalho com o Ministro da Defesa, Nelson Jobim.

³⁴ Propôs uma aliança em matéria de cultivo, processamento e comercialização do etanol e biodiesel, com o propósito mais amplo, inclusive de ajudar outros países em desenvolvimento, sobretudo na América Latina e na África. Por fim, Lula referiu-se também a trabalho conjunto a ser desenvolvido na área de defesa, em pesquisa e desenvolvimento na indústria aeronáutica, naval e terrestre, no projeto do avião-cargueiro da Embraer – o KC-390 – e na produção de lanchas-patrolha.

4.3.8 Peru

O aprofundamento bilateral também se deu com o Peru, durante o mandato do Presidente Lula. Em abril de 2003, durante visita do Presidente do Peru, Alejandro Toledo, ao Brasil, o Presidente Lula expressou o desejo de inaugurar, no ano seguinte, a ponte de Assis Brasil e Iñapari e anunciou que o BNDES iria contribuir para os projetos de infraestrutura necessários para a integração bilateral. Meses depois, em 31 de Outubro, Celso Amorim seria recebido em Lima pelo Presidente Toledo no qual lhe entregou uma carta de solicitação para incorporação do Peru como Estado Associado ao bloco, assim como o fez para os demais membros.

Em janeiro de 2004, o Chanceler Amorim receberia o Ministro do Exterior do Peru, Manuel Rodrigues, em Brasília. Estes se encontraram quando o Ministro do Peru participou da reunião de transferência ao Brasil da Secretaria *pro tempore* do Grupo do Rio. Segundo nota à imprensa, os dois Chanceleres abordaram a cooperação para a vigilância e proteção da região amazônica; o encaminhamento dos projetos de integração da infraestrutura física e a nova condição do Peru de país associado ao MERCOSUL; além de diversos aspectos das negociações comerciais de que vinham participando Brasil e Peru. Expressaram satisfação com a próxima conclusão do “Acordo Brasil-Peru sobre Facilidades para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios” pelo qual deixariam de ser exigidos passaportes para viagens entre os cidadãos dos dois países (MRE, Nota nº 5, 2004).

Celso Amorim retribuiu a visita no mês seguinte onde cuidaram de tratar de uma extensa variedade de assuntos. Conforme constou no Comunicado Conjunto alguns dos assuntos foram a incorporação do Peru como Estado Associado do MERCOSUL; da possibilidade de concretizar um regime de voos transamazônicos e transfronteiriços; do início da construção da ponte sobre o rio Acre; do Acordo que permitiria cidadãos brasileiros e peruanos a utilizar seus respectivos documentos nacionais de identidade para realizar viagens de turismo ou negócios entre um país e outro; do fortalecimento dos mecanismos de cooperação militar entre as Forças Armadas; de iniciativas para a concretização do eixo comercial e de integração física entre Pucallpa e Cruzeiro do Sul; e de negociações do Convênio para Evitar a Dupla Tributação. (MRE, Nota nº 53, 2004)

Um dos objetivos do Presidente Lula e do Presidente Toledo na reunião que mantiveram em dezembro, no âmbito da III Reunião de Presidentes da América do Sul, era o acordo relativo ao início da construção da via interoceânica para ligar Assis (Estado do Acre) e Iñapari (Departamento de *Madre de Dios*) - o que veio a se concretizar através do

financiamento do PROEX, concedido pelo Brasil, no valor de US\$ 417 milhões e assim constou no Comunicado Conjunto assinado pelos Presidentes. Ainda, os dois mandatários saudaram, ademais, a assinatura do Memorando de Entendimento entre o governo do Peru e a CAN de fomento para o financiamento complementar à construção da mencionada obra. Em setembro, os Presidentes se encontrariam na presença do Presidente da Bolívia, Eduardo Rodríguez, na cidade peruana de Puerto Maldonado para a cerimônia de lançamento da pedra fundamental da Rodovia interoceânica, que ligaria o Brasil aos portos marítimos peruanos de Ilo, Matarani e San Juan. Esse incremento do relacionamento bilateral entre os dois países se refletiu na criação, em 2005, do Consulado do Brasil em Iquitos.

O novo Presidente peruano, Alan García, faria sua primeira viagem ao exterior ao Brasil. Nessa visita, no dia 13 junho de 2006, os Presidentes Lula e García examinarão as perspectivas de intensificação da cooperação bilateral, no contexto da aliança estratégica entre os dois países. Em empresas peruanas e brasileiras. Dois meses depois seria o Ministro das Relações Exteriores peruano, José Antonio García a visitar o Brasil. Em tal visita, em agosto, o Itamaraty informou que empresas brasileiras mantinham importantes investimentos no Peru, especialmente nos setores de energia e mineração. Acrescentou que os Presidentes Lula e Alan García pretendiam promover uma associação estratégica entre a PETROBRAS e a Petróleos do Peru (PetroPerú)³⁵.

Os Presidente Lula e Alan Garcia trocaram visitas bilaterais ainda no ano de 2008. Sendo o Presidente Lula o primeiro a visitar o Peru em maio, do Comunicado Conjunto emitido após encontro com Alan García, constou que os Presidentes haviam destacado o excelente nível das relações bilaterais e priorizado as seguintes áreas: cooperação e desenvolvimento fronteiriço; cooperação energética em matéria de gás, petróleo e biocombustíveis; interconexão elétrica; e fomento e ampliação de investimentos. Em setembro, foi a vez de García visitar o Brasil fazendo-se acompanhar de expressiva delegação ministerial e de numerosos empresários peruanos (MRE, Nota nº 251, 2008).

Em Abril de 2009, os Presidentes assinaram o Comunicado Conjunto intitulado Compromisso de Rio Branco que entre as diversas áreas tratou de televisão digital; integração energética; integração econômica e comercial na zona de fronteira e interconexão física

³⁵ Em entrevista coletiva, Celso Amorim ressaltou que alguns dos projetos mais importantes na área de infraestrutura do Brasil haviam sido realizados, e estavam sendo realizados, até aquele momento, com o Peru. Notou também que, na questão comercial, o primeiro acordo de livre-comércio firmado pelo MERCOSUL com países andinos fora com o Peru. Por fim, em discurso ainda naquele mês, o Chanceler brasileiro salientou terem as exportações brasileiras ao Peru aumentado de US\$ 438 milhões para US\$ 1,5 bilhão no mesmo período (incremento de 244%) (AMORIM, 2006, s/p).

(MRE, Nota nº 186, 2009). Tanto o Chanceler Amorim quanto o Presidente Lula visitariam o Peru no segundo semestre de 2009: em sua visita, em agosto, Amorim manteve reunião com o Chanceler Belaúnde, em Lima; já na visita do Presidente Lula, em dezembro, após a assinatura de atos, anunciou-se a conclusão próxima do acordo da produção de energia elétrica no Peru para atender as demandas internas tanto do Peru quanto do Brasil. Declarou que o Brasil e Peru podiam dar exemplos na questão da defesa.

4.3.9 Equador

Foi na posse do Presidente Lúcio Gutierrez, do Equador que o Presidente Lula fez sua primeira viagem ao exterior, em 15 de janeiro de 2003. Em maio, foi a vez do Presidente Equatoriano visitar ao Brasil. Na ocasião, o Presidente Lula anunciou que o BNDES ia aprofundar o exame de dois projetos equatorianos: o de um grande sistema de canais de irrigação e o de estações de tratamento de água potável. Informou também a decisão bilateral de apressar o restabelecimento do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos como mecanismo de liquidação das operações comerciais. Expressou o interesse mútuo de restabelecer a conexão aérea direta entre o Brasil e o Equador, no que dizia respeito ao transporte de passageiros, e suas expectativas de que a PETROBRAS pudesse colaborar mais intensamente na prospecção e na exploração do petróleo equatoriano. Na declaração feita à imprensa pelo Presidente Lula ele enfatizou que

Durante esta visita do presidente Gutiérrez, tratamos de pavimentar mais um trecho do caminho da integração. [Pois] estamos convencidos de que a futura hidrelétrica de São Francisco terá grande importância para o desenvolvimento econômico e social do Equador (SILVA, 2003e).

O projeto da Hidrelétrica de São Francisco saíria do papel, pois em 1º de outubro, o Presidente Gutierrez enviou uma carta ao Presidente Lula na qual ratificou o compromisso de seu governo executar o projeto da hidrelétrica, a ser construída por empresa brasileira. O Itamaraty esclareceu que a decisão era condição necessária para avançarem os entendimentos para a concessão do crédito de US\$ 243 milhões, destinados a financiar exportações brasileiras de bens e serviços, ao amparo do Convênio de Créditos Recíprocos (CCR). Em visita ao Equador em Agosto de 2004, o Presidente Lula comemorou a parceria da hidrelétrica de São Francisco e o novo estágio das relações bilaterais que mostravam possibilidades nos campos da saúde, da energia, da ciência e tecnologia, e de infraestrutura como um todo.

Um acontecimento voltaria às atenções do continente sul-americano para o Equador e no qual fez com que o governo brasileiro acompanhasse com preocupação o seu desenrolar. Em abril de 2005, as Forças Armadas Equatorianas retiraram seu apoio ao Presidente Lúcio Gutiérrez. Por nota do dia 19, o Itamaraty informou que os Chanceleres da Comunidade Sul-Americana de Nações haviam manifestado a sua preocupação com a crise política que enfrentava o Equador e propuseram o diálogo entre os Poderes do Estado, em conjuntos com a sociedade civil e a classe política equatoriana como a melhor forma de se chegar a uma solução para a crise (MRE, Nota nº 194, 2005).

Em sessão especial de legisladores equatorianos, estes consideraram vacante o cargo de Presidente da República e acabaram por empossar o Vice-Presidente da República, Alfredo Palácio, que assumiria o cargo até as eleições do ano seguinte. O ocorrido inspirou preocupação por parte do governo brasileiro pela crise política no Equador, expressando-se por Nota (MRE, Nota nº 196, 2005)³⁶. No dia seguinte, 21 de abril de 2005, os países da CASA reiteraram por comunicado, sua preocupação com a sucessiva deterioração da constitucionalidade e institucionalidade democrática no Equador. Uma missão foi enviada por três Chanceleres da Comunidade (Peru, Brasil e Bolívia), à qual juntar-se-ia a Secretaria *pro tempore* do Grupo do Rio (Argentina), o objetivo era o de dialogar com as forças política equatorianas e colaborar na construção de um entendimento que levasse à plena normalização e institucionalização do quadro político-jurídico e à paz social para todos os equatorianos.

Rafael Correa assumiria a presidência do Equador em janeiro de 2007, sucedendo Alfredo Palacio. O Presidente comprometeu-se a convocar uma Assembleia Constituinte e concentrar as ações de seu governo no combate à pobreza. O Presidente Lula esteve presente na posse de Correa, na ocasião de tal visita Celso Amorim deu uma entrevista coletiva na qual afirmou que “a relação estava muito boa com o Presidente Palácio [...] Agora você tem um governo mais permanente e uma perspectiva mais ampla”. Além de mencionar a aprovação de financiamento para projeto de ponte sobre o Rio Esmeralda (AMORIM, 2007, s/p).

Como o próprio Chanceler Amorim notou, as relações bilaterais entre os dois países eram positivas, mas sofreriam um pequeno revés, resultando na chamada para consultas, em Brasília, do Embaixador do Brasil no Equador: Rafael Correa havia anunciado que não saldaria a dívida com o BNDES com relação à Central São Francisco, acusando a empresa

³⁶ A nota reiterava que o apelo do Brasil às forças políticas equatorianas no sentido de conciliar suas posições em torno de solução constitucional que assegure a restauração da normalidade institucional, da estabilidade interna e da paz social para todos os equatorianos, com respeito aos direitos humanos. No mesmo dia 20, por nova nota, o Itamaraty informou que o ex-Presidente Lúcio Gutiérrez encontrava-se na Embaixada do Brasil em Quito, onde solicitara asilo diplomático e que estava tomando as providências cabíveis para sua concessão.

brasileira Odebrecht de ter sido a beneficiada com o empréstimo. Após o governo Lula ter cancelado a visita que faria ao Equador *sine die*, e o Equador ter impetrado juízo arbitral junto à Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (CCI) com vistas a suspender o pagamento da dívida, o Chanceler Amorim chamou o Embaixador do Brasil para Consultas, pois considerou que as medidas tomadas não se coadunavam com o espírito de diálogo de outrora entre os dois países³⁷.

4.3.10 Guiana e Suriname

Apesar do aprofundamento nas relações com os países sul-americanos, as relações com a Guiana e o Suriname se mantiveram em nível baixo durante o governo Lula. Talvez tal fato esteja atrelado ao forte relacionamento destes com os países caribenhos. Em fevereiro de 2003, foi assinado pelo Chanceler Amorim e pelo Ministro do Comércio Exterior e Cooperação Internacional da Guiana, Clement Rohee, um Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas. Em Julho, ocorreria a primeira reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Bilaterais, entre Amorim e o Ministro Guianense, na Guiana. Ainda naquele mês, o Presidente da Guiana, Bharrat Jagdeo, visitaria o Brasil e conversaria com o Presidente Lula sobre formas de retomar a construção da ponte sobre o rio Tacutu, entre Bonfim e Lethem que constituiria o término da conexão terrestre entre os dois países.

O Presidente Lula faria sua primeira visita a Guiana em 2005. Em discurso na sessão especial da Assembleia Nacional da Guiana, afirmou que um dos principais temas da agenda bilateral era a interconexão viária entre a capital de Roraima e Georgetown. Anunciou desejo do governo brasileiro de reiniciar a construção da ponte internacional sobre o rio Tacutu. Mostrou também a disposição de organizar amplo esquema de cooperação com os países da Comunidade Caribenha (CARICOM) e especialmente com a Guiana, abrangendo programas de capacitação técnica no setor produtivo sucroalcooleiro³⁸.

Em setembro, os Presidentes se encontrariam em Bonfim, Roraima, para a inauguração da Ponte sobre o Rio Tacutu. No encontro foram assinados os seguintes atos bilaterais: Acordo em Matéria de Defesa; Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos (vistos de

³⁷ No entanto, o caso não trouxe consequências mais gravosas em vista que, em janeiro de 2009, o Itamaraty informou que o governo brasileiro recebera do Equador, no âmbito do CCR da Aladi, o valor referente às parcelas vencidas, em dezembro, do financiamento do BNDES para a construção da Hidrelétrica.

³⁸ Do Comunicado Conjunto, constou que, a pedido do Presidente Jagdeo, o Presidente Lula indicara que o Brasil deveria enviar à Guiana uma missão da PETROBRAS para buscar possibilidades de operações conjuntas em exploração de gás e óleo na plataforma continental (MRE, Nota nº 80, 2005).

negócio); Memorando de Entendimento para a Promoção do Comércio e do Investimento e para a Criação do Comitê de Fronteira; Ajuste Complementar para a Implementação do Projeto Mapeamento Geológico e da Geodiversidade na Fronteira; e Ajuste Complementar para a Implementação do Projeto Manejo Integrado da Mosca da Fruta na Guiana.

O Chanceler Amorim e a Ministra dos Negócios Estrangeiros da Guiana, Carolyn Rodrigues-Birkett se encontraram no Rio de Janeiro, em outubro de 2008. Foi a primeira reunião bilateral dos Ministros, já que Carolyn assumiu em abril daquele ano. Entre os temas tratados pelos Ministros estavam, sobretudo, temas relacionados à melhoria de infraestrutura de transportes entre os dois países, além de serem examinadas formas de aprofundar a cooperação nos setores educacional, agrícola e ambiental³⁹. O Presidente Bharrat Jagdeo visitou o Brasil em abril de 2010. Na ocasião, foi assinado Memorando de Entendimento na área de segurança fitossanitária de produtos de origem vegetal.

O relacionamento com o Suriname, durante os mandatos do Presidente Lula, se estreitou com a visita do Presidente surinamense, Ronald Venetiaan, ao Brasil em Julho de 2003. No encontro Venetiaan, expressou o desejo de seu país de integrar-se progressivamente à América do Sul. Na declaração à imprensa, constou que o governo brasileiro estava plenamente disposto a cooperar com o governo surinamense na implementação de políticas eficazes de saúde, educação e de promoção social⁴⁰. O Presidente Lula ao visitar o Suriname em fevereiro de 2005, participou, na qualidade de convidado, da CARICOM. Do encontro que manteve com o Presidente Venetiaan, constou na declaração conjunta que os dois líderes haviam sublinhado, com satisfação, a iniciativa brasileira de enviar ao Suriname missão conjunta da ABC e da Embrapa para examinar possibilidades de cooperação técnica. Três acordos foram concluídos: Acordo sobre Assistência Jurídica em Matéria Penal, Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas e Ajuste ao Acordo sobre Regularização Migratória. Além disso, foi também assinado Protocolo de Intenções entre os dois países no campo da saúde, voltado a dar uma dimensão nova ao combate contra doenças tropicais e HIV/AIDS.

Por conta das fortes chuvas que assolaram o Suriname em Maio de 2006, o governo brasileiro disponibilizou helicóptero do Exército brasileiro para auxiliar no transporte de assistência humanitária às regiões mais longínquas. Além disso, enviou avião da Força Aérea

³⁹ Os Ministros ressaltaram a conveniência de estabelecer um Vice-Consulado do Brasil em Lethem, para o qual já haviam sido tomadas as medidas legais necessárias (decreto brasileiro do ano anterior já o criara).

⁴⁰ Projetos concretos que facilitassem a ligação viária entre os países ficaram de ser examinados. Ainda, constaram declarações do Presidente Lula de que três assuntos importantes fora pauta do encontro: (a) a questão dos brasileiros no Suriname, que já somavam quase 40 mil; (b) a questão da renegociação da dívida externa do Suriname; e (c) a questão da compra, pelo Brasil, do arroz produzido no Suriname (SILVA, 2003f, s/p).

Brasileira com 10 mil frascos de hipoclorito (suficientes para atender às necessidades de cerca de 20 mil pessoas, durante um mês), bem como 6 kits de farmácia básica e 6 mil pastilhas de quinina para malária, provenientes dos estoques do Ministério da Saúde.

O Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, recebeu em setembro de 2009, a Chanceler do Suriname, Lygia Kraag-Keteldijk, em visita oficial ao Brasil. Os Ministros trataram de temas da agenda bilateral, com ênfase em infraestrutura, transportes aéreos e marítimos, e questões migratórias. Dentre os projetos conjuntos, destacar-se-iam as iniciativas de cooperação técnica, com previsão de assinatura de 10 Ajustes Complementares durante a visita.

5 A AMÉRICA DO SUL NA POLÍTICA EXTERNA DE DILMA (2011-2014)

Ao assumir o cargo de Presidente da República em 2011, Dilma Rousseff traçou em seu discurso quais seriam suas prioridades em política externa, entre essas prioridades estava a América do Sul:

[...] Seguiremos aprofundando o relacionamento com nossos vizinhos sul-americanos [...] O Brasil reitera, com veemência e firmeza, a decisão de associar seu desenvolvimento econômico, social e político ao nosso continente. Podemos transformar nossa região em componente essencial do mundo multipolar que se anuncia, dando consistência cada vez maior ao MERCOSUL e à Unasul. (ROUSSEFF, 2011a, s/p)

Deste modo, a Presidente afirmou seu compromisso de direcionar o desenvolvimento econômico, social e político para a América do Sul, para que esta integração entre os países da região se torne essencial para o mundo multipolar que se anuncia, mas para isso seria necessário dar mais consistência cada vez maior ao MERCOSUL e à Unasul. Essa ação de direcionar os esforços de política externa para América do Sul também transpassa aos seus Ministros das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota

[...] Acorados em nosso entorno sul-americano, teremos a nossa disposição um MERCOSUL robusto e uma Unasul crescentemente coesa. Compete-nos completar a transformação da América do Sul em um espaço de integração humana, física, econômica, onde o diálogo e a concertação política se encarregam de preservar a paz e a democracia. [...] Central nesse empreendimento é a relação Brasil-Argentina, que vive hoje um momento de plenitude e avança em um vasto espectro de iniciativas que incluem áreas como a cooperação em matéria espacial e dos usos pacíficos da energia nuclear. E cada vizinho na América do Sul receberá uma atenção crescentemente diferenciada. Caberá aos Governos trabalhar mais e melhor para cobrir as lacunas de conhecimento e interação que ainda caracterizam o relacionamento entre os países da região. Nosso destino comum exige que conheçamos melhor a História, a demografia, o potencial econômico e a cultura uns dos outros – da Terra do Fogo à Ilha de Margarita. Não se faz integração sem diálogo permanente, sem engajamento intelectual e até mesmo, diria eu, sem emoção e idealismo.[...] (PATRIOTA, 2011a, s/p)

Luiz Alberto Figueiredo Machado em seu discurso, quando assumiu o Itamaraty em 28 de agosto de 2013, demonstrou vontade em continuar nos caminhos seguidos pelo seu antecessor:

O fortalecimento da presença do Brasil no exterior se vem realizando por meio de uma ação diplomática que tem sabido conjugar a ênfase prioritária na integração regional e nas relações com cada um dos países vizinhos com uma projeção de

caráter global e verdadeiramente universal, como é a vocação de nossa política externa. (FIGUEIREDO, 2013a, s/p)

Desta forma, a política externa teria como um dos pilares a intensificação das relações com a América do Sul, assim como foi empreendido no governo Lula. O governo Dilma se propunha a perseguir a mesma linha traçada pelo governo Lula, ao orientar suas relações por meio da “autonomia pela diversificação” (VIGEVANI & CEPALUNI, 2007). Embora a Política Externa do primeiro governo Dilma manteve os traços da política externa anterior, a Presidente empregou sua ação externa com menor ativismo. Cabe ressaltar que existiram maiores limitações externas entre 2011 e 2014 do que entre 2003 e 2010, nos governos Lula.

Com isso, analisar-se-ão as ações de política externa de Dilma para a América do Sul, neste capítulo, ressaltando que o processo de aproximação da América do Sul ganhou força pela corrente autonomista, na busca por se desprender de qualquer aliança que faça com que o país fique dependente e que este trilhe uma linha desenvolvimentista (ou neo-desenvolvimentista).

A facilitação de outrora, com a ascendência, no início do século XXI, de regimes contrários à lógica neoliberal no contexto do “Consenso de Washington” com novas perspectivas socioeconômicas e políticas, parece ter sofrido um pequeno revés, como o golpe ocorrido no Paraguai e a ascensão do partido de centro-direita ao poder no Chile, porém o que se notou foi uma consolidação, apesar das fortes oposições, destes regimes no poder de outros países vizinhos, como na Argentina, Bolívia, Equador, Uruguai e Venezuela.

O Brasil continuaria perseguindo seus objetivos em relação à América do Sul como sempre o fez durante sua história de condução da política externa brasileira, ou seja, respeitando os limites dos Estados e tendo em suas relações com seus vizinhos os preceitos de autodeterminação, de não intervenção e solução pacífica de controvérsias, entre outros, como sempre demonstrou.

Tabela 4 - Viagens da Presidente Dilma para países da América do Sul (2011-2014)

Países	2011/2014	Multilaterais	Viagens (Total)
Argentina	4	2	6
Bolívia	-	-	-
Chile	1	1	2
Colômbia	-	1	1
Equador	-	1	1
Guiana	-	-	-
Paraguai	1	1	2
Peru	1	3	4
Suriname	-	1	1
Uruguai	1	2	3
Venezuela	3	2	5
TOTAL	11	14	25

Fonte: criado pelo autor com base em dados do Palácio do Planalto (2014).

Por conseguinte, com a finalidade de se adequar aos novos objetivos de inserção autônoma e de integração no plano regional, houve durante o governo Lula, o surgimento e a consolidação de novas entidades multilaterais. Através destas que se encaixaria o objetivo brasileiro de construção da América do Sul enquanto região política, econômica e socialmente integrada. E como o Chanceler Patriota mencionou em seu discurso de posse, o governo de Dilma teria à sua disposição um MERCOSUL robusto e uma Unasul crescentemente coesa, a fim de completar essa transformação da América do Sul em um espaço de integração humana, física e econômica, sendo, portanto, uma de suas atribuições. Deste modo, o governo Dilma perseguiria seus objetivos de estreitar as alianças Sul-Sul, com seus parceiros regionais, utilizando-se de mecanismos multilaterais, no caso a Unasul e o MERCOSUL.

5.1 UNASUL

No âmbito da Unasul, durante o primeiro mandato da Presidente Dilma, a primeira atividade ligada a ela seria em março de 2011, quando a União celebrou a entrada em vigor de seu Tratado Constitutivo. O Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira, chefiou a delegação brasileira à Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros das Relações Exteriores da Unasul, em Quito. Além do ato comemorativo, foi lançada também a pedra inaugural da sede da Organização, construída em Quito, ao longo daquele ano. Em Nota do Itamaraty além dessas informações constam que desde a assinatura

do Tratado Constitutivo da Unasul, em maio de 2008, em Brasília, a Organização tem desempenhado importante papel na promoção do diálogo político e da mediação diplomática na América do Sul. Por meio dos trabalhos de oito Conselhos Ministeriais, tem, igualmente, fortalecido a integração social, física e econômica da região. Ressaltou ainda que em 2010, a América do Sul absorveu US\$ 37 bilhões das exportações brasileiras. O volume total de comércio com os parceiros sul-americanos foi de US\$ 63 bilhões no mesmo período. Em 2011, o volume do comércio entre o Brasil e os demais membros do bloco foi de US\$ 76 bilhões, registrando crescimento de 20% com relação a 2010 e de 65% se comparado a 2009 (MRE, Nota n°.96, 2011).

Em abril de 2011, ocorreu no Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro, a Primeira Reunião do Comitê Coordenador do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), da Unasul. O COSIPLAN foi criado em agosto de 2009 durante encontro presidencial da Unasul, quando foi decidida a substituição do Comitê de Direção Executiva da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) por um Conselho em nível de Ministros dentro da estrutura institucional da União. Em nota o Itamaraty aponta que a Reunião inaugurou nova etapa nas discussões para a integração da infraestrutura física na região, pois avançou-se na definição de um Plano de Ação Estratégica para os próximos 10 anos e na conformação de uma Agenda Prioritária de Projetos, que funcionarão como verdadeiros indutores do desenvolvimento (MRE, Nota n° 166, 2011).

Assim sendo, no final de julho de 2011, a Unasul fez sua primeira reunião de Cúpula desde a criação formal do bloco. O encontro extraordinário aconteceu em Lima, no Peru, onde estavam os chefes de Estado e de Governo da região para a posse do novo Presidente daquele país, Ollanta Humala. Na ocasião, a Presidente Dilma parabenizou o Presidente eleito e ressaltou o que espera da Unasul

Nós não queremos uma integração na qual algum país possa se impor sobre os demais pelas dimensões de seu território, de sua população ou pelo tamanho do seu Produto Interno Bruto, como, ao longo da história internacional, sistematicamente fizeram conosco [...] Sabemos hoje que temos de conceber e implementar políticas públicas voltadas para os segmentos mais vulneráveis. [...] A Unasul constitui espaço privilegiado no qual nós, do governo brasileiro, queremos escutar e aprender. Aqui nós vamos compartilhar experiências bem-sucedidas (ROUSSEFF, 2011b, s/p).

Por fim, a Presidente destaca que se deve seguir trabalhando, avançando na integração física, energética, logística, e na cooperação na área de ciência e tecnologia. Dilma caracteriza

a Unasul como um “projeto integracionista [...] solidário [que] busca consolidar a América do Sul como uma zona de cooperação e desenvolvimento” (ROUSSEFF, 2011b, s/p)⁴¹.

Deste encontro dos Chefes de Estado e de Governo da Unasul foi dado seguimento pelos Ministros das Relações Exteriores num encontro que mantiveram em agosto seguinte para tratar entre outros assuntos, do estabelecimento de mecanismos adicionais de fortalecimento da democracia do espaço sul-americano. Entre os resultados desta reunião, os chanceleres dos doze países chegaram a um acordo sobre três mecanismos para fazer frente aos efeitos da crise internacional: a criação de um fundo regional de reservas; a implementação do Banco do Sul para financiar obras de infraestrutura e desenvolvimento na região; e o aumento de intercâmbio comercial em moeda local.

Nota-se, portanto, a crise internacional como pauta frequente das reuniões da Unasul, pois duas semanas após a reunião dos Chefes de Estados e de Governo, em julho, no Peru, fora criado o Conselho Sul-Americano de Economia e Finanças, a fim de fomentar a troca de ideias entre ministros da Economia e presidentes dos Bancos Centrais da entidade. O conselho, por sua vez, criou três grupos de trabalho, que teriam um prazo de 60 dias para entregar os resultados. Uma das tarefas era o de promover o intercâmbio comercial na região (no período de US\$ 120 bilhões) e diminuir o número de transações feitas em dólares, que acabou resultando mais tarde na reunião extraordinária dos Ministros das Relações Exteriores dos Estados Sul-Americanos.

Na reunião ordinária seguinte, em outubro de 2011, das Chefas e Chefes de Estados e de Governo da Unasul, em Assunção, Paraguai, foram aprovados o Estatuto e Plano de Ação do Conselho Sul-Americano de Economia e Finanças, além disso, aprovaram a recomendação dos Ministros das Relações Exteriores de um Conselho Eleitoral da Unasul. Ainda nesta reunião, condenaram energicamente à tentativa de golpe de Estado e ao posterior sequestro do Presidente Rafael Correa Delgado, em vista de ter se cumprido um ano dos eventos ocorridos, em setembro de 2010 (MRE, Nota nº 419, 2011).

⁴¹ Da Declaração feita pelos Presidentes da Unasul, consta a proposta de construção de um modelo de integração cultural, social, econômico e político com prioridade na formulação de políticas públicas dirigidas à eliminação da desigualdade socioeconômica, à conquista da inclusão social e ao reforço da participação cidadã, fortalecendo a democracia, a soberania e a independência dos Estados. Ainda, de acordo com a declaração os países assumiram a tarefa, dita mais urgente, no compromisso de implementar e aprofundar o Plano de Ação elaborado pelo Conselho de Desenvolvimento Social da Unasul e estabelecer uma Agenda de Ações Sociais Prioritárias da Unasul que contribua a reduzir as assimetrias e brechas de caráter estrutural da região e romper a transmissão intergeracional da desigualdade, tal como assinalam Organizações Internacionais vinculadas à temática do desenvolvimento (MRE, Nota nº .284, 2011).

O Chanceler Patriota participou em duas reuniões do Conselho de Ministros das Relações Exteriores da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), sendo a primeira Ordinária em março de 2012. Na reunião os Ministros discutiram temas de organização administrativa e fortalecimento institucional⁴². A outra reunião foi em Junho de 2012, em Bogotá, e de caráter extraordinário. No encontro os Ministros examinaram temas como o Regulamento Geral da Unasul e a criação de Conselho Eleitoral e de Conselho de Segurança Cidadã, Justiça e Coordenação de Ações contra o Crime Organizado Transnacional, além da revista feita pelos Ministros as ações dos Conselhos Ministeriais, estes traçaram futuros projetos a tais Conselhos.

No final de novembro de 2012 ocorreu a VI Reunião de Chefas e Chefes de Estado e de Governo da Unasul em Lima, no Peru. Esta sem a presença do Estado paraguaio, em vista de que este foi suspenso da organização devido à destituição sumária de Fernando Lugo do poder no Paraguai. Na ocasião, o Brasil se fez representar pelo Vice-Presidente Michel Temer e pelo Chanceler Patriota.

Da Declaração Conjunta, resultante da variação de temas, constou esforços em direção a um processo de planificação e integração regional com base em uma visão estratégica compartilhada; um estudo a ser realizado pelo Secretário-Geral em coordenação com os conselhos setoriais pertinentes, sobre a disponibilidade e potencialidades dos recursos naturais da região sul-americana, visando o desenho de uma estratégia da Unasul para o seu aproveitamento; que a plena vigência das instituições democráticas é uma condição indispensável para a construção do processo de integração sul-americano; a adoção do Conselho Eleitoral da Unasul à institucionalidade da União; também a adoção da “Agenda de Ações Sociais Prioritárias”, que reafirma o compromisso da Unasul de avançar para um desenvolvimento social e humano com equidade e inclusão, erradicar a pobreza e superar as desigualdades na região, contemplando as políticas sociais de maneira transversal; e, por fim, aprovação de sua Decisão sobre “Diretrizes Políticas da Unasul para as Relações com Terceiros” (MRE, Nota nº 307, 2012).

Na reunião seguinte, as pautas estariam envoltas de temas sociais. Às vésperas da VII Cúpula de Chefas e Chefes de Estado e de Governo da Unasul, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil passou a ser comandado por Luiz Alberto Figueiredo após Patriota pedir

⁴² Os Chanceleres avaliaram os resultados dos Conselhos Ministeriais e Grupos de Trabalho da Unasul, entre os quais COSIPLAN e o Conselho de Defesa e o estabelecimento do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (ISAGS). Também foram abordados mecanismos de diálogo político da Unasul com países extra-bloco e outros organismos multilaterais. (MRE, Nota nº 62, 2012).

demissão (devido ao conturbado caso envolvendo o Senador boliviano Roger Pinto Molina). O encontro ocorreu em 30 de agosto de 2013, em Paramaribo, no Suriname, esta reunião marcou a volta do Paraguai à instituição após 14 meses afastados⁴³.

A Presidente Dilma em entrevista após a reunião caracterizou a Unasul e apontou a importância que se tem um espaço regional que converge 12 países com 12 situações diferenciadas:

Em um fórum regional de primeira linha. São 12 países, esses 12 países são diferentes, então, você tem de ter uma articulação para permitir que os 12 se sintam confortáveis dentro da Unasul. E você resolve os conflitos. Eu acho que tem de ter uma abertura, reconhecer onde tem conflitos, tratar de encaminhar os conflitos, resolvê-los. Nós temos tido essa prática. **Acho que o que caracteriza a Unasul é justamente uma grande capacidade de cooperação**, tanto nesse aspecto agora, [...] esse importante momento, que é a volta do Paraguai à Unasul, também todas as relações que são construídas entre cada um dos países integrantes [...] eu creio que criou-se aqui dentro desse espaço regional de articulação, criou-se um clima muito importante que, para além de todas as diferenças que, obviamente separam, são 12 países com 12 situações diferenciadas, se cria uma relação também de forte amizade (ROUSSEFF, 2013a, s/p, **grifo nosso**).

O próximo encontro dos países Sul-Americanos foi diferenciado de suas Cúpulas, pois os dirigentes da Unasul se encontraram com os países dos BRICS. Na ocasião da VI Cúpula dos BRICS que ocorreu em Fortaleza e em Brasília (julho de 2014), respectivamente, os líderes dos BRICS apresentaram aos chefes de Estado e de Governo sul-americanos as oportunidades oferecidas pelo Novo Banco de Desenvolvimento, cuja criação foi anunciada um dia antes, na Cúpula dos países membros dos BRICS; estiveram presentes todos os Presidentes da Unasul. O intuito dos países dos BRICS era o de aprofundar a cooperação entre os BRICS e os países da América do Sul, deste modo, renovaram sua disposição para o crescente engajamento com outros países, em particular países em desenvolvimento e economias emergentes de mercado, assim como com organizações internacionais e regionais,

⁴³ Da Declaração do Conselho, além de outros assuntos, constavam as principais diretrizes consideradas de uma visão estratégica a longo prazo da Unasul como: a necessidade de fortalecer uma estratégia sul-americana que projete a região no contexto mundial e possa promover os objetivos comuns de desenvolvimento e inclusão social; a prioridade da Unasul para promover formas de cooperação que permitam avançar na erradicação da pobreza, da vulnerabilidade e exclusão social, assim como a superação das assimetrias atuais; e o fortalecimento da infraestrutura física e a interação entre os Estados Membros a fim de promover a integração dos seus cidadãos e impulsionar a construção da identidade sul-americana. Constou também na Declaração, a criação do Grupo de Alto Nível de Cooperação e Coordenação em Direitos Humanos, onde enfatizaram a importância do caráter intersetorial dos direitos humanos no âmbito da Unasul. E, por fim, reitera o compromisso com o fortalecimento do multilateralismo, com a reforma integral das Nações Unidas e a democratização das instâncias decisórias internacionais (MRE, Nota nº 303, 2013).

com vistas a fomentar a cooperação e a solidariedade em suas relações com todas as nações e povos.

Constou ainda, no Comunicado da reunião dos BRICS que o diálogo fortalecido entre os BRICS e a região sul-americana pode desempenhar papel ativo no fortalecimento do multilateralismo e da cooperação internacional, para a promoção da paz, segurança, progresso econômico e social e desenvolvimento sustentável em um mundo globalizado crescentemente complexo e interdependente. Segundo a presidente Dilma, os BRICS e a Unasul são semelhantes, pois:

A integração sul-americana e as iniciativas comuns do BRICS são parte de um mesmo processo que busca desenvolvimento justo e equilibrado, e uma projeção global autônoma e soberana. Somos governantes de países que têm como desafio fundamental o desenvolvimento econômico e a superação das desigualdades e da pobreza. Estamos profundamente comprometidos com a noção de desenvolvimento econômico e social ambientalmente sustentáveis (ROUSSEFF, 2014a, s/p).

Com isso, para Dilma, os resultados da VI Cúpula dos BRICS, explicitados da declaração e no plano de ação de Fortaleza, reafirmam o apoio à integração sul-americana e reconhecem sua importância na promoção da paz, democracia, desenvolvimento sustentável e da superação da pobreza. A Presidente enfatizou que os diálogos futuros entre os BRICS e a América do Sul terá papel relevante no fortalecimento do multilateralismo e da cooperação internacional.

Em dezembro de 2014, próximo ao fim do primeiro mandato, ocorreu a Reunião Extraordinária do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo da Unasul, no Equador. Na ocasião em conjunto com os demais Chefas e Chefes de Estado e de Governo, a Presidente inaugurou na localidade de Mitad del Mundo, município de Quito, a nova sede da Secretaria-Geral da Unasul. Em seu discurso, a Presidente Dilma ressaltou que com essa inauguração e o momento que se encontra a Unasul, tem-se que:

A partir daqui, da Mitad del Mundo, construir sistematicamente o caminho do consenso que dá vida ao nosso lema de convívio democrático fundamental: unidade na diversidade e no respeito às características de cada país [...] Temos diante de nós, compromissos históricos a cumprir, tarefas cuja realização será crucial para o nosso futuro. O Brasil se dispõe a, nesse período, avançar no combate à desigualdade, assegurando o crescimento com inclusão social. Também nos dispomos a garantir esse emprego de qualidade e melhorar a nossa produtividade, ampliar o investimento em infraestrutura logística, energética, social e urbana. Impulsionar o desenvolvimento tecnológico e a inovação. Dar prioridade à educação de qualidade, garantindo oportunidades para todos [...], portanto, consideramos que é fundamental buscarmos formas tanto de integração econômica e de infraestrutura, tanto infraestrutura logística quanto energética. É importante que os países da nossa região

tenham capacidade de se integrar cada vez mais e, sobretudo, de cooperar cada vez mais (ROUSSEFF, 2014b, s/p)

Com isso, a Presidente assinalou o papel do Brasil em cumprir suas tarefas e destacou a necessidade fundamental de se seguir em formas de integração para o desenvolvimento da região. Em conversa com jornalistas após a Reunião de Cúpula da Unasul, a Presidente Dilma apontou que foi definido na Cúpula o plano de ação da Unasul daquele momento em diante e elencou as principais propostas em estudo e a aprovação de duas delas: a criação de uma unidade técnica de coordenação eleitoral e a criação da Escola Sul-Americana de Defesa. A unidade técnica de coordenação eleitoral concentraria as atividades de observação de processos eleitorais na América do Sul. O objetivo é criar uma profissionalização das missões da Unasul, estabelecendo um padrão de observação. A Escola Sul-Americana de Defesa se trata de um centro articulado de altos estudos para formação de civis e militares, com cursos compartilhados e troca de experiências de defesa. (ROUSSEFF, 2014c). Com isso, a Unasul passou a ser uma importante via multilateral na qual a diplomacia brasileira se debruçou para haver uma maior concertação política dos países sul-americanos.

5.2 MERCOSUL

Ainda no âmbito regional, o MERCOSUL é um bloco que representa centralidade para o governo brasileiro, como observou o Ministério das Relações Exteriores, em Nota, sobre a presença da Presidente Dilma na XLI Reunião do Conselho do Mercado Comum e XLI Cúpula de Presidentes do MERCOSUL, em Assunção, Paraguai, em junho de 2011. Nesta, o MRE constou que o comércio total entre os Estados partes do MERCOSUL continuava em franca expansão, tendo alcançado em 2010 a cifra de US\$ 44,55 bilhões, dos quais US\$ 39,22 bilhões referem-se ao intercâmbio total do Brasil com os sócios. Nos primeiros cinco meses de 2011, o comércio do Brasil com os sócios alcançou US\$ 17,9 bilhões, um volume 27% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior. (MRE, Nota nº 242, 2011).

Do Comunicado Conjunto os Presidentes reiteraram a necessidade de concluir o processo de adesão da Venezuela ao MERCOSUL, e manifestaram sua expectativa de que o Poder Legislativo do Paraguai desse o seu consentimento para receber o país venezuelano como membro pleno, convencidos de que sua adesão fortaleceria a integração do bloco. Constou a adoção do Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL (PEAS), o estabelecimento de novas regras que permitiriam a plena retomada dos trabalhos do

Parlamento do bloco e a aprovação, no âmbito do Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), de projeto conjunto dos quatro Estados Partes sobre pesquisa, educação e biotecnologia aplicadas à saúde. E, por fim, a Cúpula representou, também, oportunidade para reflexão sobre o futuro. O Alto Representante-Geral do MERCOSUL, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, contribuiu com o processo de construção de uma visão estratégica para o bloco (MERCOSUL, 2011).

A Presidente Dilma também participou da reunião seguinte da Cúpula do bloco. Na XLII Cúpula de Presidentes do MERCOSUL e Estados Associados, em 2011, foi assinado o Acordo de Livre Comércio entre o MERCOSUL e a Palestina, cujo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Riadi Malki, participou como convidado especial. No Comunicado confirmaram a necessidade em relação à rápida conclusão do processo de adesão da Venezuela ao MERCOSUL como membro pleno, convencidos de que esta adesão vai beneficiar da consolidação do bloco e reforçar a dinâmica da integração regional. O MERCOSUL declarou o ano de 2012 como “Ano da Erradicação da Pobreza Extrema e da Fome no MERCOSUL”. E, ainda, houve durante a Cúpula a assinatura do Protocolo de Montevideú, que aperfeiçoa os mecanismos de consulta e concertação entre os países do MERCOSUL em casos de ameaça ou ruptura da ordem democrática, em consonância com o Protocolo Adicional ao Tratado Constitutivo da Unasul sobre Compromisso com a Democracia.

O marco do ingresso da Venezuela ao bloco foi a XLIII Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL, em reunião extraordinária, em Brasília. Esta Cúpula que ocorreu em Julho de 2012, marcou o ingresso da Venezuela ao bloco, mesmo sem o consentimento do Paraguai, que estava suspenso das atividades ligadas ao MERCOSUL devido a destituição de Fernando Lugo do poder paraguaio. O bloco entendeu que tal destituição feriu as condutas democráticas pregadas pela instituição e foi contra o Protocolo de Ushuaia.

A Presidente Dilma foi quem presidiu a reunião e em seu discurso se disse satisfeita e honrada com a entrada da Venezuela no bloco. A Presidente ressaltou que o MERCOSUL inicia uma nova etapa:

De agora em diante, nos estendemos da Patagônia ao Caribe. Passamos a contar com uma população de 270 milhões de habitantes e um PIB em torno de US\$ 3 trilhões, o que representa cerca de 83% do PIB sul-americano e 70% da população da América do Sul. O MERCOSUL, um dos principais produtores mundiais de alimentos e de minérios consolida-se como potência energética e potência alimentar global. [...] Do ponto de vista econômico e comercial, o ingresso da Venezuela como Estado Parte amplia as potencialidades do bloco, dando-lhe ainda maior dimensão geopolítica e geoeconômica. [...] Agora há um espaço ainda maior para o crescimento do comércio, o crescimento dos investimentos e a integração das cadeias produtivas entre nossos países (ROUSSEFF, 2012a, s/p)

Os assuntos principais das reuniões seguintes do MERCOSUL estavam pautados, sobretudo nas negociações para a adesão da Bolívia e do Equador como Estados Partes do bloco e da Guiana e Suriname como Estados Associados. A Guiana e o Suriname passaram a ser Estados Associados do MERCOSUL na XLV Reunião de Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL, juntamente com Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru⁴⁴. No final do ano de 2014, a Presidente Dilma, em discurso durante a XLVII Cúpula do MERCOSUL e Estados Associados, na Argentina, destacou a abrangência alcançada pelo MERCOSUL em questão de integração, na qual ela classificou como a mais abrangente já empreendida na América Latina, o que transformou o MERCOSUL em um projeto ambicioso para alcançar o desenvolvimento econômico com justiça social e a integração. Dilma ressaltou que desde a criação do bloco, o comércio entre os países cresceu mais de doze vezes, saltando de US\$ 4,5 bilhões, no início do bloco, para aproximadamente US\$ 60 bilhões em 2013. Afirmando que esse crescimento é superior à evolução do comércio mundial como um todo colocando o bloco em uma situação não de conforto, mas de desafio, ao ter que tomar todas as providências no sentido de ampliar essa relação. O Mercosul se torna, portanto, uma via estratégica a posição brasileira perante a região sul-americana. Segundo a Presidente:

Frente a este cenário mundial, nós temos que dobrar a nossa aposta na integração regional. Nós temos de dobrar essa aposta e reforçar nossas capacidades e nossas alternativas.[...] A determinação, eu acredito, de todos os países, Presidentas e Presidentes aqui presentes, eu acho que é clara: fazer do MERCOSUL uma região e uma união aduaneira cada vez mais forte. Fazer do MERCOSUL um espaço em que nós possamos compartilhar infraestrutura, como nós sempre falamos, mas também reforçar as nossas relações comerciais e de investimento (ROUSSEFF, 2014d).

5.3 Relações bilaterais

A pauta das relações bilaterais durante o governo Dilma aprofundou a estreita coordenação entre os países nos foros regionais e multilaterais, em particular no MERCOSUL e na Unasul. Além disso, Dilma buscou enfatizar temas nas áreas de ciência, tecnologia e inovação. O pino central do relacionamento bilateral do Brasil com os países sul-americanos, durante o governo Dilma, seria o eixo Brasil-Argentina.

⁴⁴ A Presidente Dilma Rousseff se fez presente na reunião que ocorreu em julho de 2013, em Montevidéu. Nesta ela defendeu, uma agenda competitiva para o bloco com acordos comerciais com outros países da América do Sul e outras regiões, como Europa e África.

5.3.1 Argentina

O eixo central dos relacionamentos bilaterais do Brasil com os países sul-americanos seria o eixo Brasil-Argentina. Deste modo, a primeira viagem de trabalho da Presidente Dilma foi para a Argentina, em janeiro de 2011.⁴⁵ Um dia antes de partir em viagem à Argentina, a Presidente Dilma concedeu entrevista a três grandes jornais argentinos. Na entrevista, Dilma pontuou que a importância de reforçar a parceria entre Brasil e Argentina é de sinalizar aos demais países da América Latina a possibilidade de ter-se mais presença e ação no cenário internacional:

Eu pretendo ter uma relação extremamente próxima com a Presidente Kirchner. Eu pretendo ter essa relação, primeiro, porque o Brasil e a Argentina, eu acho que são os países que têm responsabilidade, perante o conjunto da América Latina, de fazer com que a nossa região seja cada vez uma região com presença e ação no cenário internacional. O Brasil e a Argentina podem fazer isso, e podem fazê-lo de forma mais efetiva quanto mais próximas nossas economias se articulam e se desenvolvam e criem laços em que ambos os povos ganhem com essa aproximação, em matéria de desenvolvimento econômico, de desenvolvimento tecnológico, de melhoria das condições de vida do povo brasileiro e argentino (ROUSSEFF, 2011c, s/p).

A Presidente Dilma reiterou, em seu encontro com Kirchner, o interesse brasileiro em manter a regularidade dos contatos de alto nível, incluindo os do Mecanismo de Integração e Coordenação Brasil-Argentina (MICBA), e em aprofundar a estreita coordenação entre os dois países nos foros regionais e multilaterais, em particular no MERCOSUL e na Unasul, como afirmou em nota o Itamaraty. O governo brasileiro propôs naquela reunião uma ampliação do horizonte temático do relacionamento bilateral, com ênfase na formulação de agenda cidadã, em temas como habitação, saneamento e desenvolvimento urbano, educação, cultura e promoção da igualdade de oportunidades⁴⁶. Num jantar promovido pela Presidente

⁴⁵ Dilma estava acompanhada por mais alguns Ministros nesta visita, entre eles o Chanceler Patriota que já tinha viajado para a Argentina dias antes para preparar esta visita e passar em revista a ampla agenda bilateral e dos atos a serem assinados pelas Presidentes. Em nota, o Itamaraty ressaltou que a escolha da Argentina como primeiro destino internacional da Presidente reafirma o caráter prioritário que o Brasil confere ao relacionamento com seu principal sócio da América do Sul (MRE, Nota nº 33, 2011).

⁴⁶ Isto pode-se constatar nos acordos assinados pelas Presidentes, sendo 13 atos nas mais diversas áreas entre elas: Declaração Para A Promoção da Igualdade de Gênero e a Proteção dos Direitos das Mulheres; Declaração Sobre o Aproveitamento dos Recursos Hídricos Compartilhados no Trecho Limítrofe do Rio Uruguai e seu Afluente, o Rio Peperi-Guaçu; Protocolo Adicional ao Acordo para a Criação da Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço (Codefro); Plano de Ação Conjunta para Fazer Avançar a Cooperação Bilateral na Área de Massificação do Acesso à Internet em Banda Larga (2011-2015); Memorando De Entendimento para a

Cristina Kirchner, Dilma ressaltou a força da relação entre os dois países destacando que esta se apoia numa sólida parceria estratégica. Em números nota-se o desenvolvimento desta parceria. O Brasil é o principal destino das exportações argentinas e o principal fornecedor da Argentina. Em 2010, o intercâmbio bilateral chegou a cerca de US\$ 33 bilhões, superando o recorde histórico de US\$ 30,8 bilhões, registrado em 2008.

Uma nova Embaixada da Argentina foi inaugurada em Brasília, quando a Presidente Cristina Kirchner visitou o Brasil para a ocasião, em julho de 2011. Além da inauguração da Embaixada, as Presidentes mantiveram encontro em que segundo Dilma, em declaração à imprensa, discutiram os grandes problemas da economia global. Reiteraram o apoio as reuniões de Ministros da Fazenda e dos Bancos Centrais para coordenar respostas do continente à situação de crise da economia global. (ROUSSEFF, 2011d).

Dimensão econômica esta que angariava frutos, pois durante a visita, foi instalado o Conselho Empresarial Brasil-Argentina, criado por ocasião da visita da Presidente Dilma à Argentina (em janeiro de 2011). O Conselho tem o propósito de aproximar as comunidades de negócios dos dois países, para discutir questões de interesse mútuo, como competitividade, desenvolvimento científico e tecnológico e estratégias comuns de inserção nos mercados internacionais.

A alta densidade da cooperação política entre ambos os países reflete-se, portanto, nos frequentes encontros e visitas bilaterais em nível presidencial e ministerial - entre 2012 e 2013, ocorreram cinco visitas bilaterais entre as Presidentes e sete visitas bilaterais entre os Ministros das Relações Exteriores – refletindo-se também no “Diálogo de Integração Estratégico Brasil-Argentina”. Deste modo, os Chanceleres Patriota e da Argentina, Héctor Timerman trocaram visitas de trabalho durante o ano de 2012 (duas reuniões na Argentina, em maio e março e uma terceira reunião em outubro no Brasil).

Em novembro de 2012, a Presidente Dilma participou em Los Cardales, província de Buenos Aires, da XVIII Conferência Industrial Argentina, em sua sessão de encerramento junto com a Presidente Kirchner, que teve como tema “Argentina e Brasil: integração e desenvolvimento ou o risco da primarização” buscou examinar a integração econômica entre ambos os países como resposta aos desafios da inserção internacional no mundo contemporâneo. O encontro contou com a presença de altas autoridades e empresários de

Promoção Comercial Conjunta, sobre cooperação na área de bioenergia, incluindo biocombustíveis; sobre intercâmbio de energia elétrica, que possibilitou a construção da hidrelétrica de Garabi e para cooperação em ciência, e inovação em luz síncrotron.

Brasil e Argentina. Na Conferência, a Presidente Dilma ressaltou a importância da integração entre Brasil e Argentina:

Temos hoje maturidade política e econômica para cooperar. Temos um quadro internacional que nos impõe essa necessidade. (...) Nesse caminho é crucial o fortalecimento dos nossos setores industriais. É estratégica a integração de nossas cadeias produtivas, de forma a construir uma relevante e competitiva indústria regional. Compartilhar processos, produtos e inovação, e cooperar em ciência, em tecnologia e educação. Buscar a nossa integração industrial regional, é disso que se trata[...] **A integração Brasil-Argentina, ela tem de exigir de nós aqui presentes um diálogo permanente, um diálogo permanente entre governo e empresariado.** E ela exige esse diálogo para que nós possamos construir uma das mais importantes parcerias no nosso hemisfério e no mundo. [...] O nosso objetivo tem de ser a cooperação intensa e complementar em áreas estratégicas da indústria, superando os entraves, todos os tipos de entraves que existem, para que possamos expandir ainda mais os nossos financiamentos (ROUSSEFF, 2012b, s/p, **grifo nosso**).

Ainda, as Presidentes mantiveram reunião de trabalho à margem da Conferência, as Presidentes examinaram temas das agendas bilateral, regional e global. Entre os inúmeros temas da agenda bilateral, entre os dois países, a defesa da integração regional e de seus valores com foco no MERCOSUL e na Unasul foram examinados pela Presidente Dilma e por Cristina Kirchner em encontro que mantiveram no país platino por ocasião da visita de Dilma, em abril de 2013. Apesar da dimensão econômica entre os países, as Presidentes se encontraram para discutir investimentos e tentar destravar as relações comerciais entre os dois países.

O Chanceler Figueiredo realizou visita à Argentina em setembro de 2013. Em Buenos Aires, foi recebido pelo Chanceler Timerman, e avistou-se também com o Ministro de Planejamento Federal, Investimento Público e Serviços, Julio de Vido. Esta foi a primeira visita bilateral do Chanceler brasileiro desde que assumiu o cargo, em 28 de agosto de 2013. Em seus encontros com as autoridades argentinas, o Ministro Figueiredo reafirmou o compromisso brasileiro com os propósitos da aliança estratégica entre os dois países, passou em revista aos principais temas bilaterais e tratou de assuntos de interesse comum na agenda regional, em particular o MERCOSUL, e global.

O governo brasileiro acompanhava com preocupação a crise da dívida argentina que se desenrolava por meados de 2014. Durante a reunião da XLVI Cúpula do MERCOSUL, a Presidente Dilma reiterou a solidariedade brasileira com o desafio que a Argentina enfrenta no processo de reestruturação da dívida soberana do país. Dilma ainda enfatizou que a ação de alguns poucos especuladores não pode colocar em risco a estabilidade e o bem estar de países inteiros, que o problema que atinge a Argentina é uma ameaça não só a um país irmão mas

atinge a todo o sistema financeiro internacional. Deste modo, precisa-se de “regras claras e de um sistema que permita foros imparciais, permita previsibilidade e, portanto, justiça no processo de reestruturação de dívidas soberana” (ROUSSEFF, 2014e, s/p). Esta solidariedade foi transpassada também pelos Estados parte do MERCOSUL, que em declaração, defenderam a reestruturação da dívida externa soberana da Argentina⁴⁷.

5.3.2 Uruguai

O governo brasileiro, durante o mandato da Presidente Dilma, parecia manter relações intensas também com o Uruguai, pois logo em janeiro de 2011, o Chanceler Patriota fez uma visita de trabalho ao Uruguai, além de manterem uma extensa agenda de cooperação. Em Montevideu, o Ministro manteve encontro com o Ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Luis Almagro, e foi recebido pelo Presidente Mujica e por outros Ministros do governo uruguaio. Dentre os temas de destaque da agenda bilateral, constaram os trabalhos da Comissão Bilateral de Planejamento Estratégico e Integração Produtiva (CBPE), como aprofundar a integração regional – em particular o MERCOSUL e a Unasul – e buscaram coordenar esforços para que a inserção internacional dos países reflita o compromisso com o multilateralismo e a democratização dos mecanismos de governança global.

Dando continuidade ao diálogo com o Presidente Mujica sobre temas de interesse comum, Dilma realizou visita de trabalho a Montevideu no final de maio. Além de examinarem assuntos da agenda global e regional, os dois presidentes discutiram o andamento dos principais projetos da agenda bilateral. Recebeu atenção prioritária dos Presidentes o conjunto de iniciativas e obras de infraestrutura que pretendem criar novo dinamismo no processo de desenvolvimento integrado do norte uruguaio e da metade sul do Rio Grande do Sul, onde foram fechados acordos, em particular com a construção da nova ponte sobre o Rio Jaguarão, a reativação da interconexão ferroviária até o fim de 2011, a conexão ferroviária entre os dois países, nos trechos Santana do Livramento-Cacequi (RS) e Rivera-Montevideu,

⁴⁷ Na Declaração expressaram que de maneira nenhuma pode-se considerar processo de "default" quando um país solvente e líquido realiza pontualmente os pagamentos e é bloqueada a cobrança aos detentores de bônus; manifestaram seu mais enérgico rechaço às ações destes fundos hold-outs cujo modelo de negócios obstrui a consecução de acordos definitivos entre devedores e credores, colocando em risco futuras reestruturações de dívida soberana e a estabilidade financeira internacional; e exortaram a comunidade internacional a se pronunciar em face desta situação, reconhecendo a gravidade e perigo que as ações destes fundos especulativos represente não apenas para o povo argentino e a região, mas também para todos os processos futuros de reestruturação de dívida soberana, tanto para os países em desenvolvimento quanto para o sistema financeiro internacional em seu conjunto.

e a implantação da Hidrovia Uruguai-Brasil. Ainda na área de infra-estrutura, os mandatários examinaram as possibilidades de cooperação em energia e fecharam acordo para a construção de uma linha de transmissão de 500 Kilowatts que será construída entre San Carlos e Candiota, cuja conclusão estava prevista para 2013. A Presidente Dilma ressaltou ainda em Declaração à imprensa, que os governos criaram um novo mecanismo para coordenar a cooperação em ciência, tecnologia e inovação⁴⁸.

O ano de 2012 foi marcado por uma alta densidade das relações do Brasil- Uruguai. O Presidente Mujica fez duas visitas em sequência ao Brasil, a primeira em 19 de abril, onde os mandatários examinaram setores prioritários da cooperação bilateral, dentre eles integração física e energética, ciência, tecnologia e inovação, biotecnologia e TV Digital e, trataram, também, de integração regional. Em entrevista, após a reunião, o Chanceler Patriota destacou que Brasil e Uruguai articulam um novo modelo de integração:

Foi uma reunião centrada no que ambos dirigentes consideraram oportunidade histórica para desenvolver um novo modelo de integração entre Brasil e Uruguai. Oportunidade histórica pelo nível alcançado na discussão política e também no nível alcançado nos projetos de integração que permitem olhar para o futuro com um nível de ambição mais elevado (PATRIOTA, 2012a, s/p)

Com isso, tal modelo tomou forma na segunda visita de trabalho do Presidente uruguaio que ocorreu em Julho e foi, portanto, um seguimento aos temas tratados durante a visita passada. Os Presidentes decidiram criar um novo paradigma para a relação bilateral que deverá traduzir-se em um plano de ação para o desenvolvimento sustentável e a integração Brasil-Uruguai.

Deste modo, no Comunicado Conjunto Presidencial intitulado “Novo Paradigma para a Relação Brasil-Uruguai”, os governantes concordaram que os desafios no campo das relações econômicas e políticas internacionais requerem novo ímpeto ao processo de integração, ao notar que a convergência de interesses e valores entre as sociedades de seus países representa oportunidade histórica para inaugurar um novo paradigma para o relacionamento bilateral. Com isso, decidiram que a nova etapa do relacionamento bilateral, deverá ser marcada pela intensificação de iniciativas e projetos concretos de cooperação e

⁴⁸ Concordaram em fortalecer a integração econômica bilateral, explorando o potencial de complementação industrial e comercial entre os setores produtivos do Brasil e do Uruguai; em manter um monitoramento do comércio Brasil-Uruguai com uma periodicidade muito mais frequente; e, também em estabelecer relações e reuniões sistemáticas entre eles, os Presidentes. Quanto à cooperação em temas sociais, assinaram o Memorando de Entendimento na área de habitação e planejamento urbano que permitirá que os países troquem experiências sobre construção, em especial, o Programa Minha Casa, Minha Vida.

associação entre atores públicos e privados em áreas estratégicas. Nesse sentido, os Presidentes determinaram a criação de um “Grupo de Alto Nível Brasil-Uruguai (GAN)” encarregado de consolidar um “Plano de Ação para o Desenvolvimento Sustentável e a Integração Brasil-Uruguai” (Plano de Ação) englobando as áreas prioritárias para o aprofundamento da integração bilateral, em particular: (a) integração produtiva, (b) ciência, tecnologia e inovação, (c) comunicação e informação, (d) integração da infraestrutura de transportes, (e) livre circulação de bens e serviços, e (f) livre circulação de pessoas. (MRE, Nota nº 192, 2012).

Os governantes se encontraram uma última vez bilateralmente, naquele ano, horas antes da primeira etapa da XLIV Reunião da Cúpula do MERCOSUL, Dilma e Mujica se reuniram por cerca de uma hora no Palácio do Planalto. Os dois líderes trataram basicamente dos impactos da crise econômica internacional e dos esforços coletivos que devem ser feitos, principalmente no MERCOSUL, para combater seus efeitos. Na ocasião, Mujica ressaltou que é o momento de “reagir” ao que considera protecionismo europeu.

A primeira reunião plenária do GAN ocorreu em julho de 2013, em Brasília, num encontro entre os Ministros Patriota e Almagro. Durante a reunião do GAN, os Chanceleres trataram de objetivos comuns ao desenvolvimento sustentável e à integração binacional, como: infraestrutura e transportes; integração produtiva; comunicação e informação; livre circulação de pessoas; ciência, tecnologia e inovação; livre circulação de bens e serviços. Esta reunião resultou em três atos assinados pelos Ministros e são: o Comunicado Conjunto Sobre o Plano de Ação Para o Desenvolvimento Sustentável e a integração Brasil-Uruguai; Acordo entre o Brasil e o Uruguai sobre residência permanente com o objetivo de alcançar a livre circulação de pessoas; e Acordo Sobre a Simplificação de Legalizações em Documentos Públicos. (MRE, Nota nº 239, 2013)

Brasil e Uruguai ainda mantiveram outras reuniões entre seus Ministros e entre seus presidentes no ano de 2013. O Chanceler Figueiredo viajou para o Uruguai em outubro, em visita a seu homólogo, e o Presidente Mujica viajou ao Brasil em novembro para visitar Dilma. As reuniões tiveram similaridades em suas pautas, estas passaram em revista aos principais temas da agenda bilateral, integração energética, infraestrutura e cooperação fronteiriça, e regional, com atenção especial para os temas relativos ao MERCOSUL e à Unasul, além de passarem em revista os resultados da GAN. Na reunião entre os Presidentes foram abordados, também, temas de interesse regional e internacional, em particular a retomada das negociações entre o MERCOSUL e a União Europeia, e questões relativas à MINUSTAH no Haiti.

Em maio de 2014, ocorreu a segunda reunião plenária do GAN. Para isso, o Chanceler Figueiredo, realizou visita ao Uruguai, no dia 16 de maio de 2014, para copresidir a plenária, ao lado do Chanceler Almagro⁴⁹. Ademais, o Brasil foi o principal destino das exportações uruguaias e o segundo maior fornecedor de bens para o Uruguai, (depois da China). Os bens industrializados consistem em 76% da pauta exportadora brasileira. O Brasil e Uruguai estão, em conjunto com os outros sócios do MERCOSUL, intensamente envolvidos nas negociações de um acordo comercial entre o MERCOSUL e a União Europeia. A Presidente Dilma destacou esses resultados concretos da evolução do comércio entre os dois países, pois alcançou-se recorde histórico, em 2014, com crescimento de 27% do intercâmbio comercial. Deste modo, o intercâmbio comercial entre o Brasil e o Uruguai alcançou US\$ 4,86 bilhões. Segundo Dilma, “não se trata apenas de aumento quantitativo, mas de ganho de qualidade: há apreciável incremento de produtos processados e manufaturados nas exportações entre os países” (ROUSSEFF, 2015).

Neste contexto de comércio foi inaugurada, no mesmo dia, a Comissão de Comércio Bilateral Brasil-Uruguai, criada em 2013, e é um canal permanente de comunicação entre autoridades dos dois países para solução de questões pontuais na pauta comercial e para a promoção do comércio bilateral.

O Presidente Uruguaio foi o primeiro Presidente a visitar a Presidente Dilma em 2014 após sua reeleição. Os Presidentes passaram em revista aos principais temas da agenda bilateral, integração energética, infraestrutura e cooperação fronteiriça, e regional, com atenção especial para os temas relativos ao MERCOSUL e à Unasul. Ainda, nesta reunião, os Presidentes discutiram a viabilidade da construção de um porto regional no Uruguai.

5.3.3 Paraguai

Apesar das relações totalmente amistosas com seus vizinhos, acontecimentos no Paraguai, ao longo do mandato da Presidente Dilma, inspirariam preocupações do governo

⁴⁹ Durante a reunião, quatro acordos foram assinados pelos Ministros e são: o Protocolo 74 ao ACE-2, que incorpora, ao conjunto de acordos de comércio entre os dois países, o Acordo Naval e Offshore que busca incentivar a integração produtiva no setor naval dos dois países, promovendo o acesso recíproco de bens e serviços de empresas brasileiras e uruguaias; o outro acordo assinado é o da Regulamentação do Protocolo 71 ao ACE-2 que estabelece práticas de facilitação de comércio para dar tratamento aduaneiro mais ágil aos produtos dos dois países; um Memorando de Entendimento na Área Previdenciária; e, por fim, um Plano para a Elaboração Conjunta de um Memorando de Entendimento e Cooperação Técnica em temas trabalhistas. Em nota, o Itamaraty destacou que todas essas iniciativas visam aprofundar a integração e fortalecer uma relação bilateral rica e diversificada⁴⁹ (MRE, Nota nº 111, 2014).

brasileiro e de toda a região sul-americana. Em janeiro de 2011, o Chanceler Patriota manteve encontro de trabalho com o Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Héctor Lacognata, e foi recebido pelo Presidente Fernando Lugo e por outros Ministros do governo paraguaio. Os ministros trataram, entre outros temas relevantes da agenda bilateral, do estado de implementação dos entendimentos consagrados na Declaração Conjunta firmada em Assunção, em julho de 2009, por ocasião de visita do ex-Presidente Lula.

Em 3 de maio, seria a vez do Chanceler do Paraguai Jorge Lara Castro visitar o Brasil. A reunião dos chanceleres era com vistas à preparação da visita da Presidente Dilma Rousseff a Assunção prevista para o próximo dia 15 de maio, estes passaram em revista os avanços consolidados da relação bilateral e examinaram as perspectivas para uma nova e ampliada agenda, com conteúdo social fortalecido. No âmbito regional, a agenda dos Ministros deverá contemplar temas afetos à Unasul e ao MERCOSUL, cuja Presidência *pro tempore*, era exercida pelo Paraguai. O Chanceler Lara Castro, ainda, foi igualmente recebido, em Brasília, pelo Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e pela Ministra-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário Nunes, entre outras autoridades.

Contudo, Dilma não foi ao Paraguai naquela data por motivos de saúde, nos festejos dos 200 anos da independência do Paraguai; a Presidente foi representada pelo presidente do Senado Federal no período, José Sarney, e pelo Chanceler, Patriota. Apenas em junho a Presidente manteve reunião de trabalho com o Presidente Lugo. Destaca-se que no dia anterior, os Chanceleres Patriota e Lara Castro assinaram quatro ajustes a acordos firmados entre os dois países⁵⁰.

Dos acordos firmados entre a Presidente Dilma e o Presidente Lugo estão Memorando de Entendimento entre o ministério da pesca e aquicultura do Brasil e o ministério da agricultura e pecuária do Paraguai e o Memorando de Entendimento entre o Ministério das Comunicações do Brasil, o Ministério de Obras Públicas e Comunicações do Paraguai e a Secretaria de Informação e Comunicação para o Desenvolvimento (SICOM) do Paraguai sobre Cooperação na Área de Televisão Digital Terrestre.

No ano seguinte, a reverberação da política interna paraguaia causou preocupações do governo brasileiro e das demais nações sul-americanas. Isto ocorreu, pois sumariamente o

⁵⁰ Um dos ajustes se deu no Acordo Para Cooperação em Segurança Pública e Enfrentamento ao Tráfico de Drogas e Outras Substâncias Psicotrópicas e Crimes Conexos, os outros três ajustes são: para as implementações dos projetos Fortalecimento Institucional da Assessoria Jurídica da Presidência da República do Paraguai; Apoio à elaboração e à implementação do Programa Nacional para o Desenvolvimento da Cadeia Produtiva Leiteira no Paraguai; e Fortalecimento da transparência e desenvolvimento de capacidades dos governos locais do Paraguai (MRE, Nota nº 243, 2011).

Presidente Lugo foi destituído de seu cargo resultando, portanto, em seu impeachment, em 22 de junho de 2012. O processo de impeachment de Lugo, que durou pouco mais de 24 horas, foi considerado legítimo pelo Tribunal Superior Eleitoral de seu país. Tal fato gerou uma crise diplomática internacional com os países sul-americanos integrantes da Unasul e do MERCOSUL recusando-se a aceitar a forma como se deu a destituição do ex-presidente, condenada pela rapidez do julgamento, pela falta de concretude das acusações e o tempo de defesa de apenas duas horas, o que segundo críticos acarretou em prejuízo do devido processo legal e do amplo direito de defesa.

O Chanceler Patriota integrou uma missão de Ministros das Relações Exteriores da Unasul, no dia 21, a Assunção, reforçar o compromisso dos países integrantes da Unasul com a democracia. Em entrevista, Patriota articulou que a Presidente Dilma e os demais líderes sul-americanos presentes na Rio+20 se reuniram na tarde do dia 21 e expressaram convicção quanto à preservação da ordem democrática do Paraguai, por isso, enviaram uma missão de chanceleres no espírito do protocolo adicional do Tratado Constitutivo da Unasul sobre compromisso com a democracia. Ainda, o Ministro afirmou “os presidentes consideram que os países da Unasul conquistaram com muito esforço a democracia e, nesse sentido, nós todos devemos ser defensores extremados da integridade democrática da América do Sul”⁵¹. (PATRIOTA, 2012b, s/p)

Para tanto, mantiveram reuniões com o Presidente Fernando Lugo. Adicionalmente, reuniram-se com o Vice-Presidente Federico Franco, com dirigentes políticos de diversos partidos e com autoridades legislativas, de quem não obtiveram respostas favoráveis às garantias processuais e democráticas que lhes foram solicitadas. Os Chanceleres consideraram que se configurou uma ameaça de ruptura à ordem democrática, ao não respeitar o devido processo legal. A missão de chanceleres reafirmou sua total solidariedade ao povo paraguaio e o respaldo ao Presidente constitucional Fernando Lugo. Deste modo, como já reiterado, por descumprir as cláusulas democráticas da Unasul e do MERCOSUL, o Paraguai foi afastado das duas instituições (MRE, Nota nº 154, 2012).

Em entrevista, o Chanceler Patriota foi questionado quanto a se o Brasil não teria se equivocado ao afastar o Paraguai do MERCOSUL, desse modo o Ministro respondeu que:

⁵¹ Do Comunicado da Unasul sobre a situação no Paraguai constou que os Chanceleres e Representantes dos países da Unasul, junto ao Secretário-Geral da Organização, viajaram à República do Paraguai em cumprimento do mandato dos Chefes e Chefas de Estados da Unasul com o objetivo de conhecer *in situ* todos os aspectos da situação política do país (MRE, Nota nº 154, 2012).

Não há mais espaço para aventuras antidemocráticas na nossa região. Nós, membros do MERCOSUL, subscrevemos o Protocolo de Ushuaia que é um compromisso com a democracia. No caso do Paraguai, o juízo político não observou o amplo direito de defesa. E isso, na opinião unânime dos membros do MERCOSUL e da Unasul, configurou uma ruptura do processo democrático (PATRIOTA, 2012c, s/p)

Horácio Manuel Cartes do Partido Colorado, partido conservador paraguaio, foi eleito Presidente com 45,9% dos votos, em julho de 2012⁵². A Presidente Dilma compareceu a cerimônia de posse do Presidente Cartes em agosto, em Assunção. Dilma, em reunião no dia anterior com Cartes, afirmou que a volta do Paraguai para o MERCOSUL é importante tanto para o país quanto para o bloco econômico⁵³.

Com isso, a volta do Paraguai ao bloco foi um dos assuntos da visita oficial do Presidente do Paraguai Horácio Cartes ao Brasil, em setembro de 2013. Em declaração à imprensa, a Presidente Dilma ressaltou que a necessidade de dar-se um grande impulso à integração fronteiriça e destacou que a volta do Paraguai é relevante ao MERCOSUL onde juntos, os países do bloco serão capazes, de integrar da Patagônia ao Caribe, de tornar a região um tecido multilateral muito mais forte. E, por fim, “seja no MERCOSUL, seja na Unasul, seja bilateralmente, o Paraguai será sempre um parceiro estratégico para o Brasil” (ROUSSEFF, 2013c, s/p), afirmou Dilma, que em entrevista disse que a relação entre os dois países está intacta e que não houve consequências.

No mês seguinte, os Presidentes do Brasil e Paraguai voltaram a se encontrar, em Hernandárias, no Paraguai, para a inauguração conjunta da linha de 500 KV entre Villa Hayes e a subestação de energia da margem direita de Itaipu. Em seu discurso Dilma destacou que esse é o terceiro maior projeto de infraestrutura, depois de Itaipu e Yacyretá, da história do Paraguai e, que a um custo aproximado de US\$ 550 milhões, este é o maior projeto já realizado com recursos do Focem, reforçado por contribuições voluntárias do Brasil. (ROUSSEFF, 2013d).

Entre dezembro de 2013 e início de 2014, os Chanceleres Figueiredo e Eladio Loizaga Caballero trocaram visitas de trabalho. O Itamaraty informou que os Ministros examinarão

⁵² Em Nota, o Palácio do Planalto informou que a Presidente Dilma telefonou, para o presidente eleito Horácio Cartes, a fim de transmitir os cumprimentos pela vitória nas eleições presidenciais e desejou um governo bem-sucedido e ressaltou a disposição para recompor as relações bilaterais e do Paraguai com o MERCOSUL. Ainda, segundo a nota Horácio Cartes agradeceu o telefonema e disse estar pronto a trabalhar pela normalização das relações do Paraguai com o Brasil, e com os demais países da região. Manifestou também o interesse em conhecer melhor a experiência brasileira de combate à fome e à pobreza. Deste modo, foi o começo da reaproximação entre os países.

⁵³ Para dar um exemplo de tal importância, a Presidente citou os investimentos do FOCEM no Paraguai, como o projeto para construção de linha de transmissão de alta tensão a partir de Itaipu orçada em US\$ 550 milhões (ROUSSEFF, 2013b, s/p)

os principais temas da agenda bilateral, com ênfase em temas de infraestrutura, e regional, em particular os temas ligados à preparação da próxima reunião do Conselho do Mercado Comum e da XLVI Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados, que se realizaria em Caracas. Ainda a nota aponta que o comércio bilateral entre o Brasil e o Paraguai superou a cifra de 4 bilhões de dólares em 2013, com aumento de aproximadamente 12% em relação ao ano anterior. Ao longo desse período, verificou-se também aumento de 14% nas exportações brasileiras e de 10% nas importações de produtos paraguaios, na comparação com o ano de 2012 (MRE, Nota nº 7, 2014).

5.3.4 Bolívia

Durante o início do mandato da Presidente Dilma, as ações para a Bolívia foram mornas. Apesar de o Presidente Lula ter reerguido o tom do relacionamento bilateral, através de um aprofundamento da integração no final de seu mandato, as crises que envolveram os dois países ainda pareciam rondar o relacionamento. Os Presidentes Evo Morales e Dilma Rousseff não trocaram visitas oficiais durante este período, encontrando-se apenas nas reuniões multilaterais das quais participam como a Unasul e CELAC. Na metade do terceiro ano do mandato da Presidente Dilma, em 2013, as relações entre os países se estremeceram ainda mais.

Em março de 2011, o Chanceler Patriota manteve reunião, em La Paz, com o Ministro das Relações Exteriores da Bolívia, David Choquehuanca. Os Chanceleres examinaram temas das agendas bilateral, regional e multilateral, em que no plano bilateral, foi conferida ênfase a áreas como integração fronteiriça, produção agrícola, integração energética e combate ao problema mundial das drogas. Patriota e Choquehuanca assinariam ajustes complementares ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica Brasil-Bolívia em matéria de capacitação profissional e produção agropecuária e o acordo por troca de notas para a criação de Comitês de Integração na região fronteiriça. Em nota, o Itamaraty informou que o Brasil é o principal parceiro comercial da Bolívia. Em 2010, o intercâmbio comercial atingiu US\$ 3,3 bilhões, o que representou aumento de 32% em relação a 2009 (MRE, Nota nº 124, 2011).

A integração energética e física com projetos de infraestrutura e cooperação técnica seriam assuntos enfatizados nas reuniões entre os anos de 2012 e 2013. O Ministro Choquehuanca veio ao Brasil em março de 2012 e foi recebido pelo Chanceler Patriota. Foram igualmente tratados assuntos de interesse regional, como a Unasul, e multilateral, como a Conferência Rio+20. Um ano depois seria a vez de Patriota visitar Choquehuanca, em

março de 2013. O Ministro também foi recebido pelo Presidente Evo Morales. Nos encontros, foram tratados os principais temas da agenda bilateral e regional, tais como integração fronteiriça, adesão da Bolívia ao MERCOSUL e questões relacionadas à Unasul. Um dos assuntos tratados entre o Ministro Patriota e o Presidente Evo Morales estava ligado a detenção preventiva dos 12 brasileiros que estavam sendo investigados por participarem da morte de um garoto boliviano durante uma partida de futebol.⁵⁴

No ínterim deste caso, em julho, o governo brasileiro repudiaria o fechamento do espaço aéreo de alguns países europeus ao avião do Presidente Evo Morales, que voltava de Moscou, por suspeitarem que o ex-consultor da CIA, a agência de inteligência dos Estados Unidos, Edward Snowden estava a bordo. Snowden é acusado de traição aos Estados Unidos, e se encontrava no aeroporto de Moscou à espera de resposta de algum dos 21 países ao seu pedido de asilo político, entre eles a Bolívia. O Chanceler Patriota e o Itamaraty só se manifestariam sobre o caso algum tempo depois do ocorrido o que gerou críticas sobre essa demora, em vista de que todas as outras nações Sul-americanas já haviam condenado tal fato logo pela manhã, e o Ministro se manifestou apenas na metade da tarde do dia. O Ministro, por meio de ligação telefônica ao Chanceler David Choquehuanca, expressou o repúdio do Brasil e classificou como arrogante a atitude dos países europeus. E, logo depois, o Palácio do Planalto emitiu a nota da Presidente Dilma que expressou desprezo e indignação ao constrangimento imposto ao presidente da Bolívia e disse que o constrangimento não atinge somente a Bolívia, mas a toda América Latina, comprometendo o diálogo entre os continentes e possíveis negociações entre eles. Dilma ainda afirmou que encaminharia iniciativas em todas as instâncias multilaterais para que situações como essa nunca se repitam.

O caso envolvendo o Senador Pinto Molina, 20 dias após a resolução do caso envolvendo os brasileiros detidos em Oruro, tomou a atenção do relacionamento bilateral

⁵⁴ Isso ocorreu há dozes dias antes da visita do Ministro. De acordo com a nota do Itamaraty, desde que se tomou conhecimento da prisão dos brasileiros o Ministério da Relações Exteriores do Brasil estava dando o devido suporte a estes. Foi dada, portanto, a mais elevada importância atribuída pelo Brasil ao adequado tratamento dispensado aos brasileiros detidos em Oruro, à plena observância das garantias do direito de defesa, do devido processo legal e de condições dignas de detenção (MRE, Nota nº 1 de Esclarecimento, 2013). A Nota tinha como propósito reiterar aos familiares dos detidos que se continuaria a prestar-lhes toda a assistência, porém o faziam dentro de seus limites, na observância dos compromissos internacionais acordados pelo país e respeitando a soberania boliviana e a atuação do poder judiciário local. E em audiência do Senado Federal, em 4 de Abril, Patriota repudiou a tentativa de vincular a questão dos brasileiros detidos com outros temas da agenda bilateral com a Bolívia e afirmou que nenhum cidadão brasileiro pode ser moeda de troca para coisa alguma. Parecia haver uma referência do Ministro com o caso do Senador Roger Pinto Molina que estava asilado na embaixada brasileira desde junho de 2012, por alegar perseguições do governo boliviano. Após mais de três meses a justiça boliviana soltou, no dia 6 de Junho de 2013, sete dos doze detidos em Cochabamba por falta de provas. E, após dois meses, e sob pagamento de indenização por parte do clube dos torcedores à família do garoto, os últimos cinco detidos num total de 156 dias foram soltos na Bolívia em 2 de agosto de 2013.

entre Brasil e Bolívia. O caso gerou desconcertos, pois com a ajuda do encarregado de negócios da Embaixada brasileira na Bolívia, Eduardo Saboia e do Senador brasileiro Ricardo Ferraço, o Senador Pinto Molina deixou a Bolívia em direção ao Brasil, chegando a Brasília no dia 25 de Agosto. O Senador só poderia sair da Bolívia caso tivesse um salvo-conduto concedido pelo Presidente Evo-Morales, o que não ocorreu. De acordo com o governo boliviano, o pedido de asilo feito pelo Senador foi para não responder na Justiça a crimes de danos econômicos ao Estado calculados em pelo menos US\$ 1,7 milhões. Molina é denunciado em pelo menos 20 processos por desacato, venda de bens do Estado e corrupção.

Ainda no dia 25, a Ministra de Comunicações da Bolívia, Amanda Davila, disse que o caso não afetaria as relações com o Brasil e que estariam mantidas em situação de absoluta cordialidade e respeito. Ainda, ressaltou que o governo boliviano e o presidente Evo Morales sempre manifestaram todo o seu carinho e respeito à Presidente Dilma Rousseff e ao governo brasileiro. Porém, no dia seguinte o discurso foi endurecido. O Ministro da Presidência da Bolívia (o equivalente à Casa Civil), Juan Ramón Quintana, pronunciou que Molina deixou a Bolívia como um criminoso comum e que o governo brasileiro teria que explicar o caso.

Neste mesmo dia, a Presidente Dilma aceitou o pedido de demissão do Chanceler Patriota, e deste modo, indicou o embaixador Luiz Alberto Figueiredo para ser o novo Ministro. A situação de Patriota a frente do Itamaraty já inspirava cuidados, por conta de alguns acontecimentos, entre eles o caso do fechamento do espaço aéreo de alguns países europeus ao voo de Evo Morales devido a demora do Ministro em se pronunciar sobre o caso.

Em entrevista coletiva após uma cerimônia no Senado Federal, no dia 27 do mesmo mês, a Presidente Dilma condenou severamente o episódio ocorrido, em que pontuou que jamais o governo brasileiro tiraria o Senador boliviano sem o salvo-conduto de seu governo. Dilma ressaltou que o governo brasileiro protege a vida, a segurança e garante conforto a um asilado, rechaçando a questão de que o Senador corria risco de vida e a comparação feita por Eduardo Saboia, de que a situação de Pinto Molina na Embaixada era semelhante à de um preso no DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna), órgão de repressão da ditadura militar brasileira. (ROUSSEFF, 2013e).

Na mesma semana, dia 30 de agosto, a Presidente Dilma se encontrou com o Presidente Morales antes do início da VII Cúpula da Unasul no Suriname. O Chanceler Figueiredo afirmou, em entrevista, em Paramaribo, que a Presidente “demonstrou ao

Presidente Evo Morales seu repúdio ao episódio de retirada do Senador Roger Pinto Molina da Bolívia” (FIGUEIREDO, 2013b, s/p).

Deste modo, o Figueiredo realizou visita a Cochabamba, Bolívia, em março de 2014, para manter reunião de trabalho com o Chanceler David Choquehuanca. Os Ministros passaram em revista a agenda bilateral entre os dois países, discutiram questões relacionadas à economia e comércio, petróleo, fronteiras, hidrelétrica e tráfico de drogas. De acordo com o Ministro Choquehuanca em entrevista disse que foi um encontro “de reciclagem geral” da agenda bilateral, e explicou que alguns assuntos da agenda seriam abordados por equipes técnicas e ministérios, entre eles estão a expansão da venda de gás à Cuiabá. O Ministro ainda demonstrou que o momento é muito propício nas relações dos dois países e que estão juntos para fortalecê-las ainda mais como vizinhos para que essas relações se mantenham em um alto nível de coincidência, cooperação e amizade como deve ser.

5.3.5 Chile

O primeiro encontro de alto nível entre Brasil e Chile durante o mandato da Presidente Dilma se deu na II Reunião da Comissão Bilateral. Na ocasião, o Chanceler Patriota realizou visita de trabalho a Santiago em abril de 2011, e manteve reunião com o Ministro das Relações Exteriores do Chile, Alfredo Moreno⁵⁵.

Previamente à Comissão Bilateral, foram realizadas reuniões preparatórias sobre temas que incluem cooperação em assuntos antárticos, energéticos e agrícolas, além da negociação de acordo sobre investimentos e do interesse brasileiro no projeto do Telescópio Europeu Extremamente Grande/European Extremely Large Telescope (E-ELT) – o maior telescópio terrestre do mundo, a ser instalado no Chile. No plano regional, foi conferida ênfase à atuação de ambos os países no Haiti e à coordenação no âmbito da Unasul. Após a reunião com Piñera, Moreno destacou que o Ministro brasileiro expressou o desejo brasileiro de uma nova cooperação em temas científicos e tecnológicos com o Chile.

Com o fim de ampliar e discutir as relações entre Brasil e Chile, um seminário chamado “Brasil-Chile: novos horizontes - amizade sem limites” seria idealizado na III

⁵⁵ A reunião da Comissão Bilateral, mecanismo de consultas anuais, é presidida pelos Chanceleres de ambos os países, cujo principal objetivo é dar seguimento ao diálogo político bilateral de alto nível e impulsionar iniciativas de cooperação em diversas áreas. O Ministro brasileiro ainda manteve encontro com o Presidente chileno, Sebastian Piñera, no qual discutiram comércio e investimentos recíprocos.

Reunião da Comissão Bilateral, em abril de 2012⁵⁶. Além disso, no marco de tal reunião foram revisados temas da agenda bilateral, com ênfase em cooperação antártica e nas áreas de energia, integração física, ciência e tecnologia, comércio e investimentos. Os Chanceleres trataram, ainda, da cooperação no âmbito da Unasul e da CELAC, bem como da participação de ambos os países na MINUSTAH.

Após encontro com o Presidente do Chile, em janeiro de 2013, a Presidente Dilma disse que a cooperação inter-regional é um elemento fundamental para superar a crise internacional. A Presidente assinou acordos de cooperação com o Chile nas áreas educacional, para o intercâmbio de professores e pesquisadores; e científica, que prevê a utilização por cientistas brasileiros da base chilena na Antártica até que a base brasileira, destruída parcialmente durante um incêndio em fevereiro de 2012, fosse reconstruída. Além de um programa executivo de intercâmbio cultural entre o Brasil e o Chile nos anos de 2013-2015.

No final de 2013, Michelle Bachelet foi eleita no segundo turno Presidente do Chile com 62% dos votos. A Presidente Dilma saudou Bachelet em telefonema e disse esperar que Brasil e Chile possam trabalhar juntos por uma América do Sul cada vez mais forte. Dilma compareceu a cerimônia de posse de Bachelet em março de 2014, e em entrevista afirmou que deseja ampliar a relação com o Chile e estimular o processo de integração regional.

Sendo assim, os Chanceleres manteriam visitas com esse fim: Figueiredo recebeu o Chanceler do Chile, Heraldo Muñoz, que realizou sua primeira visita de trabalho ao exterior e para o Brasil, em abril⁵⁷. Deve-se destacar que além de ambos os países contribuírem com efetivos para a MINUSTAH, compartilhando sua dedicação aos esforços de estabilização do

⁵⁶ O seminário ocorreu no Brasil em outubro, na presença dos Ministros, de autoridades dos dois países, de empresários e cientistas. Em seu discurso no início da reunião ressaltou a importância estratégica que é a interligação terrestre entre o Atlântico e o Pacífico, que faz de Brasil e Chile sócios indispensáveis para o projeto da interconexão física sul-americana. Destacou o desafio dos países sul-americanos na superação das deficiências em infraestrutura do continente que requer avanços na integração regional. O Ministro enfatizou que se trabalharia para concluir os projetos que unirão os dois países, com o apoio do COSIPLAN. Mencionou a bem sucedida relação entre o Chile e o Observatório Europeu do Sul/European Southern Observatory (ESO), que conta com participação de pesquisadores brasileiros e será responsável pela construção E-ELT, demonstrando o interesse brasileiro em avançar nas áreas de ciência, tecnologia e inovação no prolongamento de seu discurso. Enfim, o Ministro destacou na ocasião uma extensão de temas que os dois países convergem e destacou que “com esse panorama da amizade entre Brasil e Chile, em seus mais diversos aspectos, fica claro que a complementaridade deve ser a força motriz da relação bilateral. Da confluência entre nossas similitudes e diferenças originam-se inesgotáveis oportunidades de cooperação” (PATRIOTA, 2012d).

⁵⁷ Os Ministros passaram em revista os principais temas do relacionamento bilateral, com ênfase em comércio, investimentos, infraestrutura e energia, educação e ciência e tecnologia, e deverão examinar a agenda regional e global. Figueiredo retribuiu a visita no mês seguinte ao Chanceler Muñoz, em Santiago, onde passaram em revista os principais temas das relações bilaterais. Ainda, a convite da Presidente Michelle Bachelet, participou, também, do debate “O Diálogo Atlântico-Pacífico e Oportunidades de Comércio e Investimento na América Latina” realizado no contexto do II Conselho Consultivo Empresarial da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico/Asia-Pacific Economic Cooperation (APEC).

Haiti, Brasil e Chile estão desenvolvendo uma importante parceria no âmbito da ONU: o Chanceler Muñoz convidou o Brasil a designar um diplomata para integrar a equipe chilena durante o mandato de dois anos do país no Conselho de Segurança da ONU. Em contrapartida, o Brasil apoiaria a atuação do Chile no Conselho com informações colhidas pelas Embaixadas brasileiras em países onde não há representação chilena.

Um Memorando de Entendimento para intercâmbio de informações sobre violações aos direitos humanos durante os regimes militares nos dois países seria assinado na visita oficial de Michelle Bachelet ao Brasil, em junho de 2014. No Brasil, o acordo auxiliará as atividades da Comissão Nacional da Verdade. As mandatárias trataram também dos principais temas da agenda bilateral, em especial as questões relacionadas à cooperação energética, à integração física, ao comércio e aos investimentos. Igualmente examinaram temas regionais e multilaterais.

5.3.6 Venezuela

As relações entre Brasil e Venezuela durante o mandato da Presidente Dilma parecem ter sido bem intensas. O primeiro contato ocorreu entre os Chanceleres Patriota e Nicolás Maduro, Ministro das Relações Exteriores venezuelano, em fevereiro de 2011. Os Ministros examinaram temas bilaterais incluindo o andamento de projetos nas áreas de habitação, agricultura, indústria, energia e desenvolvimento fronteiriço, bem como aspectos da agenda regional, com ênfase no fortalecimento da Unasul.

A visita do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, a Brasília, em junho de 2011, foi observada como sendo o momento de reafirmação da parceria comercial e política. Além disso, este encontro, no Palácio do Planalto, retomaria a rotina de reuniões bilaterais iniciadas no governo do ex-presidente Lula, segundo Marco Aurélio Garcia, assessor especial para Assuntos Internacionais da Presidência da República, em entrevista um dia antes do encontro. De acordo com o Itamaraty, o encontro entre Dilma e Chávez consistiu na oportunidade para lançar novas iniciativas de cooperação bilateral, com atenção especial para a integração fronteiriça:

Sua presença comprova a elevada estima e parceria estratégica que liga o Brasil e a Venezuela. Nosso diálogo sobre os pontos principais da agenda e todas as atividades e as cooperações que já realizamos juntos mostram como é produtivo e amplo os nossos interesses comuns. E mostra também o tamanho do esforço que temos que fazer para explorará-los. (ROUSSEFF, 2011e, s/p)

Dilma lembrou também das parcerias entre a Petrobras e a PDVSA e que os acordos entre as duas companhias resultarão numa ampla integração, ressaltando que a dimensão e a abrangência dos investimentos das empresas dos dois países reforçam a confiança nestes mercados⁵⁸. Os Ministros das Relações Exteriores trocaram visitas. Primeiro foi Patriota que foi a Caracas, em novembro de 2011, encontrar Maduro onde examinaram temas da agenda bilateral, regional e internacional. Ainda, o Ministro Patriota participou de reunião do Órgão Superior de Vivendas, organismo interministerial responsável pelo programa habitacional Gran Misión Vivienda, no marco da cooperação prestada pela Caixa Econômica Federal, a partir da experiência com o programa brasileiro “Minha Casa, Minha Vida”.

Depois disso, Maduro foi ao Rio de Janeiro, em junho de 2012, manter encontro com Patriota, onde trataram de temas da agenda entre os dois países, como a cooperação em habitação, agricultura, saúde, infraestrutura, comércio e investimentos. Os Ministros também conversaram sobre os processos de integração regional e de iniciativas como o Banco do Sul e o COSIPLAN. No plano multilateral, trataram, ainda, de temas como o relacionamento com a África e com países árabes e a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

Um mês depois dessa segunda reunião, em julho de 2012, num consenso dos Presidentes dos países do MERCOSUL, ocorreu a entrada da Venezuela no bloco. Na ocasião, o Paraguai que travava a adesão, estava suspenso do bloco por conta da destituição sumária de Fernando Lugo do poder paraguaio. Deste modo, esta adesão só se consumou na Cúpula Extraordinária do MERCOSUL, ainda no mês de Julho. Segundo a Presidente Dilma, o ingresso da Venezuela no MERCOSUL iria fortalecer o bloco, que consolidava-se como potência energética, tendo um significado histórico.

A Presidente Dilma telefonou à Chávez, em outubro, do mesmo ano para parabenizá-lo pela vitória nas eleições presidenciais, sendo reeleito para mais seis anos. Chávez deveria ter tomado posse em janeiro de 2013, mas estava fora do país se tratando, ficando em seu lugar interinamente o vice-presidente Nicolás Maduro. A oposição protestou a ausência, mas recuou após decisão da Suprema Corte venezuelana em aceitar adiar a posse de Chávez em

⁵⁸ Ficou-se acordado no encontro a realização do Seminário de Integração Amazônia-Orinoco, em Puerto Ordaz, com vistas à formulação de um plano de desenvolvimento integrado para articular as cadeias produtivas nesses setores: metal-mecânico, agroindustrial, produção de vidros e outros. Por fim, Dilma frisou que o Brasil aguardava com grande expectativa o processo de inclusão da Venezuela ao MERCOSUL. Do Comunicado Conjunto constou que os Presidentes reafirmaram o caráter estratégico da parceria bilateral, tal como declarado em 2005, e manifestaram sua determinação em aprofundá-la e concordaram em continuar os Encontros Periódicos, que levaram a significativos avanços na relação bilateral.

vista de que tal era apenas uma formalidade, pois Chávez já governava o país. A Presidente Dilma apoiou tal decisão. Contudo, o Presidente Venezuelano, que estava com a saúde debilitada por conta de um câncer, morreu sem tomar posse, em 5 de março de 2013. A Presidente Dilma lamentou, em Nota, a morte de Chávez e compareceu ao seu funeral.

No dia 8 de março, Nicolás Maduro assumiu a Presidência interina da Venezuela sob novos protestos da oposição que discordava, pois na ausência do presidente eleito quem deveria assumir era o presidente da Assembleia Nacional da Venezuela, não o vice-presidente. O líder opositor Henrique Capriles que havia perdido as eleições para Chávez, denunciou a decisão ao Supremo Tribunal de Justiça que acabou confirmando a presidência interina de Maduro até a realização de eleições, no prazo de 30 dias, após a morte do Presidente Hugo Chávez. Após uma eleição apertada o Presidente interino Maduro foi eleito Presidente da Venezuela, no dia 15 de abril por 50,6% contra 49,07% do opositor Henrique Capriles que acabou não reconhecendo a vitória de Maduro e pedindo a recontagem dos votos. Além de incitar manifestações pelo país que resultaram em mortes e feridos. Segundo Tibisay Lucena, chefe do Conselho Nacional Eleitoral da Venezuela os resultados seriam irreversíveis, porém o presidente eleito afirmou, no entanto que apoiaria uma auditoria nos votos.

Todos esses fatos, eram acompanhados pelo governo brasileiro e pelos outros governos dos países Sul-americanos. Uma Nota do Itamaraty informava a participação da Presidente Dilma, no dia 18 de abril, em Lima, na Reunião Extraordinária de Chefes e Chefes de Estado e de Governo da Unasul. De acordo com a Presidência *pro tempore* peruana, o encontro tinha o propósito de considerar os desenvolvimentos recentes na Venezuela.

Deste modo, a Unasul saudou o presidente Nicolás Maduro pelo resultado da eleição e por sua escolha como presidente e pediu à todos os setores que participaram do processo eleitoral para que respeitem os resultados oficiais emanados do Conselho Nacional Eleitoral. Ainda, tomou nota positiva da decisão deste Conselho de implementar uma metodologia que permita a auditoria total das mesas eleitorais. A Presidente Dilma participou da cerimônia de posse do Presidente Nicolás Maduro no dia seguinte, 19 de abril.

Em maio, Maduro fez uma visita de trabalho ao Brasil e foi recebido pela Presidente Dilma, dando continuidade à sequência de reuniões periódicas de alto nível entre autoridades dos dois países. Deve-se destacar que no ínterim dos fatos que ocorreram na Venezuela, os Ministros das Relações Exteriores mantiveram três reuniões nas quais passaram em revista

aos principais temas da agenda bilateral com ênfase em comércio e cooperação bilateral e o processo de adesão venezuelana ao MERCOSUL⁵⁹.

Em fevereiro de 2014, o Ministro das Relações Exteriores, Luiz Figueiredo, recebeu visita do Chanceler da Venezuela, Elías Jaua. O Itamaraty informou que a visita realizou-se no marco das viagens do Ministro Jaua a países da região, com o objetivo de apresentar elementos atualizados sobre a situação interna da Venezuela. O Chanceler venezuelano ressaltou o empenho do Presidente Maduro na promoção de um diálogo nacional. A referida situação interna da qual os ministros conversaram, devia-se ao fato de que no início de fevereiro, a Venezuela começou a enfrentar momentos de tensão por conta de protestos de estudantes e opositores ao governo. A situação se agravou quando uma manifestação contra o Presidente Maduro terminou com três mortos e mais de 20 feridos. O objetivo dos opositores é o de obrigar Maduro a renunciar em curto prazo. Os radicais querem uma “via rápida” para tentar tirar Maduro do poder.

Deste modo, o Chanceler Figueiredo agradeceu a gentileza da visita e as informações prestadas e manifestou a confiança de que, pela via do diálogo e do respeito ao ordenamento institucional, a Venezuela resguardará a ordem democrática e o Estado de direito, atendendo aos anseios do povo venezuelano e de seu governo de seguir seu desenvolvimento com estabilidade política e paz. O governo brasileiro acompanhava com preocupação os acontecimentos (MRE, Nota nº 55, 2014).

Esta situação na Venezuela fez com que fosse convocada uma Reunião Extraordinária do Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores da Unasul, pela presidência *pro tempore* da Unasul, atualmente exercida pelo Suriname. Esta reunião, que ocorreu em Santiago, no Chile no início de março, da qual o Chanceler Figueiredo se fez presente, acabou resultando na Comissão de Chanceleres da Unasul, da qual o Ministro Figueiredo foi integrante, que visitou Caracas dias depois. O objetivo da Comissão era, em nome da Unasul, acompanhar, apoiar e assessorar um diálogo político amplo e construtivo na Venezuela. A comissão foi recebida pelo Presidente Maduro e realizou reuniões com os Comitês Políticos e

⁵⁹ Em Comunicado Conjunto à imprensa após o encontro com o Presidente venezuelano, Dilma reiterou que o Brasil tem uma parceria estratégica com a Venezuela e que deseja aprofundar esta parceria em várias áreas como alimentos, energia elétrica, energia de petróleo, agricultura, desenvolvimento social e habitação. Também discutiram novas possibilidades de cooperação, em matéria muito específica de abastecimento, segurança alimentar e também na garantia do suprimento energético. Dilma indicou, ao Presidente Maduro, disposição em buscar mais expansão e maior equilíbrio no intercâmbio comercial e analisar todas as possibilidades de ampliação das importações brasileiras de produtos venezuelanos. E, concordaram também no interesse de ambos os países em diversificar ainda mais sua troca de experiências para abranger áreas como cultura e juventude. (ROUSSEFF, 2013g)

Econômicos da Conferência Nacional da Paz, onde realizou reuniões com os representantes dos partidos da oposição e demais setores da sociedade, todos expressaram a disposição pelo diálogo. Ainda, a Comissão reconheceu a abertura e disponibilidade do Presidente para acolher as recomendações feitas.

Após a realização de duas visitas a Caracas, a Comissão logrou facilitar o início de um processo de diálogo sem precedentes na Venezuela. Como resultado desse processo, o governo venezuelano e as forças de oposição envolvidas no diálogo convidaram os Chanceleres de Brasil, Colômbia e Equador a participarem como garantes do processo de diálogo, que teve sua primeira reunião formal no início de abril. Figueiredo participou das segunda e terceira reuniões formais como testemunha, as duas no mês de abril, da mesa de diálogo entre o governo venezuelano e forças da oposição.

Assim como também participou de outra reunião em meados de maio para dar continuidade ao processo de diálogo entre o governo venezuelano e forças da oposição. Além do Ministro brasileiro participaram da reunião os Chanceleres da Colômbia, Ministra María Ángela Holguín, e do Equador, Ministro Ricardo Patiño, e o Núncio Apostólico em Caracas, Monsenhor Aldo Giordani, que emitiram um comunicado onde reiteraram disposição de seguir trabalhando com o governo da Venezuela e os representantes da Mesa da Unidade Democrática (MUD) para continuar o diálogo que permita avançar na busca de soluções aos temas que se apresentaram.

5.3.7 Colômbia

Em fevereiro de 2011, se deu o primeiro contato de alto nível entre representantes do Brasil e da Colômbia. O Ministro Patriota realizou visita de trabalho a Bogotá, ocasião em que manteve encontro com a Ministra das Relações Exteriores da Colômbia, Maria Ángela Holguín. Os dois Chanceleres passaram em revista a agenda de cooperação e diálogo político bilateral. Intercambiaram, também, opiniões sobre temas regionais, com ênfase no fortalecimento da Unasul, e globais, tendo em vista, inclusive, a presença do Brasil e da Colômbia no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Atos visando a facilitar a troca de experiências em combate à violência e à exploração sexual, promoção de direitos humanos, segurança alimentar, agricultura e desenvolvimento urbano sustentável foram firmados na II Reunião da Comissão Bilateral Brasil-Colômbia. A Comissão que foi criada em 2009, com o objetivo de estabelecer foro privilegiado de concertação entre os dois países, foi copresidida pelo Ministro Patriota e pela Ministra

Holguín, que chefiou a delegação colombiana, em outubro no Brasil. Para além do diálogo político sobre temas bilaterais, regionais e globais – destaca-se que na ocasião, Brasil e Colômbia ocupavam assentos não-permanentes no Conselho de Segurança das Nações Unidas - os Chanceleres, no âmbito da Comissão Bilateral, examinaram iniciativas em ciência e tecnologia, educação e cultura, agroindústria e integração de cadeias produtivas.

O Presidente Juan Manuel Santos anunciou em setembro de 2012 o início das conversações entre o governo colombiano e as FARC para firmar um acordo de paz. Em nota, a Presidente Dilma afirmou que o início dessas conversações é motivo de celebração em toda a América do Sul. Dilma ainda ressaltou que expressou ao Presidente Santos, que havia antecipado a ela sua decisão, o apoio do governo brasileiro à iniciativa. Por fim, Dilma destacou que “a tão almejada paz na Colômbia será uma grande contribuição desse país irmão à integração sul-americana” (ROUSSEFF, 2012c, s/p).

Ainda em novembro daquele mesmo ano, o Chanceler Patriota se reuniu com a Chanceler María Ángela Holguín Cuéllar, no âmbito da III Reunião da Comissão Bilateral Brasil-Colômbia. Os chanceleres examinaram os principais temas da agenda bilateral, regional e global, tais como cooperação e desenvolvimento fronteiriço, cooperação educacional, processos de integração regional, ciência e tecnologia e meio ambiente. Seriam, ainda, apresentados aos Ministros Patriota e Holguín os principais resultados das reuniões da XIV Comissão de Vizinhança e Integração e dos Grupos de Trabalho a ela vinculados.

Poucos dias após sua reeleição, em junho de 2014, o Presidente Juan Manuel Santos visitou o Brasil, em junho, ocasião em que foi recebido pela Presidente Dilma. Os mandatários conversaram sobre temas bilaterais e regionais, com vistas ao estreitamento da relação entre Brasil e Colômbia e ao fortalecimento da integração da América do Sul.

No plano bilateral, deram atenção a cooperação em desenvolvimento rural e agronegócio, bem como a expansão do comércio bilateral que, em 2013, atingiu US\$ 4,2 bilhões. A Presidente Dilma não fez visitas bilaterais à Colômbia.

5.3.8 Peru

Das relações do Brasil com o Peru, o que se denota foi que a cooperação técnica em áreas sociais aumentou no período. Em julho de 2011, a Presidente Dilma embarcou para Lima, no Peru, onde participou das cerimônias de posse do Presidente Ollanta Humala. Anteriormente, em junho, Humala foi recebido pela Presidente brasileira apenas quatro dias após ser eleito, sendo o primeiro país que ele visitou. Segundo o porta-voz da Presidência da

República brasileira, Rodrigo Baena, os Presidentes conversaram sobre alguns programas desenvolvidos no Brasil, como por exemplo, o Brasil sem Miséria, o ProUni e o Bolsa Família. Ao final do encontro, Humala afirmou que o Brasil é um exemplo exitoso de governo a ser seguido e citou a estabilidade econômica e os projetos de inclusão social e combate à miséria. Ao longo da campanha presidencial, ele afirmou, em diversos momentos, ter o Brasil como referência em matéria de desenvolvimento econômico com redução da desigualdade social. O presidente eleito do Peru explicou que a reunião também serviu para assegurar o fortalecimento da integração entre os dois países. Conforme explicou, durante a campanha eleitoral ele assumiu compromissos de implantar programas que estão sendo desenvolvidos no Brasil que dizem respeito à inclusão social.

O Ministro Patriota visitou o Peru em agosto, atendendo a convite do Chanceler peruano, Rafael Roncagliolo. Na agenda bilateral, foram revistos projetos de integração física e energética, iniciativas de cooperação em educação, ciência e tecnologia e desenvolvimento social, e atividades conjuntas de combate ao narcotráfico na região de fronteira. No âmbito regional, foram examinados temas da Presidência *pro tempore* peruana da Unasul e os preparativos para a III Cúpula América do Sul - Países Árabes (ASPA) naquele ano.

Um pedido de apoio ao Brasil para o aperfeiçoamento do programa “Juntos”, a versão peruana do Bolsa Família, seria feito pela primeira-dama do Peru, Nadine Heredia, em visita ao Brasil em Agosto de 2012 à Presidente Dilma Rousseff. O Peru quer apoio técnico do Brasil para informatizar o programa, que foi implementado com a assessoria de técnicos brasileiros. Naquele mesmo dia, Nadine Heredia se reuniu com a Ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campello, para tratar do assunto. Durante o encontro no Palácio do Planalto, Nadine Heredia e Dilma conversaram sobre como o Peru pode aproveitar a experiência brasileira na formalização do acesso ao crédito e no estímulo às pequenas e microempresas. A primeira-dama também discutiu com Dilma a implementação de mecanismos que ajudem o Peru a exportar mais para o Brasil.

Dois atos de cunho sustentável seriam assinados durante encontro com a Ministra das Relações Exteriores do Peru, Eda Rivas que veio à Brasília, em julho de 2013, e manteve reunião de trabalho com o Ministro Patriota. Ainda, na ocasião da primeira visita da Ministra ao Brasil, os Chanceleres examinaram a evolução do comércio e dos investimentos bilaterais, bem como temas relacionados à saúde, à educação e à integração física e econômica regional (o Peru exercia a Presidência *pro tempore* da Unasul, naquele momento).

Em novembro 2013, Dilma fez uma visita oficial ao Peru e manteve reunião com o Presidente Ollanta Humala. Durante declaração à imprensa, Dilma afirmou que a aliança

estratégica entre Brasil e Peru alcançou um novo patamar e vai prosperar no sentido de melhorar as condições de vida de brasileiros e peruanos⁶⁰. (ROUSSEFF, 2013f)

A visita oficial da Presidente Dilma marcou os dez anos da Aliança Estratégica Brasil-Peru, que começou em 2003. O Foro Empresarial Brasil-Peru, do qual a Presidente participou juntamente com Humala reuniu 400 empresários dos dois países, debateu o comércio bilateral, que alcançou US\$ 2,9 bilhões entre janeiro e setembro de 2013 – um aumento de 8,8% em relação ao mesmo período de 2012, segundo Miguel Veja Alvear, presidente da Câmara Binacional de Comércio e Integração Peru Brasil (Capebras). A Presidente afirmou no encerramento do Foro Empresarial Brasil-Peru, que os avanços alcançados na última década devem-se, em grande parte, à decisão dos governos de Brasil e Peru de optarem pela via da integração como parte dos projetos nacionais de desenvolvimento. Por fim, em seu discurso no foro, Dilma destacou aos empresários que o aprofundamento das relações econômicas entre Peru e Brasil tem sido acompanhado, e estimulado, por projetos estruturais de integração. Ela citou como exemplo a inauguração, em 2011, da Rodovia Inter-Oceânica, que conecta portos peruanos no Pacífico à cidade de Assis Brasil, no Acre.

5.3.9 Equador

As relações do Brasil com o Equador parecem ter sido bem acanhadas no período. A Presidente Dilma não visitou oficialmente o país vizinho nenhuma vez durante seu mandato e também não recebeu visitas do Presidente Rafael Correa. Deste modo, as relações de alto nível entre os dois países ficaram por conta de seus respectivos Ministros das Relações Exteriores.

Sendo assim, o Chanceler Patriota realizou visita a Quito, em julho de 2011, onde manteve encontro de trabalho com o Ministro das Relações Exteriores, Comércio e Integração do Equador, Ricardo Patiño. A Nota do Itamaraty informava que Patriota seria recebido também pelo Presidente Correa. Durante a visita, foi assinado o Memorando de Entendimento que estabelece o Mecanismo de Consultas Bilaterais Brasil-Ecuador com os objetivos de:

⁶⁰ Durante a visita, o governo brasileiro e o peruano firmaram acordos: em telecomunicações, com o estabelecimento de roaming gratuito na região da fronteira entre os dois países, e colaboração nas áreas de recursos hídricos e desenvolvimento de políticas públicas para geração de emprego, na criação de um marco de cooperação e assistência técnica para o intercâmbio de boas práticas, permitindo que o Peru fortaleça a promoção da empregabilidade e a proteção dos direitos trabalhistas, incluindo o desenvolvimento de pesquisas e elaboração de estatísticas; e, ainda foi selado Acordo entre a Autoridade Nacional de Água, do Peru, e a Agência Nacional de Águas (ANA), do Brasil, para o fortalecimento dos planos de bacias e de gestão integrada de recursos hídricos, das ações de monitoramentos, incluindo a implementação de uma rede de pontos para aferir a quantidade e a qualidade da água.

aprofundar o diálogo político sobre temas de interesse bilateral, regional e Promover o aumento do fluxo de comércio e investimentos. E, também foi assinado, o Memorando de Entendimento em Matéria de Monitoramento de Comércio, Investimento, Financiamento e Cooperação, com o objetivo de estabelecer mecanismos que facilitem o comércio, fomentem a cooperação bilateral e promovam um marco favorável aos investimentos.

Nos anos que se seguiram 2012, 2013 e 2014, os Ministros do Equador, Ricardo Patiño e do Brasil, Patriota e depois Figueiredo, trocaram ao todo quatro visitas oficiais. Em suas reuniões no âmbito dos Mecanismos de Consultas Bilaterais, passavam em revista aos temas da agenda bilateral com ênfase em cooperação nas áreas de ciência, tecnologia e inovação, educação, cultura e investimentos. E no plano regional tratavam da integração, com destaque para a consolidação das instituições da Unasul.

O Presidente Rafael Correa foi reeleito em fevereiro de 2013, por mais quatro anos; a Presidente Dilma telefonou para cumprimentá-lo pela reeleição. Segundo o Palácio do Planalto, Dilma afirmou que a vitória de Correa representa uma vitória não apenas para a democracia no Equador, mas em toda a região. A Presidente não pôde comparecer à posse do Presidente Correa porque estava participando da cúpula da União Africana, em Adis Abeba (Etiópia), e, foi representada pelo Vice-Presidente Michel Temer.

5.3.10 Guiana e Suriname

O intercâmbio político a nível presidencial entre o Brasil e a Guiana foi bem modesto durante o mandato da Presidente Dilma. Sendo assim, os Presidentes Bharrat Jagdeo e Donald Ramotar não vieram ao Brasil assim como Dilma também não foi à Guiana.

Um Memorando de Entendimento para cooperação nas áreas de educação física e esportes seria assinado durante a visita do Ministro Patriota à Guiana, em agosto de 2011. O Ministro manteve reunião de trabalho com a Ministra de Negócios Estrangeiros, Carolyn Rodrigues-Birkett, e seria recebido pelo Presidente Bharrat Jagdeo (MRE, Nota nº 199, 2011).

Por sua vez, a Chanceler da Guiana realizou visita ao Chanceler Patriota, em fevereiro de 2012. Na ocasião, os Ministros passaram em revista os principais temas da relação bilateral, assim como temas da pauta regional e multilateral, com ênfase em projetos de infraestrutura e cooperação técnica e fronteiriça. Em nota do Itamaraty, constou que entre 2002 e 2011, a corrente de comércio entre Brasil e Guiana passou de US\$ 8,78 milhões para US\$ 35,6 milhões. Entre 2010 e 2011, o intercâmbio comercial registrou aumento de 26%.

O Brasil e a Guiana assinaram um Memorando de Entendimento, em dezembro de 2012, sobre projetos de infraestrutura. Este memorando adveio, pois os Estados estavam com um fim de estreitar as relações econômicas bilaterais, com vistas à inclusão social e à redução das assimetrias e, também, consideraram a importância de ampliar a infraestrutura necessária para o aumento do intercâmbio comercial entre o Brasil e a Guiana. Deste modo, o objetivo do memorando era criar Grupo de Trabalho para analisar formas de estimular, no futuro, iniciativas como: Construção de usina(s) hidrelétrica(s); construção das linhas de transmissão necessárias para distribuir a energia que será eventualmente gerada, melhoria da estrada Brasil-Guiana; e construção de porto de águas profundas.

Ainda, em 18 de julho de 2013, durante a Cúpula do MERCOSUL em Montevideu, os Ministros Patriota e Carolyn assinaram um novo memorando na área de infraestrutura. O Memorando de Entendimento entre o Brasil e a Guiana criou a Comissão Mista Brasil-Guiana para o Desenvolvimento de Projetos de Infraestrutura, com o objetivo de promover o diálogo bilateral sobre iniciativas de transportes e energia que estimulem o desenvolvimento econômico e social.

As relações entre o Brasil e o Suriname ocorreram nos mesmos moldes das relações do Brasil com a Guiana, porém com um intercâmbio mais intenso entre os Ministros das Relações Exteriores. Deste modo, não houve visitas da Presidente Dilma ao Suriname durante seu mandato.

Entretanto, passos em vista a impulsionar a cooperação técnica bilateral seriam dados. Em novembro de 2011, o Chanceler do Suriname, Winston Lackin veio ao Brasil, e foi recebido pelo Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota. Os Chanceleres examinaram as atividades no marco do Grupo de Trabalho sobre Assuntos Migratórios e Consulares, criado para tratar de questões relativas à significativa comunidade de brasileiros que vivem no Suriname. Outros temas da agenda bilateral incluíram a identificação de iniciativas para aumentar o comércio entre os dois países; oportunidades de cooperação na área energética; e projetos de integração física na América do Sul. Em entrevista o Ministro Patriota, após reunião com o Ministro Winston, afirmou que o Ministro surinamês tem acompanhado de perto a relação entre os dois países, relação essa que se estende também no âmbito da Unasul e da OTCA. (PATRIOTA, 2011b, s/p)

Um Memorando de Entendimento na área de Agricultura foi assinado entre o Brasil e o Suriname. O memorando foi firmado num encontro mantido entre o Ministro Patriota e o Chanceler Winston Lackin, em maio de 2012, este servirá de base para elaboração de futuras ações de cooperação entre os dois países nos setores agropecuários e de pesca. Foram

realizadas, no contexto da visita, missões a Paramaribo da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), da Caixa Econômica Federal, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), da Embrapa, da Eletrobrás e do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). O Ministro Patriota foi recebido, ainda, pelo Presidente do Suriname, Desiré Bouterse que trocaram percepções acerca do papel estratégico que possui a cooperação técnica para as relações entre os dois países e participou como convidado especial da 15ª Reunião do Conselho de Relações Exteriores e Comunitárias da Comunidade do Caribe (COFCOR-CARICOM).

O último encontro bilateral entre o Chanceler Patriota e seu homólogo do Suriname, Winston Lackin, ocorreu em Brasília, em fevereiro de 2013. No encontro, os Chanceleres avaliaram relevantes projetos conjuntos de cooperação e integração, incluindo iniciativas em áreas como educação, saúde e agricultura e a eventual interconexão elétrica entre os dois países. Foram tratados, ainda, temas regionais, como a futura Presidência *pro tempore* surinamesa da Unasul e a realização da Cúpula Brasil-CARICOM.

Segundo o Ministério das Relações Exteriores, em momento de fortalecimento da integração e da identidade sul-americana, o Suriname tem-se voltado cada vez mais para os seus vizinhos, aproximando-se do MERCOSUL e abrindo novas oportunidades para a integração regional. Bilateralmente, as relações experimentam momento de intensificação, do qual são exemplos a recente abertura do Consulado do Suriname em Belém e o estabelecimento de rota direta de transporte marítimo entre os dois países. Ainda, o Itamaraty informou que as relações comerciais entre Brasil e Suriname evoluíram de forma considerável nos últimos anos. Entre 2002 e 2012, o intercâmbio entre os dois países aumentou em 480%, passando de US\$ 10,7 milhões para US\$ 62,1 milhões (MRE, Nota nº 48, 2013).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, buscou-se analisar se a política externa para a América do Sul durante os governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff foram de mesma agenda, intensidade e pragmatismo. No intuito de resolver este problema proposto, o trabalho foi dividido em quatro partes, que se articularam em uma evolução histórica.

Nesse sentido, primeiramente, se demonstrou como durante o governo Lula (2003-2010), as características inerentes à Política Externa Brasileira se aprofundaram durante seu governo em geral, e para a América do Sul especialmente. Deste modo, afirmaram-se, entre outras, as posições de autodeterminação dos povos, de solução pacífica de controvérsias, de não intervenção e cordialidade oficial com seus vizinhos, além da renovada cooperação Sul-Sul ser seu mote principal. O Brasil buscou solucionar seus momentos de tensão por meio do diálogo e respeitando a soberania dos Estados. Foi assim na resolução pacífica após a nacionalização dos campos de gás da Bolívia pelo governo de Evo Morales, em 2006, quando governo brasileiro procurou defender os interesses do país, porém dentro de seus princípios, pois reconhecia o ato de soberania exercido pelos bolivianos. Ainda, a atitude de cordialidade se estendeu à Argentina, onde para conservar a amizade e os negócios com o país vizinho, o governo brasileiro instaurou o Mecanismo de Adaptação Competitiva (MAC), em 2006. E, apesar das tensões que se instalaram envolto do caso de Itaipu, o governo brasileiro resolveu através do diálogo um comum acordo com o governo paraguaio, em 2009.

Tais condutas se estenderam ao governo de Dilma (2011-2014), respeitando deste modo os princípios da tradição diplomática brasileira, como nos casos que envolveram o governo boliviano, dos detidos em Oruro e do caso do Senador Pinto Molina, ambos em 2013. O governo Dilma buscou a resolução de tais entraves dentro de seus limites e respeitando a soberania boliviana. No caso das questões internas dos países vizinhos, o Brasil, por meio da Unasul, apoiava uma resolução pacífica dos contenciosos, respeitando os princípios da autodeterminação dos povos. Assim ocorreu com a destituição de Fernando Lugo do poder, em 2012, e nas manifestações na Venezuela, em 2013. Com isso, indo ao encontro com as posições do governo anterior, se esboçou o diálogo como melhor caminho para a resolução de seus conflitos. No entanto, apesar das diferenças entre os países vizinhos estes tem nessas instituições um momento de articulação e para que resolvam seus conflitos, assim como prega a Presidente Dilma.

Ainda, no comparativo dos governos de Lula e de Dilma, observa-se que tanto em um quanto em outro, permaneceu a mesma postura de inserção internacional do país, com base na Cooperação Sul-Sul para estreitar os laços com seus vizinhos e, se utilizando, sobretudo da via multilateral para isso. Fazendo parte, portanto, da estratégia de inserção de “autonomia pela diversificação” (VIGEVANI & CEPALUNI, 2007), imposta pelos dois governos. No caso sul-americano, esta estratégia ocorreu mais pela manutenção desta diversificação e aprofundamento das relações, em vista de que, tanto em governos anteriores, quanto no governo de Lula e no de Dilma, a região sempre foi pauta importante.

Sendo assim, o governo brasileiro se utilizou do MERCOSUL e da Unasul para aproximar e integrar ainda mais as nações sul-americanas. No governo Lula, visando uma política de autonomia da região sul-americana, surgiu a CASA, em 2004, com o fim de dar maior concertação e coordenação no plano político entre os países da região e acabou evoluindo posteriormente para a Unasul. Os fortalecimentos da IIRSA e do MERCOSUL também foram pautas crescentes da política externa durante o governo Lula. Com isso, observa-se que durante o governo Dilma houve uma continuada construção dessa integração, seja pela entrada da Venezuela no MERCOSUL como Estado membro, pela abrangência alcançada pelo MERCOSUL com a participação de todos os países sul-americanos, não membros, como Estados Associados, ou seja pela crescente evolução do COSIPLAN, que através de seu planejamento estratégico vem promovendo seminários técnicos que fazem evoluir o conceito de integração, da IIRSA à integração integrada (aquela capaz de harmonizar combate à pobreza, infraestrutura, integração produtiva e inclusão social). Deste modo, os governos de Lula e Dilma engajaram-se por uma maior integração e aproximação dos países sul-americanos, na busca de consolidação de um polo regional capaz de desenvolver a potencialidade da região.

Porém, na base de sustentação que possibilita ao país que se projete internacionalmente, no caso o paradigma do Estado Logístico, se observa que a continuidade do governo Dilma em relação ao governo Lula foi “frouxa e lerda”, segundo Cervo e Lessa (2014, p. 136). Porquanto, o governo Dilma não só falhou em enfrentar os entraves preexistentes que impossibilitaram a eficiência do paradigma logístico, como lhe agregou novos entraves. Deste modo, aparecem os resultados da “queda da eficiência” do Estado Logístico e incidem sobre os fundamentos internos da emergência no cenário internacional como: a queda do percentual da indústria no PIB, reprimarização econômica, queda das exportações, especialmente de manufaturados, queda do crescimento econômico e, mais grave, quebra da confiança no país do empresariado nacional e estrangeiro. (CERVO &

LESSA, 2014, p.135). A tendência declinante, segundo os autores, se constata nos leilões de licitação de projetos de infraestrutura, como modernização de portos e aeroportos e construção ou manutenção de rodovias e ferrovias. Portanto, caracteriza-se um “declínio” na inserção internacional do Brasil no governo Dilma, muito em parte pela “queda da eficiência” do Estado Logístico como observada durante seu governo (CERVO & LESSA, 2014).

Fato que atingiu diretamente o relacionamento bilateral do Brasil com os países vizinhos, pois sem o diálogo constante e intenso de outrora com o empresariado industrial e do agronegócio e o não suprimento da baixa propensão do empresariado em inovar (com política de Estado de inovação tecnológica que envolvesse Universidades, centros de pesquisa e empresas em dinâmica harmonizada), o governo Dilma se limitou em suas ações externas (CERVO & LESSA, 2014). Deste modo, a limitação se deu pela falta de inovação tecnológica, falta de um aumento significativo da taxa de investimento do país, inclusive no setor privado e pela falta de crescimento de competitividade nos setores de intensidade tecnológica média e alta.

Apresentada essa carência brasileira, o governo de Dilma até buscou supri-la na sua relação com seus vizinhos, colocando sempre em pauta dos encontros bilaterais temas nas áreas de ciência, tecnologia e inovação, como se observou, no âmbito do Grupo de Alto Nível Brasil-Uruguai, na participação do Conselho Empresarial Brasil-Argentina, no âmbito das Reuniões da Comissão Bilateral Brasil-Chile, entre outros. Dilma buscou um desenvolvimento equilibrado na região com ações de ampliação de mecanismos de financiamento, como por exemplo, o FOCEM, além da busca pela integração das infraestruturas de modo a contribuir para o fortalecimento de uma identidade comum.

Ao fazer-se uma análise das viagens dos Presidentes, nota-se o número relativamente inferior das viagens da Presidenta ao exterior em relação aos mandatos do presidente Lula. Em relação ao primeiro mandato a queda foi de 44% quase metade, e em relação ao segundo mandato a queda foi de mais de 62,5%. Trazendo esta análise para o foco do trabalho, a América do Sul, a queda foi de mais de 63,3% e 65,6%, em relação ao primeiro e segundo mandato respectivamente.

Deste modo, além da insuficiência interna apresentada, constata-se haver uma menor ênfase da Presidente Dilma Rousseff à diplomacia presidencial devido à redução nos números de viagens oficiais à América do Sul, viagens que se fizeram tão importantes e necessárias para implementar a estratégia de inserção brasileira durante o governo Lula. O poder de inserção autônoma e diversificada de outrora engajado pelas viagens presidenciais perdeu espaço no governo Dilma.

Apesar dos encontros mantidos entre Dilma e os Chefes de Estados dos outros países vizinhos no seio do MERCOSUL e da Unasul, das visitas destes ao Brasil, e a tentativa de manutenção das agendas bilaterais por parte dos Ministros Figueiredo e Patriota para a região sul-americana, faltou a efetiva presença da Presidente com as visitas oficiais para dar corpo a política externa e a inserção internacional brasileira. No cerne disso, observa-se que, com toda a facilidade de comunicação e da vantagem natural que representa a tomada de decisão no mais alto nível, oferecida pela diplomacia presidencial e pelas visitas bilaterais, percebe-se que não houve um aproveitamento por Dilma das viagens para que se pudesse avançar na inserção externa do país.

Outro aspecto da continuidade moderada apresentada no governo Dilma, está nas principais ações de política externa, pois nota-se que as iniciativas do Brasil foram ora mais “reativas” do que “ativas” – como no caso da suspensão do Paraguai e da demissão de Patriota –, ora mais focadas no âmbito das ideias do que da ação prática – como nos discursos inovadores da Presidente no âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas (CORNETET, 2014, p.117). Ainda, quando se analisa o empreendedorismo internacional do Brasil refletido em suas iniciativas, constata-se uma grande redução do ativismo brasileiro a partir do governo de Dilma.

Essa postura de Dilma diferencia-se do empreendedorismo da política externa “altiva” e “ativa” do Presidente Lula e do Cancelel Celso Amorim, que no âmbito regional arquitetaram iniciativas concretas (CORNETET, 2014, p.117) como as Cúpulas da ASA, da ASPA e CALC com o fim de avançar no diálogo político da região sul-americana com outras regiões. Assim sendo, o governo Dilma tornou as iniciativas mais subjetivas, focadas em mudanças de longo prazo que talvez não ocorram, como a substituição do conceito de responsabilidade de proteger e a instauração de um marco civil multilateral de controle da internet; não ocorrendo iniciativas concretas para a região sul-americana.

Além do mais, o número de novos diplomatas brasileiros formados decaiu para cerca da metade no primeiro mandato de Lula e cerca de um quarto no segundo, e desacelerou-se o estabelecimento de novos postos diplomáticos e isso pode limitar as ações externas brasileiras para a região, assim como até tirar o Brasil do núcleo decisório de importantes debates do sistema internacional. De modo, a atestar que tal redução no número de vagas e de novos postos possam influenciar na política externa, Stuenkel (*apud* CORNETET, 2014, p.122) assinala que:

Enquanto Lula abriu diversas embaixadas no continente africano, há informações de que Rousseff considera fechar diversas delas - uma decisão que enviaria um sinal desastroso à comunidade internacional (...). Um efeito imediato é de que a embaixada brasileira em Cabul que Lula havia encaminhado jamais abriu. Como consequência, o Brasil depende de informações de outros países e não pode participar seriamente da discussão sobre o futuro do Afeganistão. Reduzindo sua rede diplomática, o Brasil corre o risco de ser excluído de debates cruciais sobre diversos assuntos importantes - e sua demanda pela reforma de instituições internacionais pode não ser levada à sério (STUENKEL *apud* CORNETET, 2014, p.125)

De acordo com Cornetet (2014, p.127), a criação de novas vagas foram passadas por meio de lei pelo governo, porém essas jamais foram materializadas, revelando entrave burocrático facilmente contornável se houvesse vontade política efetiva nesse investimento na inserção internacional do Brasil.

Portanto, no quadro comparativo entre o governo Lula e o governo Dilma, por não apresentar grandes mudanças estruturais, mas com um menor ativismo, o governo Dilma para a América do Sul teve uma “contenção” da Política Externa Brasileira (termo cunhado por CORNETET, 2014, p.117), pois se permanecem os objetivos, com menor ativismo.

Agora, se o governo Dilma buscou durante todo seu primeiro mandato seguir as mesmas linhas de política externa do governo anterior, o que poderia ter causado essa contenção dos esforços da diplomacia brasileira?

Além do perfil administrativo/técnico da Presidente, a contenção realizada pelo governo Dilma, quando analisada a região da América do Sul, foi causada principalmente pela conjuntura internacional, marcada por uma crise econômica persistente, conforme Cornetet (2014, p.112).

Assim, concordando com Belém Lopes (2014), a postura da política externa brasileira se condicionou ao “xadrez” da política internacional que começou a ser jogado com outras regras. Portanto, houve mudanças no contexto internacional, durante o governo Dilma, em que o cenário encontrado estava

dominado por acusações de manipulação das taxas de câmbio e [de] condução imprudente de políticas monetárias e por incertezas quanto à dinâmica das economias envolvidas, quadro que nada se parece com o otimismo internacional da era Lula (VEIGA e RIOS, *apud* GIANNINI, 2014, p.12).

Sendo assim, a continuidade da crise mundial desde 2008 está ligada a atual conjuntura internacional, cujos efeitos começaram a atingir o Brasil com maior intensidade, incentivando posição mais demandante da política externa brasileira para garantir o desenvolvimento (um de seus principais objetivos). Isso limita a margem de ação do Brasil

no exterior, uma vez que se tem menos a oferecer em negociações. Ainda analisando tal choque externo, Cornetet (2014, p.138) concluiu que “a complicação da situação econômica nacional pode ter levado o Brasil a ser menos proativo e propositivo internacionalmente, uma vez que se reduziram os recursos para ações desse gênero”.

Deste modo, influenciou a contenção da política externa para a América do Sul, o agravamento da crise financeira internacional que têm reduzido a margem de ação do Brasil na região, e em negociações de ordem multilateral em geral. Como se observou, a crise internacional foi pauta constante das reuniões bilaterais de Dilma com os Chefes de Estado da região, nas reuniões no âmbito da Unasul – criando-se o Conselho Sul-Americano de Economia e Finanças –, e nas reuniões do MERCOSUL, onde se buscava meios de superá-la.

A conjuntura regional também não facilitou as ações de política externa, como o golpe ocorrido no Paraguai, em 2012, e a ascensão do partido de centro-direita ao poder no Chile, em 2010. Além disso, apesar da consolidação dos regimes contrários à lógica neoliberal, assim como no Brasil, as fortes oposições enfrentadas pelos governantes da Argentina, Bolívia, Equador, Uruguai e Venezuela, podem ter complicado a continuação da política externa do governo Dilma para a região. No caso da Venezuela, com ascensão de uma oposição radical, as dificuldades de aproximação já se iniciaram com a doença, em 2011, e a consequente morte de Hugo Chávez, em 2013, e com a eleição de Nicolas Maduro, também em 2013, que gerou grandes manifestações. Essas complicações, portanto, se expressam nas viagens de Dilma aos países da região.

As viagens de Dilma a muitos destes países, em grande parte, foram para participar das cerimônias de posses, como no caso do Chile, Paraguai, Peru, Venezuela, Argentina, além das exéquias de Chávez. Ainda, não houve visitas oficiais bilaterais da Presidente à Bolívia, ao Chile, à Colômbia, ao Equador, à Guiana e ao Suriname, fato que ocorreu durante os mandatos Lula. Ademais, no caso da Bolívia soma-se o impasse causado pelo asilo do Senador boliviano Pinto Molina e sua fuga para o Brasil e a prisão de torcedores brasileiros em Oruro que podem ser responsáveis pela inoportunidade de visitas da Presidente a esse vizinho, apesar do governo brasileiro assegurar que as relações entre os dois países não foram afetadas.

Um ponto importante na comparação entre os dois governos é o eixo Brasil-Argentina: tanto nos governos Lula quanto no de Dilma, a Argentina continuou sendo o principal destino de suas viagens e o país com maior número de visitas. Porém, apesar de instalado o Conselho Empresarial Brasil-Argentina e ter-se continuado o Diálogo de Integração Estratégico Brasil-Argentina, mecanismos dispostos pela Presidente Dilma para salvar o entendimento político

bilateral não foram apresentadas no âmbito deste eixo transformações profundas que incidissem num vultoso crescimento da cooperação entre os dois países, muito em parte devido as dificuldades impostas durante seu curso pelas medidas administrativas argentinas que emperram os fluxos do comércio, sendo parte das visitas de Dilma com o objetivo de desemperrá-las.

Portanto, todo o otimismo suscitado pelo governo Lula foi revertido nos anos subsequentes, demonstrando que o cenário externo durante o governo de Dilma, é bem menos propício ao ativismo de países como o Brasil. Ações externas brasileiras durante tal governo acabaram se limitando e, assim, levando a diplomacia brasileira a ser menos proativa e propositiva.

Entretanto, como já evidenciado, apesar desta contenção, o governo Dilma segue com os mesmos objetivos, na esfera regional, de integração e fortalecimento do relacionamento com a América do Sul, constituindo pragmática continuação do esforço inicial de Lula. Por fim, Gama (2014) constata que “os resultados das políticas de Lula limitaram as opções disponíveis para Dilma no plano externo”, portanto, tais resultados podem ter afetado as ações de política externa do governo Dilma, que por sua vez, deixou de inovar, mas manteve a rota.

As perspectivas da política externa para a América do Sul durante o governo Dilma nesse seu segundo mandato, tendem a ser as mesmas, assim como ela mesma colocou em seu discurso de posse. Sem haver a preocupação pela reeleição, Dilma poderá ter um maior engajamento de sua agenda para a América do Sul com uma maior intensidade. Dilma manteve o discurso de prioridade à América do Sul, traduzido no empenho em fortalecer o MERCOSUL e a Unasul. Deste modo, o governo brasileiro apoia a entrada da Bolívia e do Equador ao MERCOSUL, porém para se avançar na integração sul-americana, depende-se de outros desafios como a aceleração de obras de infraestrutura, da formulação de cadeias produtivas regionais, da criação do Banco do Sul e da implementação da agenda social do MERCOSUL aprovada em 2010. A Unasul tende a ganhar cada vez maior relevância como arcabouço político para as iniciativas de desenvolvimento autônomo para a América do Sul, tendo a COSIPLAN como órgão estratégico em seu seio. A Presidente Dilma já demonstrou que o Brasil joga um papel fundamental para viabilizá-lo.

O Brasil tem esse desafio de consolidação do polo regional, dando continuidade a uma política externa coerente de modo a assegurar os interesses nacionais e dos demais países em desenvolvimento, com a transição do sistema internacional unipolar para a multipolaridade, para que se tenha um mundo mais equilibrado e justo. Esta transição não é tranquila, conforme demonstram a crise econômica mundial e os conflitos regionais, sinônimos da

resistência dos países centrais às mudanças que reduzam o seu poder. Assim, há uma agenda relevante para o governo de Dilma durante seu segundo mandato, particularmente o fortalecimento das relações Sul-Sul por meio de uma política de integração mais incisiva na América do Sul, com uma maior intensidade. E parece que isso já começa a ser pensado com o novo pacote de projetos de infraestrutura lançado pelo governo e o grande pacote de atos assinados com a China, que preveem investimentos maciços em infraestrutura e ampla parceria em ciência, tecnologia e inovação.

7 REFERÊNCIAS

ARON, Raymond. **Paz e Guerra Entre as Nações**. Disponível em: < http://funag.gov.br/loja/download/43-Paz_e_Guerra_entre_as_Nacoes.pdf > Acesso em: 11 de Jul. de 2014

ALMEIDA, P. R. **O Brasil como ator regional e como emergente global: estratégias de política externa e impacto na nova ordem internacional**. Disponível em: <<http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1748BrAtorGlobCenaIntern.pdf>> Acesso em: 26 Set. 2014.

ALTEMANI, Henrique. **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.

AMORIM, Celso. **Brazilian foreign policy under Presidente Lula (2003-2010): an overview**. Revista Brasileira de Política Internacional, 53, 2010a, pág. 214-240.

BARRETO, Fernando de Mello. **A Política Externa após a redemocratização**. Disponível em:< http://funag.gov.br/loja/index.php?route=product/product&product_id=240 > Acesso em: 20 Out. 2014

BELÉM LOPES, Dawisson. **Dawisson Belém Lopes: Recuo estratégico ou normalização da curva?** Disponível em:< <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2014/03/1425918-dawisson-belem-lobes-recuo-estrategico-ou-normalizacao-da-curva.shtml> > Acesso em: 20 Set. 2014

BUENO, Clodoaldo Bueno; CERVO, Amado Luiz. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.

CERVO, Amado Luiz; LESSA, Antonio Carlos. **O declínio: inserção internacional do Brasil (2011–2014)**. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v57n2/0034-7329-rbpi-57-02-00133.pdf> > Acesso em: 23 Mar. 2015

CORNETET, João Marcelo Conte. **A política externa de Dilma Roussef: a contenção na continuidade**. Disponível em: < <http://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/47628> > Acesso em: 11 Jul. 2014

COUTO, Leandro Freitas. **Política externa brasileira para a América do Sul. As diferenças entre Cardoso e Lula**. Disponível em: < <http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/20386.pdf> > Acesso em: 20 Set. 2014

DANESE, Sérgio. **Diplomacia presidencial**. Rio de Janeiro, Topbooks Edit. 1999.

DIAS, Luis Henrique Reis. **Responsabilidade, segurança e identidade: a Política Externa Brasileira nos governos Lula e Dilma**. Disponível em: < http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2013/relatorios_pdf/ccs/IRI/IRI-Luis%20Henrique%20Reis%20Dias.pdf > Acesso em: 08 Mai. 2014

DIRCEU, José. **Os governos do PT e o desenvolvimento do Brasil**. Disponível em: <<http://interessenacional.uol.com.br/index.php/edicoes-revista/os-governos-do-pt-e-o-desenvolvimento-do-brasil/> > Acesso em: 20 Set. 2014

ENGSTROM, Par. **Brazilian Foreign Policy and Human Rights: Change and Continuity under Dilma**. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2004305> Acesso em: 22 Set. 2014

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A Política Externa Brasileira e a América do Sul. Disponível em: <http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20060209101640.pdf > Acesso em: 20 Set. 2014

FUSER, Igor. Conflitos e contratos – **A Petrobrás, o nacionalismo boliviano e a interdependência do gás natural** (2002-2010). Tese de doutorado. Departamento de Ciência Política da USP. 2011

GAMA, Carlos Frederico Pereira da Silva. Conquistas e Desafios da Política Externa de Dilma Rousseff. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Conquistas-e-Desafios-da-Politica-Externa-de-Dilma-Rousseff/4/32244> > Acesso em: 20 Set. 2014

GARCIA, Oscar Antonio Corbo. **As Perspectivas Diplomáticas do Governo Dilma**. Disponível em: < https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_23_1359059952.pdf > Acesso em: 08 Mai. 2014

HIRST, M.; LIMA, M. R. S. de; PINHEIRO, L. **A Política Externa Brasileira em tempos de novos horizontes e desafios**. Nueva Sociedad, Especial em Português, dez. 2010.

ITAMARATY. Disponível em: < www.itamaraty.gov.br > Acesso em: 20 Mar. 2014

LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira: passado presente e futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2009

LAFER, Celso. **Nova dimensões da Política Externa Brasileira** Disponível em < http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_03/rbcs03_05.htm > Acesso em: 22 Set. 2014

LEITE, Patrícia Soares. **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em três momentos de política externa: os governos Jânio Quadros/João goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva**. Disponível em: < http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/Cooperacao_sul_sul.pdf > Acesso em: 20 Abr. 2014

LESSA, Antônio Carlos; COUTO, Leandro Freitas; FARIAS, Rogério de Souza. **Política externa planejada: os planos plurianuais e a ação internacional do Brasil, de Cardoso a Lula (1995-2008)** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003473292009000100005 > Acesso em: 20 Set. 2014

LIMA, Maria Regina Soares de. **Autonomia, não indiferença e pragmatismo: vetores conceituais da política exterior.** Disponível em: < <http://latn.org.ar/wp-content/uploads/2015/01/21-brief.pdf> > Acesso em: 10 jul de 2015

_____. **A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul.** Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292005000100002 > Acesso em: 20 Set. 2014

MELLO, P. C.; MARREIRO, F.; FERRAZ, L. **Países vizinhos reagem a Brasil "expansionista".** Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/934867-paises-vizinhos-reagem-a-brasil-expansionista.shtml> >. Acesso em: 26 Jan. 2015.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Brics criam novo banco de desenvolvimento.** Disponível em:< <http://www.fazenda.gov.br/divulgacao/noticias/2014-1/julho/brics-criam-novo-banco-de-desenvolvimento> > Acesso em: 08 de Mai. 2014

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Blog Diplomacia Pública. Disponível em: < <http://diplomaciapublica.itamaraty.gov.br/> > Acesso em: 20 de Mar. 2014

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/> > Acesso: 20 Mar. 2014

MYIAMOTO, Shiguenoli. **As grandes linhas da política externa brasileira.** Disponível em:< http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=9745 > Acesso em: 15 Dez. 2014

OBSERVATÓRIO DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. **A política externa do governo Dilma: perspectivas e pressões iniciais.** Disponível em: < <http://www.oplop.uff.br/boletim/80/politica-externa-do-governo-dilma-perspectivas-pressoes-iniciais> > Acesso em: 08 Mai. 2014

OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. **Alianças e coalizões internacionais do governo Lula: o Ibas e o G-20.** Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292005000200003&script=sci_arttext > Acesso em: 20 Set. 2014

PALÁCIO DO PLANALTO. Disponível em:< <http://www2.planalto.gov.br/>> Acesso em: 08 Mai. 2014

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. **Política Externa Brasileira: discursos, artigos e entrevistas (2011-2012)** Disponível em: < http://funag.gov.br/loja/index.php?route=product/product&product_id=520 > Acesso em: 15 Dez. 2014

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa do Brasil no século XXI: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical.** Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292008000200009&script=sci_arttext > Acesso em: 20 Set. 2014

PECEQUILO, Cristina Soreanu e CARMO, Corival Alves. **Regional integration and Brazilian foreign policy: strategies in the South American space.** Revista de Sociologia e Política. V. 21, No. 48. Dez 2013.

RAMANZINI, Haroldo. **Uma análise da política externa do governo Lula da Silva** Disponível em: < <http://seer.ufrgs.br/debates/article/view/16561> > Acesso em: 22 Set. 2014

RENZIO, Paolo de; GOMES, Geovana Zoccal; FONSECA, João Moura E. M. da; NIV, Amir. **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul: Como Responder aos Desafios Correntes.** Disponível em: < <http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/5992/doc/1619030609.pdf> > Acesso em: 24 Jun. 2014

RIZZI, Kamilla Raquel. **O grande Brasil e os pequenos PALOP: a Política Externa Brasileira para Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe (1974/2010)** Disponível em: < <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/54081/000851129.pdf?...1> > Acesso: 19 de Julho de 2014

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. **A América do Sul no Discurso Diplomático Brasileiro** Disponível em: < <http://funag.gov.br/loja/download/1099-a-america-do-sul-no-discurso-diplomatico-brasileiro.pdf> > Acesso em: 14 Mai. 2015

SARAIVA, Miriam Gomes. **As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da Política Externa Brasileira de 1993 a 2007.** Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v50n2/a04v50n2.pdf> > Acesso em: 28 Abr. 2014

SILVA, Inês dos Santos; GIL, Aldo Duran. **A política externa do governo Lula frente à união de Nações Sul-americanas (Unasul).** Disponível em: < <http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/view/17923> > Acesso em: 20 Set. 2014

SOARES, Clemente de Lima Baena. **América Do Sul: prioridade para a Política Externa Brasileira.** Disponível em: < <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/download/11393/9207> > Acesso em: 8 Out. 2014

SOUZA, Bruno Mendelski de. **Breve balanço da Política Externa do Governo Lula para a América do Sul.** Disponível em: < <http://mundorama.net/2011/01/12/breve-balanco-da-politica-externa-do-governo-lula-para-a-america-do-sul-por-bruno-mendelski-de-souza/> > Acesso em: 08 de Mai. de 2014

SOUZA, D. R. H. T. **O surgimento da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e o futuro da integração regional na América do Sul.** São Paulo. 2010. Centro Universitário Ibero-Americano. Trabalho de Conclusão de Curso.

STEINBERG, Richard. **In the shadow of law or power? Consensus – based bargaining and outcomes in the GATT/WTO.** Disponível em: < <http://muse.jhu.edu/journals/ino/summary/v056/56.2steinberg.html> > Acesso em: 22 Set. 2014

TOLEDO, Sara. **A Política Externa Brasileira e o sentido da liderança regional atribuído pelo governo Lula.** Disponível em: < <http://www.ieei-unesp.com.br/portal/wp-content/uploads/2014/03/ENSAIO-DO-IEEI-N%C2%BA-22.pdf> > Acesso em: 13 Mar. 2015

ULLRICH, Danielle Regina; MARTINS, Bibiana Volkmer, CARRION, Rosinha Machado. **A Cooperação Sul-Sul como Estratégia de Política Externa Brasileira: análise dos governos Lula e Dilma.** Disponível em: < <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/>

EnANPAD/enanpad_2013/06%20-%20ESO/PDF%20ESO%20-%20Tema%2011/2013_EnANPAD_ESO911.pdf > Acesso em: 08 Mai. 2014

VIGEVANI, Tullo. **Relações Brasil–Estados Unidos**. Mimeo. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20914 > Acesso em: 22 Set. 2014

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. **A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação**. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cint/v29n2/v29n2a02.pdf> > Acesso em: 22 de Set. 2014

VIZENTINI, P. G. F. **De Fernando Henrique Cardoso a Lula: uma década de política externa (1995-2005)**. Civitas – Revista de Ciências Sociais, v. 5. n. 2, p.381-397, jul./dez. 2005.

VIZENTINI, Paulo. **Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula**. São Paulo. Fundação Perseu Abramo. 2003.

WERNECK DA SILVA, José Luiz & GONÇALVES, Williams. **Relações exteriores do Brasil I (1808-1930): a política externa do sistema agroexportador**. Petrópolis: Vozes, 2009.

Discursos, declarações à imprensa e entrevistas

AMORIM, Celso Luiz Nunes. **Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Celso Luiz Nunes Amorim, por ocasião da cerimônia de transmissão do cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores, em 2 de janeiro de 2003a**. Disponível em: < http://www1.uol.com.br/fernandorodrigues/030106/discurso_de_posse-relacoes_exteriores.doc > Acesso em: 20 Set. 2014

AMORIM, Celso Luiz Nunes. **Entrevista do Ministro das Relações Exteriores, Celso Luiz Nunes Amorim, à revista CNI – Indústria Brasileira, em 1º de outubro de 2003b**. Disponível em: < <http://mundorama.net/2006/10/10/entrevista-concedida-pelo-ministro-das-relacoes-exteriores-embaixador-celso-amorim-ao-jornalista-paulo-silva-pinto-da-revista-industria-brasileira-brasilia-10102006/> > Acesso em: 20 Set. 2014

AMORIM, Celso Luiz Nunes. **Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Celso Luiz Nunes Amorim, na abertura da Conferência Internacional de Promoção de Consenso Político para a Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio na América Latina e no Caribe, em 17 de novembro de 2003c**. Disponível em: < > Acesso em: 20 Set. 2014

AMORIM, Celso Luiz Nunes. **Entrevista Coletiva do Ministro das Relações Exteriores, Celso Luiz Nunes Amorim, por ocasião da visita de trabalho do Ministro das Relações Exteriores do Peru García Belaunde, em 25 de agosto de 2006**. Disponível em: < http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=7854:entrevista-coletiva-concedida-pelo-ministro-das-relacoes-exteriores-embaixador-celso-amorim-e-pelo-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-do-peru-embaixador-garcia-belaunde-por-ocasio-de-visita-de-trabalho-a-brasilia&catid=163&lang=pt-BR&Itemid=448 > Acesso em: 20 Set. 2014

AMORIM, Celso Luiz Nunes. **Entrevista do Ministro das Relações Exteriores, Celso Luiz Nunes Amorim, à revista Istoé, em 29 de novembro de 2006.** Disponível em: <
http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=7895:entrevista-concedida-pelo-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-embaixador-celso-amorim-a-revista-istoe-publicada-na-sua-edicao-n-1936-de-29-de-novembro-de-2006-brasilia-df&catid=163&lang=pt-BR&Itemid=195 > Acesso em: 20 Set. 2014

AMORIM, Celso Luiz Nunes. **Entrevista Coletiva do Ministro das Relações Exteriores, Celso Luiz Nunes Amorim, na cerimônia de posse do Presidente Rafael Correa, do Equador, em 15 de janeiro de 2007.** Disponível em: <
http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=7906:entrevista-coletiva-concedida-pelo-ministro-das-relacoes-exteriores-embaixador-celso-amorim-por-ocasio-da-visita-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-ao-equador-para-as-cerimonias-de-posse-do-presidente-rafael-correa-quito-equador-15-01-2007&catid=163&lang=pt-BR&Itemid=280 > Acesso em: 20 Set. 2014

FIGUEIREDO, Luiz Alberto. **Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo, por ocasião da cerimônia de transmissão do cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores, em 28 de agosto de 2013.** Disponível em: <
http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4545:discursodo-embaixador-luiz-alberto-figueiredo-machado-na-cerimonia-de-transmissao-do-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-palacio-itamaraty-28-de-agosto-de-2013&catid=194&lang=pt-BR&Itemid=454 > Acesso em: 20 Set. 2014

FIGUEIREDO, Luiz Alberto. **Entrevista do Ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo, durante a VII Cúpula da Unasul em Paramaribo, Suriname, em 30 de agosto de 2013.** Disponível em: < <http://blog.planalto.gov.br/a-politica-externa-do-itamaraty-e-a-politica-da-presidenta-dilma-afirma-luiz-alberto-figueiredo/> > Acesso em: 20 Set. 2014

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. **Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, por ocasião da cerimônia de transmissão do cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores, em 2 de janeiro de 2011a.** Disponível em: <
http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4572:discursodo-ministro-antonio-de-aguiar-patriota-na-cerimonia-de-transmissao-do-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores&catid=194&lang=pt-BR&Itemid=454 > Acesso em: 20 Set. 2014

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. **Entrevista do Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, à revista Veja, em 9 de janeiro de 2011b.** Disponível em: <
http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4573:continuar-nao-e-repetir-veja-09-01-2011&catid=195&Itemid=455&lang=pt-BR > Acesso em: 20 Set. 2014

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. **Entrevista Coletiva do Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, após reunião com o Ministro das Relações Exteriores, Winston Lackin, em 11 de novembro de 2011c** Disponível em: <
<https://www.youtube.com/watch?v=wFfnL2rndhE> > Acesso em: 20 Set. 2014

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. **Entrevista do Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, ao Blog do Planalto após reunião da Presidente Dilma com o Presidente do Uruguai, José Mujica, em 19 de abril de 2012a.** Disponível em:< <http://blog.planalto.gov.br/brasil-e-uruguai-articulam-novo-modelo-de-integracao-diz-patriota/> > Acesso em: 20 Set. 2014

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. **Declaração a imprensa do Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, após reunião extraordinária das Chefas e Chefes de Estado da Unasul às margens da Rio+20, em 21 de janeiro de 2012b.** Disponível em:< <http://blog.planalto.gov.br/presidentes-da-unasul-pedem-respeito-a-ordem-democratica-no-paraguai-diz-patriota/> > Acesso em: 20 Set. 2014

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. **Entrevista do Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, a revista Istoé, em 20 de julho de 2012c.** Disponível em:< <http://www.istoe.com.br/assuntos/entrevista/detalhePrint.htm?idEntrevista=223010&txPrint=completo> > Acesso em: 20 Set. 2014

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. **Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, por ocasião do Seminário Brasil-Chile: Novos horizontes – amizade sem limites, em 8 de outubro de 2012d.** Disponível em:< http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4555:interve-ncao-por-ocasio-do-seminario-brasil-chile-novos-horizontes-amizade-sem-limites&catid=194&Itemid=454&lang=pt-BR > Acesso em: 20 Set. 2014

ROUSSEFF, Dilma Vana. **Discurso da Presidente, Dilma Vana Rousseff, na cerimônia de posse para Presidência da República, em 1º de janeiro de 2011a** Disponível em:< http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4658:discurs-o-da-presidenta-da-republica-dilma-vana-rousseff-durante-a-cerimonia-de-posse-no-congresso-nacional&catid=197&Itemid=448&lang=pt-BR > Acesso em: 28 Abr. 2014

ROUSSEFF, Dilma Vana. **Declaração da Presidente, Dilma Vana Rousseff, em conjunto com Cristina Kirchner durante visita oficial à Argentina, em 31 de janeiro de 2011c.** Disponível em:< <http://kitplone.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-conjunta-por-ocasio-da-visita-da-presidenta-dilma-rousseff-a-republica-argentina-2013-buenos-aires-31-de-janeiro-de-2011> > Acesso em: 20 Set. 2014

ROUSSEFF, Dilma Vana. **Declaração à imprensa da Presidente, Dilma Vana Rousseff, em conjunto com o Presidente da Venezuela Hugo Chávez, em 6 de junho de 2011e.** Disponível em:< <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/declaracao-a-imprensa-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-conjunto-com-o-presidente-da-venezuela-hugo-chavez> > Acesso em: 20 Set. 2014

ROUSSEFF, Dilma Vana. **Discurso da Presidente, Dilma Vana Rousseff, na reunião extraordinária da Unasul no Peru, em 28 de julho de 2011b.** Disponível em:< http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4657:discurs-o-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-reuniao-extraordinaria-da-unasul-lima-peru-29-07-2011&catid=197&lang=pt-BR&Itemid=448 > Acesso em: 20 Set. 2014

ROUSSEFF, Dilma Vana. **Discurso da Presidente, Dilma Vana Rousseff, durante inauguração da Embaixada da Argentina em Brasília, em 29 de julho de 2011d.**

Disponível em:<

http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4655:discurs-o-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-inauguracao-da-embaixada-da-republica-argentina-brasilia-29-07-2011&catid=197&Itemid=448&lang=pt-BR
> Acesso em: 20 Set. 2014

ROUSSEFF, Dilma Vana. **Declaração à imprensa da Presidente, Dilma Vana Rousseff, após reunião extraordinária do MERCOSUL, em 31 de julho de 2012a.** Disponível em:<

<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/declaracao-a-imprensa-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-apos-reuniao-da-cupula-extraordinaria-do-mercosul> > Acesso em: 20 Set. 2014

ROUSSEFF, Dilma Vana. **Discurso da Presidente, Dilma Vana Rousseff, na cerimônia de encerramento da 18ª Conferência Industrial Argentina, em 28 de novembro de 2012b.**

Disponível em:< <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-encerramento-da-18a-conferencia-industrial-argentina> > Acesso em: 20 Set. 2014

ROUSSEFF, Dilma Vana. **Entrevista coletiva da Presidente, Dilma Vana Rousseff, após a Reunião extraordinária da Cúpula da Unasul, em 19 de abril de 2013a.** Disponível em:<

<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/entrevistas/entrevistas/entrevista-coletiva-concedida-pela-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-paramaribo> > Acesso em: 20 Set. 2014

ROUSSEFF, Dilma Vana. **Comunicado à imprensa da Presidente, Dilma Vana Rousseff, após reunião bilateral em conjunto com o Presidente da Venezuela Nicolás Maduro, em 9 de maio de 2013g.** Disponível em:<

<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/declaracao-a-imprensa-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-apos-encontro-bilateral-com-o-presidente-da-republica-da-venezuela-nicolas-maduro> > Acesso em: 20 Set. 2014

ROUSSEFF, Dilma Vana. **Entrevista Coletiva da Presidente, Dilma Vana Rousseff, após reunião com o Presidente Horácio Cartes, no Paraguai, em 14 de agosto de 2013b.**

Disponível em:< <http://blog.planalto.gov.br/presidenta-dilma-chega-a-assuncao-para-posse-de-horacio-cartes/> > Acesso em: 20 Set. 2014

ROUSSEFF, Dilma Vana. **Entrevista Coletiva da Presidente, Dilma Vana Rousseff, após cerimônia no Senado Federal, em 27 de agosto de 2013e.** Disponível em:<

<http://blog.planalto.gov.br/dilma-um-governo-nao-negocia-vidas-o-governo-age-para-proteger-a-vida/> > Acesso em: 20 Set. 2014

ROUSSEFF, Dilma Vana. **Entrevista coletiva da Presidente, Dilma Vana Rousseff, após Cúpula da Unasul em Paramaribo, Suriname, em 30 de agosto de 2013a.** Disponível em:<

<http://blog.planalto.gov.br/2013/08/> > Acesso em: 20 Set. 2014

ROUSSEFF, Dilma Vana. **Declaração à imprensa da Presidente, Dilma Vana Rousseff, durante visita do Presidente Horácio Cartes, em 30 de setembro de 2013c.** Disponível em: < <http://kitplone.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/visita-de-estado-ao-brasil-do-presidente-da-republica-do-paraguai-horacio-cartes-brasilia-30-de-setembro-de-2013-comunicado-conjunto> > Acesso em: 20 Set. 2014

ROUSSEFF, Dilma Vana. **Discurso da Presidente, Dilma Vana Rousseff, Discurso durante cerimônia de inauguração da Linha de 500kV entre Villa Hayes e a subestação de energia da margem direita de Itaipu Binacional, em Hernadária, Paraguai, em 29 de outubro de 2013d.** Disponível em: < <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-inauguracao-conjunta-da-linha-de-500-kv-entre-villa-hayes-e-a-subestacao-de-energia-da-margem-direita-de-itaipu-binacional-hernandarias-paraguai> > Acesso em: 20 Set. 2014

ROUSSEFF, Dilma Vana. **Discurso da Presidente, Dilma Vana Rousseff, no Foro Empresarial Brasil-Peru, em 11 de novembro de 2013f.** Disponível em: < <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-abertura-do-foro-empresarial-brasil-peru-lima-peru> > Acesso em: 20 Set. 2014

ROUSSEFF, Dilma Vana. **Discurso da Presidente, Dilma Vana Rousseff, na abertura da Segunda Sessão Solene de Trabalho da Cúpula do Brics e de países da América do Sul, em 16 de julho de 2014a.** Disponível em: < http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5883:discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-da-segunda-sessao-de-trabalho-da-cupula-do-brics-e-de-paises-da-america-do-sul-brasilia-16-de-julho-de-2014&catid=197&Itemid=448&lang=pt-BR > Acesso em: 20 Set. 2014

ROUSSEFF, Dilma Vana. **Discurso da Presidente, Dilma Vana Rousseff, durante a reunião da XLVI Cúpula do MERCOSUL, em 29 de julho de 2014e.** Disponível em: < http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5880:discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-sessao-plenaria-da-46-cupula-do-mercosul-caracas-venezuela-29-de-julho-de-2014&catid=197&lang=pt-BR&Itemid=448 > Acesso em: 20 Set. 2014

ROUSSEFF, Dilma Vana. **Discurso da Presidente, Dilma Vana Rousseff, na Cúpula extraordinária da Unasul, em Quito, Equador, em 5 de dezembro de 2014b.** Disponível em: < <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cupula-extraordinaria-da-uniao-das-nacoes-sul-americanas-unasul> > Acesso em: 20 Set. 2014

ROUSSEFF, Dilma Vana. **Entrevista coletiva da Presidente, Dilma Vana Rousseff, após a Cúpula extraordinária da Unasul, em Quito, Equador, em 05 de dezembro de 2014c.** Disponível em: < <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/entrevistas/entrevistas/entrevista-coletiva-concedida-pela-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-apos-reuniao-de-cupula-extraordinaria-da-unasul-quito-equador> > Acesso em: 20 Set. 2014

ROUSSEFF, Dilma Vana. **Discurso da Presidente, Dilma Vana Rousseff, Discurso na XLVII Reunião de Cúpula do Mercosul, em 17 de dezembro de 2014d.** Disponível em:< <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-abertura-da-xxvii-cupula-do-mercosul-e-estados-associados-parana-provincia-de-entre-rios-argentina> > Acesso em: 20 Set. 2014

ROUSSEFF, Dilma Vana. **Artigo da Presidente, Dilma Vana Rousseff, no jornal uruguaio El Pais, em 1º de março de 2015.** Disponível em:< <http://blog.planalto.gov.br/uruguai-e-brasil-um-novo-paradigma-por-dilma-rousseff/> > Acesso em: 20 Set. 2014

SILVA, Luiz Inácio Lula da Silva. **Discurso do Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de posse para Presidência da República, em 1º de janeiro de 2003a.** Disponível em:< <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos-de-posse/discurso-de-posse-1o-mandato/view>> Acesso em: 28 Abr. 2014

SILVA, Luiz Inácio Lula da Silva. **Discurso do Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de transmissão do cargo de Diretor-Geral Brasileiro da Itaipu Binacional, em 23 de janeiro de 2003b.** Disponível em:< <http://kitplone.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/presidente-da-republica-federativa-do-brasil/44213371049-Discurso-do-Senhor-Presidente-da-Republica-Luiz/print-nota> > Acesso em: 20 Set. 2014

SILVA, Luiz Inácio Lula da Silva. **Declaração à imprensa durante visita do Presidente da Bolívia, Gonzalo Sanchez de Lozada, em 28 de abril de 2003d.** Disponível em:< <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/pdfs-2003/1o-semester/28-04-2003-declaracao-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-visita-de-trabalho-ao-brasil-do-presidente-da-bolivia> > Acesso em: 20 Set. 2014

SILVA, Luiz Inácio Lula da Silva. **Discurso do Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, na Reunião de Cúpula do Mercosul em 18 de março de 2003c.** Disponível em:< http://funag.gov.br/loja/download/505-discursos_selecionados_lula.pdf > Acesso em: 20 Set. 2014

SILVA, Luiz Inácio Lula da Silva. **Declaração à imprensa do Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita do Presidente do Equador, Lúcio Gutierrez, em 27 de março de 2003e.** Disponível em:< <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/pdfs-2003/1o-semester/27-05-2003-declaracao-a-imprensa-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-visita-de-trabalho-ao-brasil-do-presidente-do-equador-lucio-gutierrez/view> > Acesso em: 20 Set. 2014

SILVA, Luiz Inácio Lula da Silva. **Declaração à imprensa do Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita do Presidente do Suriname, Ronald Venetian, em 22 de julho de 2003f.** Disponível em:< <http://kitplone.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2003/07/22/comunicado-conjunto-a-imprensa-dos-presidentes-da/print-nota> > Acesso em: 20 Set. 2014

SILVA, Luiz Inácio Lula da Silva. **Discurso do Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, na assinatura de atos entre Brasil e Bolívia, em 08 de julho de 2004b.** Disponível em:< <http://kitplone.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/presidente-da-republica-federativa-do-brasil/91440211268-Discurso-do-Presidente-da-Republica-Luiz-Inacio> > Acesso em: 20 Set. 2014

SILVA, Luiz Inácio Lula da Silva. **Declaração à imprensa do Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, em conjunto com o Presidente do Chile, Ricardo Lagos, em 23 de agosto de 2004c.** Disponível em:< <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2004/2o-semester/23-08-2004-declaracao-a-imprensa-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-em-conjunto-com-o-presidente-do-chile-ricardo-lagos/view> > Acesso em: 20 Set. 2014

SILVA, Luiz Inácio Lula da Silva. **Discurso do Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, Cúpula de Ouro Preto, em 17 de dezembro de 2004a.** Disponível em:< <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2004/2o-semester/17-12-2004-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-no-encerramento-da-reuniao-de-cupula-do-mercosul> > Acesso em: 20 Set. 2014

SILVA, Luiz Inácio Lula da Silva. **Declaração à imprensa do Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita de Evo Morales, Presidente da Bolívia, em 15 de fevereiro de 2007.** Disponível em:< <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/1o-semester/15-02-2007-declaracao-a-imprensa-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-por-ocasio-da-visita-de-estado-do-presidente-da-bolivia-evo-morales/view> > Acesso em: 20 Set. 2014

SILVA, Luiz Inácio Lula da Silva. **Discurso do Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, durante Assinatura de Atos e Declaração à Imprensa em Montevidéu, Uruguai, em 26 de fevereiro de 2007a.** Disponível em:< <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/1o-semester/26-02-2007-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-assinatura-de-atos-e-declaracao-a-imprensa> > Acesso em: 20 Set. 2014

SILVA, Luiz Inácio Lula da Silva. **Declaração à imprensa do Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, após encontro com o Presidente do Uruguai, José Mujica, em 30 de julho de 2010.** Disponível em:< http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8029:declaracao-a-imprensa-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-apos-encontro-com-o-presidente-do-uruguai-jose-mujica-rivera-uruguai-30-de-julho-de-2010&catid=197&lang=pt-BR&Itemid=448 > Acesso em: 20 Set. 2014

SILVA, Luiz Inácio Lula da Silva. **Discurso do Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita as obras de terraplanagem da subestação de Villa Hayes da linha de transmissão de Itaipu, Paraguai, em 30 de julho de 2010.** Disponível em:< http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8034:discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-visita-as-obras-de-terraplanagem-da-subestacao-de-villa-hayes-da-linha-de-transmissao-de-itaipu-villa-hayes-paraguai-30-de-julho-de-2010&catid=197&Itemid=448&lang=pt-BR > Acesso em: 20 Set. 2014

Outros documentos oficiais

- MRE. [Nota nº. 53], 13/02/2003. Disponível em: < <http://kitplone.itamaraty.gov.br/> > Acesso em: 01 dez. 2014.
- MRE. [Nota nº. 186], 27/03/2003. Disponível em: < <http://kitplone.itamaraty.gov.br/> > Acesso em: 01 dez. 2014.
- MRE. [Nota nº. 399], 18/09/2003. Disponível em: < <http://kitplone.itamaraty.gov.br/> > Acesso em: 01 dez. 2014.
- MRE. [Nota nº. 524], 19/10/2003. Disponível em: < <http://kitplone.itamaraty.gov.br/> > Acesso em: 01 dez. 2014.
- MRE. [Nota nº. 471], 20/10/2003. Disponível em: < <http://kitplone.itamaraty.gov.br/> > Acesso em: 01 dez. 2014.
- MRE. [Nota nº. 5], 08/01/2004. Disponível em: < <http://kitplone.itamaraty.gov.br/> > Acesso em: 01 dez. 2014.
- MRE. [Nota nº. 53], 11/02/2004. Disponível em: < <http://kitplone.itamaraty.gov.br/> > Acesso em: 01 dez. 2014.
- MRE. [Nota nº. 123], 24/03/2004. Disponível em: < <http://kitplone.itamaraty.gov.br/> > Acesso em: 01 dez. 2014.
- MRE. [Nota nº. 80], 15/02/2005. Disponível em: < <http://kitplone.itamaraty.gov.br/> > Acesso em: 01 dez. 2014.
- MRE. [Nota nº. 87], 18/02/2005. Disponível em: < <http://kitplone.itamaraty.gov.br/> > Acesso em: 01 dez. 2014.
- MRE. [Nota nº. 194], 19/04/2005. Disponível em: < <http://kitplone.itamaraty.gov.br/> > Acesso em: 01 dez. 2014.
- MRE. [Nota nº. 196], 20/04/2005. Disponível em: < <http://kitplone.itamaraty.gov.br/> > Acesso em: 01 dez. 2014.
- MRE. [Nota nº. 274], 04/06/2005. Disponível em: < <http://kitplone.itamaraty.gov.br/> > Acesso em: 01 dez. 2014.
- MRE. [Nota nº. 368], 29/07/2005. Disponível em: < <http://kitplone.itamaraty.gov.br/> > Acesso em: 01 dez. 2014.
- MRE. [Nota nº. 657], 19/12/2005. Disponível em: < <http://kitplone.itamaraty.gov.br/> > Acesso em: 01 dez. 2014.
- MRE. [Nota nº. 141], 26/03/2008. Disponível em: < <http://kitplone.itamaraty.gov.br/> > Acesso em: 01 dez. 2014.
- MRE. [Nota nº. 251], 17/05/2008. Disponível em: < <http://kitplone.itamaraty.gov.br/> > Acesso em: 01 dez. 2014.

- MRE. [Nota nº. 14], 14/01/2009. Disponível em: < <http://kitplone.itamaraty.gov.br/> > Acesso em: 01 dez. 2014.
- MRE. [Nota nº. 93], 09/03/2009. Disponível em: < <http://kitplone.itamaraty.gov.br/> > Acesso em: 01 dez. 2014.
- MRE. [Nota nº. 98], 10/03/2009. Disponível em: < <http://kitplone.itamaraty.gov.br/> > Acesso em: 01 dez. 2014.
- MRE. [Nota nº. 186], 28/04/2009. Disponível em: < <http://kitplone.itamaraty.gov.br/> > Acesso em: 01 dez. 2014.
- MRE. [Nota nº. 36], 03/02/2010. Disponível em: < <http://kitplone.itamaraty.gov.br/> > Acesso em: 01 dez. 2014.
- MRE. [Nota nº. 82], 26/02/2010. Disponível em: < <http://kitplone.itamaraty.gov.br/> > Acesso em: 01 dez. 2014.
- MRE. [Nota nº. 271], 04/05/2010. Disponível em: < <http://kitplone.itamaraty.gov.br/> > Acesso em: 01 dez. 2014.
- MRE. [Nota nº. 282], 05/05/2010. Disponível em: < <http://kitplone.itamaraty.gov.br/> > Acesso em: 01 dez. 2014.
- MRE. [Nota nº. 558], 01/09/2010. Disponível em: < <http://kitplone.itamaraty.gov.br/> > Acesso em: 01 dez. 2014.
- MRE. [Nota nº. 33], 28/01/2011. Disponível em: < <http://kitplone.itamaraty.gov.br/> > Acesso em: 01 dez. 2014.
- MRE. [Nota nº. 96], 11/03/2011. Disponível em: < <http://kitplone.itamaraty.gov.br/> > Acesso em: 01 dez. 2014.
- MRE. [Nota nº. 135], 30/03/2011. Disponível em: < <http://kitplone.itamaraty.gov.br/> > Acesso em: 01 dez. 2014.
- MRE. [Nota nº. 284], 28/07/2011. Disponível em: < <http://kitplone.itamaraty.gov.br/> > Acesso em: 01 dez. 2014.
- MRE. [Nota nº. 166], 28/04/2011. Disponível em: < <http://kitplone.itamaraty.gov.br/> > Acesso em: 01 dez. 2014.
- MRE. [Nota nº. 242], 28/06/2011. Disponível em: < <http://kitplone.itamaraty.gov.br/> > Acesso em: 01 dez. 2014.
- MRE. [Nota nº. 192], 31/07/2011. Disponível em: < <http://kitplone.itamaraty.gov.br/> > Acesso em: 01 dez. 2014.
- MRE. [Nota nº. 199], 11/08/2011. Disponível em: < <http://kitplone.itamaraty.gov.br/> > Acesso em: 01 dez. 2014.
- MRE. [Nota nº. 419], 29/11/2011. Disponível em: < <http://kitplone.itamaraty.gov.br/> > Acesso em: 01 dez. 2014.

- MRE. [Nota nº. 154], 22/06/2012. Disponível em: < <http://kitplone.itamaraty.gov.br/> > Acesso em: 01 dez. 2014.
- MRE. [Nota nº. 307], 30/11/2012. Disponível em: < <http://kitplone.itamaraty.gov.br/> > Acesso em: 01 dez. 2014.
- MRE. [Nota nº. 48], 18/02/2013. Disponível em: < <http://kitplone.itamaraty.gov.br/> > Acesso em: 01 dez. 2014.
- MRE. [Nota nº. 239], 09/07/2013. Disponível em: < <http://kitplone.itamaraty.gov.br/> > Acesso em: 01 dez. 2014.
- MRE. [Nota nº. 303], 30/08/2013. Disponível em: < <http://kitplone.itamaraty.gov.br/> > Acesso em: 01 dez. 2014.
- MRE. [Nota nº. 7], 14/01/2014. Disponível em: < <http://kitplone.itamaraty.gov.br/> > Acesso em: 01 dez. 2014.
- MRE. [Nota nº. 243], 28/06/2014. Disponível em: < <http://kitplone.itamaraty.gov.br/> > Acesso em: 01 dez. 2014.
- MRE. [Nota nº. 55], 28/02/2014. Disponível em: < <http://kitplone.itamaraty.gov.br/> > Acesso em: 01 dez. 2014.
- MRE. [Nota nº. 1 de Esclarecimento], 22/04/2013. Disponível em: < <http://kitplone.itamaraty.gov.br/> > Acesso em: 01 dez. 2014.
- Palácio do Planalto. 04/09/2012. Disponível em: < <http://www2.planalto.gov.br/> > Acesso em: 01 dez.2014
- Palácio do Planalto. 02/05/2006. Disponível em: < <http://www2.planalto.gov.br/> > Acesso em: 01 dez. 2014.

Imprensa

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. **Grupo de amigos da Venezuela é uma vitória diplomática, diz embaixador.** Disponível em: < <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2003-01-15/grupo-de-amigos-da-venezuela-e-uma-vitoria-diplomatica-diz-embaixador> > Acesso em: 15 de Dezembro de 2014

FOLHA DE SÃO PAULO. **Desinteresse esvazia grupo do Brasil com Índia e África do Sul.** Disponível em:< <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/173612-desinteresse-esvazia-grupo-do-brasil-com-india-e-africa-do-sul.shtml>> Acesso em: 08 de Maio de 2014

VIEIRA, Mauro. **Mauro Vieira: As embaixadas e a diplomacia de resultados.** Disponível em:< <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2015/06/1640490-mauro-vieira-as-embaixadas-e-a-diplomacia-de-resultados.shtml> > Acesso em: 11 de junho de 2015